TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

CÓPIA EXTRAÍDA DE AUTOS DIGITAIS

Processo: 261347/25
Assunto: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
Entidade: ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Índice de Peças

1. 001 - Formulário de Encaminhamento
2. 002 - Extrato de Autuação
3. 003 - Formulário de Dados (I - Formulário de dados)
4. 004 - Relatório da Administração (II - Relatório da Administração 2024)
5. 005 - Balanço Patrimonial (III - Balanço Patrimonial)
6. 006 - Demonstrativo dos Resultados - DRE (IV - Demonstração do Resultado do Exercí)
7. 007 - Demonstrativo do Fluxo de Caixa - DFC (V - Demonstração dos Fluxos de Caixa (DF)
8. 008 - Dem. das Mutações do Patr. Líquido - DMPL (VI - Demonstração das Mutações do Patrim)
9. 009 - Notas Explicativas (VIII - Notas Explicativas às Demonstraçõ)
10. 010 - Relatório do Controle Interno (IX - Relatorio do Controle Interno)
11. 011 - Parecer do Controle Interno (X - Parecer do Controle Interno)
12. 012 - Relatório da Controladoria Geral do Estado (XI - Relatorio Consolidado CGE CCI)
13. 013 - Publicação de Demonstrações Contábeis (XII - Publicação das Demonstrações Contá)
14. 014 - Parecer de Auditores Independentes (XIII - Parecer dos Auditores Independent)
15. 015 - Parecer do Conselho (XIV - Parecer do Conselho Fiscal e do C)
16. 016 - Balancete sem encerramento (XV - Balancete dezembro 2024)
17. 017 - Declaração de Bens (XVI - Declaracao Expressa da Unidade de)
18. 018 - Termo de Distribuição

1. 001 - Formulário de Encaminhamento

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

FORMULÁRIO DE ENCAMINHAMENTO

Encaminho a petição com os seguintes dados:

ASSUNTO: **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Ano de exercício: **2024**

SUJEITOS DO PROCESSO

Entidade: **ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA**
Gestor atual: **LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA**
Gestor das Contas: **LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA**

DOCUMENTOS ANEXOS

- Formulário de Dados (I - Formulário de dados)
- Relatório da Administração (II - Relatório da Administração 2024)
- Balanço Patrimonial (III - Balanço Patrimonial)
- Demonstrativo dos Resultados - DRE (IV - Demonstração do Resultado do Exercí)
- Demonstrativo do Fluxo de Caixa - DFC (V - Demonstração dos Fluxos de Caixa (DF)
- Dem. das Mutações do Patr. Líquido - DMPL (VI - Demonstração das Mutações do Patrim)
- Notas Explicativas (VIII - Notas Explicativas às Demonstraçõ)
- Relatório do Controle Interno (IX - Relatorio do Controle Interno)
- Parecer do Controle Interno (X - Parecer do Controle Interno)
- Relatório da Controladoria Geral do Estado (XI - Relatorio Consolidado CGE CCI)
- Publicação de Demonstrações Contábeis (XII - Publicação das Demonstrações Contá)
- Parecer de Auditores Independentes (XIII - Parecer dos Auditores Independent)
- Parecer do Conselho (XIV - Parecer do Conselho Fiscal e do C)
- Balancete sem encerramento (XV - Balancete dezembro 2024)
- Declaração de Bens (XVI - Declaracao Expressa da Unidade de)

PETICIONÁRIO: **ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA, CNPJ 79.621.439/0001-91, através do(a) Representante Legal LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA, CPF 329.602.648-78**

Curitiba, 28 de abril de 2025 14:08:39

2. 002 - Extrato de Autuação

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DE AUTUAÇÃO Nº: 261347/25

Recebemos, mediante acesso ao serviço de peticionamento eletrônico eContas Paraná, a petição com os seguintes dados indicados pelo instaurador:

PROCESSO: **261347/25**
ASSUNTO: **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Ano de exercício: **2024**

SUJEITOS DO PROCESSO

Entidade: **ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA**
Gestor atual: **LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA**
Gestor das Contas: **LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA**

DOCUMENTOS ANEXOS

- Formulário de Encaminhamento
- Formulário de Dados (I - Formulário de dados)
- Relatório da Administração (II - Relatório da Administração 2024)
- Balanço Patrimonial (III - Balanço Patrimonial)
- Demonstrativo dos Resultados - DRE (IV - Demonstração do Resultado do Exercí)
- Demonstrativo do Fluxo de Caixa - DFC (V - Demonstração dos Fluxos de Caixa (DF)
- Dem. das Mutações do Patr. Líquido - DMPL (VI - Demonstração das Mutações do Patrim)
- Notas Explicativas (VIII - Notas Explicativas às Demonstraçõ)
- Relatório do Controle Interno (IX - Relatorio do Controle Interno)
- Parecer do Controle Interno (X - Parecer do Controle Interno)
- Relatório da Controladoria Geral do Estado (XI - Relatorio Consolidado CGE CCI)
- Publicação de Demonstrações Contábeis (XII - Publicação das Demonstrações Contá)
- Parecer de Auditores Independentes (XIII - Parecer dos Auditores Independent)
- Parecer do Conselho (XIV - Parecer do Conselho Fiscal e do C)
- Balancete sem encerramento (XV - Balancete dezembro 2024)
- Declaração de Bens (XVI - Declaracao Expressa da Unidade de)

PETICIONÁRIO: **ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA, CNPJ 79.621.439/0001-91, através do(a) Representante Legal LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA, CPF 329.602.648-78**

Curitiba, 28 de abril de 2025 14:09:53

3. 003 - Formulário de Dados (I - Formulário de dados)

PRESIDÊNCIA

FORMULÁRIO DE DADOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ESTADUAL

1.	**ASSUNTO**
	PRESTAÇÃO DE CONTAS ESTADUAL – EXERCÍCIO DE 2024

2.	**ENTIDADE**
	Nome: ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA CNPJ: 79.621.439/0001-91

3	**GESTOR DAS CONTAS** Período: 01/01/2024 a 31/12/2024
	Ato de Nomeação: Decreto nº 143/2019 Cargo: Diretor Presidente Nome: Luiz Fernando Garcia da Silva CPF: 329.602.648-78

4.	**GESTOR ATUAL**
	Ato de Nomeação: Decreto nº 143/2019 Cargo: Diretor Presidente Nome: Luiz Fernando Garcia da Silva CPF: 329.602.648-78

5.	**CONTROLADOR INTERNO**
	Ato de Nomeação: Portaria nº 245/2023 Cargo: Coordenador de Controle Interno Nome: Fabricio Monfort Barboza CPF: 027.934.221-77

6.	**DECLARAÇÃO**
	Declaro, para os fins legais, que as informações constantes deste formulário são verdadeiras e estou ciente de que a falta de qualquer documento exigido na Instrução Normativa nº 190/2024 poderá ocasionar a irregularidade e demais responsabilidades previstas em lei e nos atos normativos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Paranaguá, 15 de abril de 2025 **Luiz Fernando Garcia da Silva** Diretor-Presidente (Assinado digitalmente)

4. 004 - Relatório da Administração (II - Relatório da Administração 2024)

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
PORTOS DO PARANÁ
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

BREVE HISTÓRICO DO PORTO DE PARANAGUÁ

A história do Porto de Paranaguá, que também é conhecido como Porto Dom Pedro II, teve início em meados de 1872, no antigo atracadouro de Paranaguá, com administração de particulares concedida pelo Governo Federal, com o direito de construir e explorar o porto. Em 1917, o Governo do Paraná passou a administrar o porto, realizando melhorias em sua infraestrutura.

Por meio do Decreto no 12.477, de 23 de maio de 1917, o Governo do Estado do Paraná assumiu as obras de abertura de dois canais de acesso, a execução de 550 metros de cais acostável, e ainda 2.486 metros de cais de saneamento, além de armazéns e depósitos. Através destas obras ficou garantida a continuidade de movimentação da produção regional.

No entanto, sua inauguração só ocorreu de fato no ano de 1935, em 17 de março, com a atracação do navio “Almirante Saldanha” da Marinha do Brasil.

Em 11 de julho de 1947, foi criada a Autarquia Estadual que levou o nome de Administração do Porto de Paranaguá, cuja denominação foi modificada posteriormente, no ano de 1971, com a fusão com a Administração do Porto de Antonina para Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (PORTOS DO PARANÁ), ficando a PORTOS DO PARANÁ responsável pela administração do Porto Dom Pedro II (Paranaguá) e do Porto Barão de Teffé (Antonina) onde nos anos 1950 e 1960, com o auge do café, a cidade de Paranaguá teve uma expansão urbana entre os Rios Itiberê e Emboguaçu e Ilha dos Valadares. A construção da BR-277, em 1967, também se apresentou como um fator impactante no desenvolvimento do Porto de

Paranaguá, sendo responsável pela ligação do litoral paranaense com o extremo oeste, resultando na ampliação da ligação entre novas áreas produtoras de cereais no Brasil, diversificando o volume de negócios no Porto.

Algumas fases podem ser reconhecidas durante a evolução e história do Porto de Paranaguá. Tem-se a fase de estabelecimento às margens do Rio Itiberê, que ocorreu no século XVI; a fase de expansão, referente à mudança do porto para as margens da baía no início do século XX, tornando assim viável o acesso de embarcações maiores; e, por fim, a fase de especialização, na década de 1950, com granéis sólidos, iniciando com o café, e posteriormente com soja e farelo, originando o Complexo Corredor de Exportação, nos anos 1970.

Entende-se que no contexto histórico do Estado do Paraná, o porto atuou de forma direta, sendo porta de entrada para os primeiros povoados do Paraná. Colonizado por portugueses, ocupado por espanhóis, o município de Paranaguá, devido a sua condição estratégica de acesso marítimo, desempenha até hoje papel de relevância para a importação e a exportação do país.

Atualmente, a área dos portos organizados de Antonina e Paranaguá estão delimitadas pelos Decretos de 11 de fevereiro de 2016, respeitando a moldura jurídica instituída pela Constituição Federal, Leis nº 9.277/1996, 12.815/2013 e Decreto nº 8.033/2013.

Para ajustar seu estatuto à Lei nº 12.815/2013, a PORTOS DO PARANÁ passou por importantes transformações institucionais. As principais mudanças foram a transformação da APPA de Autarquia em Empresa Pública, e a adequação do Quadro Funcional à nova legislação federal.

Em 2013, o Governo do Estado do Paraná elaborou Projeto Lei para transformação da APPA de autarquia para empresa pública, o qual foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, culminando na Lei nº 17.895/2013, que entrou em vigor pelo Decreto Estadual nº 11.562/2014.

Em virtude da publicação da portaria 574/2018 de 26 de dezembro de 2018 do Ministério de Estado dos Transportes Portos e Aviação Civil, o qual disciplinou a descentralização de competências relacionadas à exploração indireta das instalações portuárias dos portos organizados às respectivas administrações portuárias, e cria o Índice de Gestão da Autoridade Portuária – IGAP, a Portos do Paraná, foi o primeiro e ainda único Porto a conquistar a autonomia na gestão dos contratos de arrendamentos de suas áreas.

O convênio de delegação de competência foi formalizado em um evento na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA no dia 13 de agosto de 2019.

Importante destacar que esta autonomia gera a possibilidade do recebimento dos valores relativos ao custo de oportunidade gerado através da realização dos leilões, mas não apenas, há também a previsão da obrigação de investimentos os quais serão revertidos a Administração, e ainda a segurança jurídica necessária para que as empresas arrendatárias possam realizar seus investimentos.

ESTRUTURA DA GESTÃO

Vinculados à Secretaria de Infraestrutura e Logística, os Portos do Paraná são administrados por um Diretor-Presidente e seis Diretores, sendo responsáveis pelas áreas Comercial, Engenharia e Manutenção, Jurídica, Administrativa e Financeira, de Meio Ambiente e de Operações. Ainda fazem parte da estrutura decisória e de controle o Conselho de Controle das Empresas Estaduais – CCEE, o Comitê de Indicação e Avaliação CIA, o Conselho de Administração – CONSAD e o Conselho Fiscal – CONFISC e o Comitê de Auditoria Estatutário.

Finalidade

No Paraná, os portos de Paranaguá e Antonina são essenciais para o crescimento socioeconômico do Estado. O alto nível de eficiência portuária tem

influência direta na competitividade de nossos produtos e, assim, o que é produzido nos campos paranaenses ganha o mercado mundial.

A alta eficiência portuária garante menores custos na exportação. Custos mais baixos favorecem a concorrência das mercadorias nacionais junto ao comércio internacional. O resultado é a valorização da nossa soja, milho, trigo, carne, o crescimento da nossa indústria e a geração de mais emprego para quem mora aqui. Além disso, os portos são essenciais para o Litoral do Estado. As empresas do setor são as principais fonte de arrecadação de impostos em Paranaguá e Antonina e o setor de transporte e armazenagem é o que mais emprega na região.

Os Portos do Paraná têm como objetivo a expansão das negociações e parcerias, visando a credibilidade operacional e garantindo a segurança nos negócios com produtores, importadores e exportadores. É com esse fim que trabalham os Portos do Paraná, administrando o complexo portuário paranaense e toda a infraestrutura de embarque e desembarque de navios.

Atividades

Enquanto autoridade portuária, as atividades dos Portos do Paraná são as seguintes:

- Fiscalizar, controlar e normatizar todas as atividades portuárias;
- Garantir a segurança da navegação (acesso dos navios aos portos), através de sistemas de sinalização e obras de manutenção;
- Monitorar o meio ambiente no qual está inserido, cuidando dos resíduos e disponibilizando recursos para a defesa do ambiente, em caso de acidentes;
- Manter as vias de acesso, rodoviárias e ferroviárias, aos terminais portuários;
- Regular os serviços prestados nos portos pelas empresas operadoras de cargas e terminais, agentes, empresas de reboque e amarração, entre outras;

- Dirigir o desenvolvimento portuário, através do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto Organizado, tanto de Paranaguá quanto de Antonina;
- Facilitar a instalação de novas atividades, indústrias, serviços ou terminais; atrair novos negócios, com ações estratégicas e diálogos;
- Gerir as tarifas convencionais, bem como as tarifas para utilização da infraestrutura marítima, de acostagem, de operação e facilidades dos portos do Paraná e demais receitas;
- Administrar as áreas arrendadas e regular as atividades das empresas arrendatárias;
- Prover e qualificar recursos humanos para essas atividades.

Através do desempenho dessas funções, a meta principal é o desenvolvimento dos Portos do Paraná e sua área de influência

O EXERCÍCIO DE 2024 NOS PORTOS DO PARANÁ

Até dezembro de 2024 os Portos do Paraná empregaram cerca de 450 pessoas diretamente entre empregados públicos concursados e nomeados em cargos de confiança. Também há cerca de quatro mil e cem trabalhadores relacionados à atividade portuária como os Trabalhadores Portuários Avulsos (TPAs), ligados a seis sindicatos de classe e ainda os funcionários dos operadores portuários, prestadores de serviços, agentes de fiscalização dos órgãos competentes e tripulação da marinha mercante atuando nos portos diariamente.

Com essa força de trabalho os Portos do Paraná têm batidos recordes de movimentação, eficiência e qualidade nos serviços executados. Como demonstra-se a seguir.

Os Portos do Paraná em 2024 bateram mais um recorde na movimentação de cargas, sendo a sexta vez consecutiva que supera a movimentação no ano anterior.

Alcançando a marca de 66,769 milhões de toneladas movimentadas, somando o total movimentado em exportação e importação e superando em 2,1% a movimentação do período anterior. Já o número de atracações de navios no Porto foi de 2.724 durante este período, movimento 4% acima de 2023.

Os produtos mais exportados pelos portos paranaenses foram soja (13.265.751t), contêineres (9.049.796t) e açúcar a granel (6.412.716t). Já os mais trazidos ao Brasil por Paranaguá foram fertilizantes (11.140.049t), contêineres (7.276.868t) e derivados de petróleo (4.912.767t).

Outro destaque é o trigo, com 157% de importação e 58% de exportação ao longo do último ano. Paranaguá tem se consolidado cada vez mais como porto multicargas, mas seis tipos (soja, farelo de soja, contêineres, fertilizantes, açúcar a granel e derivados de petróleo) somaram 58,3 toneladas transportadas em 2024, o que representa 87,3% do que foi movimentado durante o ano.

Um dos pontos altos do ano foi o aumento de cargas gerais, que registrou crescimento de 23% em 2024, em comparação com o ano anterior. A movimentação de veículos disparou em 29%: 112.870 passaram por Paranaguá, importados ou exportados. Também o Porto de Antonina registrou índices positivos em 2024, com 47% a mais de volume movimentado em relação ao ano anterior. O total chegou a 1.993.620 toneladas, em comparação com 1.355.626 toneladas de 2023, concentradas em dois produtos: fertilizantes e açúcar.

Em 2024, a Portos do Paraná teve reconhecimento pelas suas ações de monitoramento, conservação e educação ambiental por meio de seus 20 programas permanentes, para que, na quarta vez seguida, na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2024 – COP29, em Baku, capital do Azerbaijão proferir palestra como única representante do setor portuário no mundo neste importante evento.

Também cumpre destacar o importante passo da Portos do Paraná seguindo as diretrizes dadas pelo Exmo. Governador do Estado em aproximar a gestão dos

Portos com os municípios do Litoral, principalmente com Paranaguá e Antonina. Assim, o Litoral do Paraná se tornou oficialmente um destino dos cruzeiros internacionais. A operadora MSC Cruzeiros manteve a escala semanal de navios nos meses de dezembro de 2024 e janeiro de 2025 no Porto de Paranaguá e que trouxe ao todo mais de 13 mil passageiros e tripulantes em um total de 8 escalas que beneficiaram todos os municípios da região pela movimentação de turistas e tripulantes.

Se tratando de responsabilidade social e ambiental, a Portos do Paraná investiu R$ 42,8 milhões em programas sociais, ambientais e obras em 2024. Deste total, cerca de R$ 15 milhões foram focados em programas ambientais e sociais realizados no litoral paranaense.

Entre os programas de meio ambiente destacados o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), que permitiu, até o momento, a recuperação de mais 500 mil m² de área florestal em Antonina.

Já entre as ações educacionais a ênfase vai para o Programa de Educação Ambiental (PEA), que reúne 11 projetos de cunho socioambiental, trazendo os princípios e práticas da permacultura e que beneficiou 1.397 pessoas somente no ano passado. Um dos principais projetos do PEA é o Porto Escola – Educação para Sustentabilidade, em que a própria instituição pública realiza palestras para os alunos do 5º ano das redes municipais de ensino de Paranaguá e Antonina sobre meio ambiente e funcionamento do porto, seguida de uma visita guiada ao cais. Desde o início, em 2015, mais de 12 mil alunos já participaram do projeto.

ASPECTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

Os Portos do Paraná registraram no ano de 2024 um lucro de R$ 121.547 milhões, resultante das receitas, subtraídos os custos e despesas da empresa, conforme demonstrado sinteticamente a seguir:

	R$/mil
Receita operacional líquida	588.214
Custos e despesas operacionais	(521.539)
Resultado financeiro líquido	54.871
Lucro Líquido	**121.547**

O EBITDA (ou LAJIDA) – lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações, que conceitualmente demonstra o potencial de geração de caixa proveniente das atividades operacionais da empresa, totalizou R$ 125.059milhões em 2024.

Os dados apresentados também reforçam o cenário atual da companhia, evidenciando que os investimentos realizados, estão trazendo resultados positivos para a empresa e confirmando nossas projeções de resultado operacional positivo no futuro e com perspectiva de contínuo crescimento.

Receitas Operacionais

Se compararmos a receita do período de 2024 com a receita de 2023, verificamos que a receita líquida teve queda de 5%. Embora a movimentação tenha sido maior do que foi no ano anterior, há o fato do recebimento de receita extraordinária recebida em 2023, pelo Acordo com a Transpetro.

Ainda destacamos a receita financeira auferida, 65,356 milhões de reais e a receita extraordinária de 30,914 milhões de reais.

Investimentos

Os investimentos realizados pela PORTOS DO PARANÁ no período de 2024 totalizaram um montante de R$ 177,405 milhões, principalmente destinado a obras de melhoria da infraestrutura portuária como o Moegão, a maior obra portuária do Brasil, a conclusão do novo edifício do almoxarifado, Construção dos Trapiches para as comunidades do Litoral, adequação dos sistemas de segurança para atendimento

das normas do ISPS-Code, na dragagem de manutenção do canal de acesso aos portos, nos berços de atracação e na bacia de evolução (6º Ano de campanha continuada) a implantação da transformação digital por meio da implantação de um ERP que integra muitos mais processos que o utilizado anteriormente promovendo otimização dos processos desde a manutenção de equipamentos e edificações, gestão de arrendamentos e de patrimônio, passando pelo controle de frotas, processos de compras e licitações até a gestão de pessoas chegando tudo integrado no financeiro e na contabilidade, onde também foi implantado um novo processo orçamentário.

Principais ações realizadas no ano de 2024

1. Investimento na capacitação dos colaboradores com cursos de treinamento contínuos e pontuais em todas as diretorias;

2. Manutenção da Delegação de Competência para administração dos contratos de exploração de áreas dos portos organizados trazendo maior agilidade e segurança jurídica aos investimentos dos setores públicos e privados, sendo o primeiro porto do Brasil a conseguir a autonomia com nota 10 no IGAP (Índice de Gestão da Autoridade Portuária);

3. Participação na COP29 como representante do setor portuário de todo o mundo no evento;

4. Novos recordes de movimentação consecutivos, trazendo o maior volume da história da PORTOS DO PARANÁ;

5. 2ª temporada de Cruzeiros da MSC nos portos paranaenses, além do interesse de outras operadoras;

6. Conquista do Prêmio de melhor gestão portuária do país (Prêmio Portos + Brasil) pela 5ª vez consecutiva pelo Ministério de Portos e Aeroportos;

7. 2ª fase do Programa de Desligamento Incentivado que efetivou e desligamento de 39 colaboradores em 2023 e mais 37 em 2024, gerando economia para a empresa e uma saída digna aos colaboradores que tanto ajudaram a fazer a Portos do Paraná a ser a referência nacional;

8. Conclusão do Levantamento Patrimonial de bens móveis e imóveis para atualização e melhoria do processo de gestão patrimonial;

9. Conclusão da implantação das três ondas do sistema integrado de Gestão SAP que traz a integração da gestão por substituindo vários sistemas não integrados por um sistema integrado com maior nível de governança;

10. Recebimento em caixa do Acordo com a Transpetro que garantiu para a Portos do Paraná uma indenização de 132 milhões de reais pela não execução de investimentos previstos no contrato de arrendamento;

11. Contratação do BNDES para o financiamento da construção do Moegão, sistema centralizador de descarga por ferrovia de granéis sólidos de origem vegetal, a primeira contratação deste tipo efetuada por uma autoridade portuária pública;

12. Execução de obras de construção e reformas de trapiches em Paranaguá e Antonina como medida compensatória para a execução de obras de dragagem;

13. Entrada na Aliança Brasileira para Descarbonização de Portos, que é formada pelas principais Autoridades Portuárias do país em esforço conjunto para a descarbonização nas operações portuárias em parceria com a Fundaciòn ValenciaPort.

14. Entre as muitas ações solidárias pela comunidade do Litoral destacamos:

a. 2ª edição da Corrida do Porto, a única corrida do país com parte do percurso dentro do cais comercial. Este evento teve participação recorde e com 100% da arrecadação com as inscrições destinadas a apoiar as famílias atingidas pelas enchentes do Rio Grande do Sul, auxilio às entidades assistenciais de Paranaguá e Antonina

b. Natal Solidário, que arrecadou 1,2 mil brinquedos para crianças atendidas por entidades assistenciais de Paranaguá e Antonina;

c. Feijoada Rosa, evento em alusão ao Outubro Rosa em benefício da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Paranaguá;

Perspectiva para o ano de 2025

Entre outras medidas a serem implementadas pela PORTOS DO PARANÁ nos próximos anos, destacamos abaixo os principais pontos que possivelmente serão alcançados ao longo do próximo exercício social.

1. Com base nos parâmetros institucionais, investimentos e nas projeções de cargas em todos os segmentos, estima-se em 2025 uma movimentação física de 70 milhões de toneladas;

2. Em termos de receita total, prevê-se o montante de R$ 612 milhões em 2025, aumento decorrente do aumento da movimentação e receitas de outorgas pelo arrendamento de novas áreas;

3. Com relação aos investimentos, a PORTOS DO PARANÁ terá a conclusão do Moegão do Corredor Leste que unificará a descarga de vagões ferroviários

reduzindo as passagens de nível na região portuária e aumentando consideravelmente a capacidade de recepção do modal ferroviário;

4. Realização do leilão das áreas PAR14, PAR15 e PAR25, com investimentos previstos de 1,2bilhões de reais para a construção do futuro Píer em “T”;

5. Modernização da Iluminação do Pátio de Triagem garantindo a maior segurança às operações de recepção dos caminhões de graneis que chegam ao Porto para descarregamento;

Paranaguá, 20 de março de 2025.

Diretoria Executiva

Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina

5. 005 - Balanço Patrimonial (III - Balanço Patrimonial)

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	**514.847**	325.739
Contas a receber	5	**19.065**	21.282
Impostos a recuperar	6	**9.912**	1.280
Estoques	7	**20.371**	15.135
Despesas de exercícios seguintes		**-**	82
Adiantamentos a empregados	8	**1.446**	1.159
Outros créditos	10	**31.309**	132.882
		596.950	497.559
Ativo não circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Impostos a recuperar	6	**8.600**	10.994
Depósitos judiciais	9	**453.223**	453.316
Outros créditos	10	**1.434**	1.405
Imobilizado	11	**602.915**	570.746
Intangível	11	**1.988**	4.100
		1.068.160	1.040.561
Total do ativo		**1.665.110**	1.538.120

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores		**37.865**	6.729
Obrigações trabalhistas	12	**16.440**	15.037
Obrigações fiscais	13	**20.683**	11.772
Adiantamentos de clientes	14	**14.615**	17.889
		89.603	51.427
Não circulante			
Impostos, taxas e contribuições	13	**252.092**	260.464
Provisões de contingências	15	**194.840**	184.101
Impostos e contribuições diferidos		**1.581**	4.126
		448.513	448.691
Patrimônio líquido	16		
Capital social	16a	**1.086.444**	1.086.444
Prejuízo Acumulado	16c	**-**	(48.442)
Reserva de Lucro	16c	**40.550**	-
Total do patrimônio líquido		**1.126.994**	1.038.002
Total do passivo e do patrimônio líquido		**1.665.110**	1.538.120

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações.

6. 006 - Demonstrativo dos Resultados - DRE (IV - Demonstração do Resultado do Exercí)

Demonstração do resultado do Período

Períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	17	**588.215**	620.960
Custo dos serviços prestados	18	**(356.521)**	(286.350)
Lucro bruto		**231.693**	334.610
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	19	**(147.437)**	(208.832)
Outros resultados operacionais	20	**(5.676)**	30.740
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		**78.580**	156.518
Receitas financeiras	21	**65.356**	75.197
Despesas financeiras	21	**(10.485)**	(400)
Resultado financeiro		**54.871**	74.797
Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		**133.451**	231.315
Imposto de renda e contribuição social correntes		**(14.450)**	(38.510)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		**2.545**	(4.126)
Resultado líquido do período	16b	**121.546**	188.679

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

7. 007 - Demonstrativo do Fluxo de Caixa - DFC (V - Demonstração dos Fluxos de Caixa (DF)

Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto

Períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	**121.547**	188.679
Depreciações e amortizações	**46.889**	38.672
Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	**10.740**	7.447
Tributos diferidos sobre o lucro	**(2.545)**	4.126
Ajuste de exercícios anteriores	**(32.555)**	9.358
	144.075	248.282
Aumento (redução) dos ativos		
Contas a receber de clientes	**103.790**	(1.263)
Estoques	**(5.236)**	753
Tributos a recuperar	**(6.239)**	29.460
Despesas antecipadas	**82**	520
Depósitos judiciais	**155**	80.047
Demais créditos	**(376)**	(130.774)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	**31.136**	(12.882)
Obrigações sociais e trabalhistas	**1.403**	152
Impostos e contribuições a recolher	**539**	(91.443)
Adiantamentos de clientes e outras obrigações a pagar	**(3.274)**	7.328
Fluxos de caixas das atividades operacionais	**266.053**	130.180
Fluxos de caixas das atividades de investimentos		
Aquisição do Imobilizado e intangível	**(117.818)**	(14.859)
Baixa do imobilizado e intangível	**37.117**	2
Ajuste de Laudo de Avaliação Patrimonial	**3.756**	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(76.945)**	(14.857)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**189.108**	115.323
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**325.739**	210.416
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**514.847**	325.739
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	**189.108**	115.323

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

8. 008 - Dem. das Mutações do Patr. Líquido - DMPL (VI - Demonstração das Mutações do Patrim)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital Social	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Reserva legal	Reserva de Lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.086.444	(246.479)	-	-	839.965
Resultado líquido do exercício	-	188.679	-	-	188.679
Ajuste de exercícios anteriores	-	9.358	-	-	9.358
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.086.444	(48.442)	-	-	1.038.002
Resultado líquido do exercício	**-**	**121.547**	**-**	**-**	**121.547**
Ajuste de exercícios anteriores	**-**	**(32.555)**	**-**	**-**	**(32.555)**
Transferência de Reserva de Lucro	**-**	**(34.473)**	**-**	**34.473**	**-**
Transferência para Reserva Legal	**-**	**(6.077)**	**6.077**	**-**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.086.444**	**-**	**6.077**	**34.473**	**1.126.994**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

9. 009 - Notas Explicativas (VIII - Notas Explicativas às Demonstraçõ)

1. Contexto

O Porto de Paranaguá iniciou sua operação em 1832 como um atracadouro gerido por particulares. Em 1917, o Governo do Paraná passou a administrar o Porto que recebeu o nome de Dom Pedro II em homenagem ao Imperador. No entanto, sua inauguração só ocorreu de fato no ano de 1935, em 17 de março, com a atracação do navio "Almirante Saldanha" da Marinha do Brasil.

Em 11 de julho de 1947, foi criada a Autarquia Estadual que levou o nome de Administração do Porto de Paranaguá, cuja denominação foi modificada posteriormente, no ano de 1971, pela Lei nº 6.249 efetivando a fusão com a Administração do Porto de Antonina criando a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), ficando a APPA responsável pela administração do Porto Dom Pedro II (Paranaguá) e do Porto Barão de Teffé (Antonina).

Algumas fases podem ser reconhecidas durante a evolução e história do Porto de Paranaguá. Tem-se a fase de estabelecimento às margens do Rio Itiberê, que ocorreu no século XVI; a fase de expansão, referente à mudança do porto para as margens da baía no início do século XX, tornando assim viável o acesso de embarcações maiores; e, por fim, a fase de especialização, na década de 1950, com granéis sólidos, iniciando com o café, e posteriormente com soja e farelo, originando o Complexo Corredor de Exportação, nos anos 1970.

Nos anos 1950 e 1960, com o auge do café, a cidade de Paranaguá teve uma expansão urbana entre os Rios Itiberê e Emboguaçu e Ilha dos Valadares. A construção da BR-277, em 1967, também se apresentou como um fator impactante no desenvolvimento do Porto de Paranaguá, sendo responsável pela ligação do litoral paranaense com o extremo oeste, resultando na ampliação da ligação entre novas áreas produtoras de cereais no Brasil, diversificando o volume de negócios no Porto.

Em 11 de dezembro de 2001 o Governo do Paraná firmou um Convênio de Delegação com a União por intermédio do Ministério dos Transportes e com a regulação e fiscalização pela ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) com prazo de vigência de 25 anos prorrogáveis por mais 25 anos.

Em 13 de agosto de 2019, o Estado do Paraná é o primeiro Estado do Brasil a receber autonomia para administrar contratos de exploração de áreas dos portos organizados. Com a medida, a gestão dos arrendamentos de instalações portuárias, que antes eram definidos pela Secretaria Nacional de Portos, passam a ser controlados pela empresa pública Portos do Paraná.

Na data de 05 de maio de 2020, foi assinado antecipadamente a prorrogação do Convênio de Delegação nº.37/2001, atualizando a vigência para até 1º de janeiro de 2052 e suas cláusulas conforme a legislação do setor, como por exemplo a Lei nº.13.303/2016 (Lei de Responsabilidade das Estatais), Lei nº.12.815/2013 (Marco Regulatório dos Portos) e demais normas que passaram a vigorar após dezembro de 2001.

Em dezembro de 2020, a área *greenfield* destinada à movimentação de veículos no Porto de Paranaguá, foi leiloada por R$ 25 milhões em um pregão realizado na Bolsa de Valores, a B3. Por este, o Paraná se torna o primeiro estado do Brasil a conceder um terminal portuário, após obter autonomia para tal. O terminal, identificado como PAR12, possui uma área de 74,1 mil metros quadrados, marcando um passo significativo na gestão portuária do estado.

Em 2021, os Portos do Paraná alcançaram um recorde histórico, movimentando 57.520.122 toneladas de cargas, estabelecendo 10 novos recordes operacionais. A gestão foi reconhecida como a Melhor Gestão Portuária do país pelo prêmio Portos + Brasil e liderou na execução de investimentos. Os portos também se destacaram em conformidade regulatória e desempenho ambiental, além de serem a única autoridade portuária a palestrar na COP-26.

Com foco na sustentabilidade, a gestão realizou a obra da derrocagem da Pedra da Palangana, melhorando a segurança da navegação, e lançou o edital para o cais leste, o Moegão, com investimento de R$590 milhões. Quatro concessões portuárias foram priorizadas pelo Governo Federal, incluindo a concessão do canal de acesso ao Porto de Paranaguá, R$5bilhões em investimentos. A Portos do Paraná também firmou uma parceria com a Fundación Valenciaport para otimizar operações e reduzir custos, com a construção do *Port Collaborative Decision Making* (PCDM) e *do Port Community System* (PCS)

Em 2024, a Portos do Paraná alcançou um novo recorde anual ao movimentar 66.769.001 toneladas de cargas, representando um aumento de 2,1% em relação ao ano anterior. A gestão da empresa foi reconhecida como a melhor do País pelo quinto ano consecutivo no prêmio Portos + Brasil. A Portos do Paraná investiu mais de R$ 177,4 milhões em obras, serviços e projetos de infraestrutura, como o moegão ferroviário, a maior obra portuária do país em 2024, que deverá ficar pronta até o final de 2025 e que aumentará significativamente o volume movimentado pelo modal ferroviário e também na dragagem de manutenção que além de manter o canal em condições de receber os navios com segurança também trouxe melhoria no calado de vários berços do Porto de Paranaguá, permitindo um melhor aproveitamento da capacidade de carga.

A empresa também implementou programas de capacitação para seus colaboradores, incluindo cursos em logística e gestão portuária, além de treinamentos em segurança. No âmbito ambiental, a Portos do Paraná foi reconhecida por sua gestão sustentável, participando da COP29 e recebendo prêmios por suas iniciativas. A empresa ampliou suas relações com o mercado, recebendo comitivas internacionais e participando de feiras do setor, além de realizar diversas ações de saúde e segurança no trabalho, incluindo simulações de emergência e campanhas de conscientização. Esses fatos refletem o compromisso da Portos do Paraná com a eficiência operacional, sustentabilidade e segurança, além de sua importância econômica para a região.

1.1 Implantação de novas tecnologias

No decorrer de 2024, a Portos do Paraná implementou a migração do seu sistema de gestão para o SAP S/4HANA, com a transição da primeira onda de implantação ocorrendo em 1º de fevereiro. Este novo sistema representa um avanço significativo na integração dos diversos departamentos da empresa, proporcionando uma plataforma unificada que otimiza processos e melhora a eficiência operacional. Com a adoção do SAP S/4HANA, espera-se que a administração da companhia alcance maior agilidade na tomada de decisões, uma vez que o sistema permite o acesso em tempo real a informações críticas e relevantes, facilitando a resposta rápida às demandas do mercado e contribuindo para a excelência na gestão portuária.

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09, Lei nº 12.973/14 e Lei nº 13.303/16, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As demonstrações financeiras também foram preparadas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB.

Não há mudanças nas operações da Companhia, itens não usuais, alteração de estimativas, mudança na composição da Companhia ou qualquer outro evento que requeira divulgação específica.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção das aplicações financeiras, apresentadas a valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras e notas explicativas são apresentadas em milhares de reais (R$), Exceto quando indicado de outra forma. A moeda funcional do ambiente econômico onde a Companhia atua é o real.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetem a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Os efeitos das revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidos na ocasião da própria revisão e/ou em qualquer período futuro afetado.

As principais premissas utilizadas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos são apresentadas a seguir:

a) Valor justo de instrumentos financeiros; e
b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

2.5 Data de aprovação das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão das informações em 19 de março de 2025.

3. Principais políticas contábeis

As políticas detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras:

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita da prestação dos serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando existe evidência confiável de que os riscos e benefícios inerentes a propriedade dos serviços prestados foram transferidos e/ou executados para o cliente, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e os possíveis cancelamentos dos serviços possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os serviços disponibilizados aos usuários do porto, e de que o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável.

b. Receita e despesa financeira

A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos.

As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de descontos e de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros, multas e variações monetárias.

c. Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de alta liquidez, cujos vencimentos, quando de sua aquisição, são iguais ou inferiores a 90 (noventa) dias, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado e podem ser utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

Depósitos Judiciais

Representam depósitos realizados pela Companhia relativos a processos judiciais ou administrativos em curso.

Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, pelo método linear, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Até 31 de dezembro de 2024, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e, consequentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados ao valor líquido de realização.

d. Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço.

Fornecedores

São inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e, posteriormente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações incorridas até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação, legal ou constituída, como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Imposto de renda e contribuição social

A partir deste exercício e após a declaração de imunidade aos impostos conferida pelo art.150 da C.F., ter a sua confirmação em trânsito em julgado (junho de 2023), a companhia passou a recolher somente a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, sendo que a Contribuição do exercício corrente e diferido, são calculados com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

e. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda (pronunciamento contábil CPC 25) inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

f. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

Não foram emitidos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que impactem estas Demonstrações Contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Bancos conta movimento	**68.365**	80.823
Bancos conta vinculada (i)	**1.022**	1.052
Aplicações financeiras (ii)	**510.465**	302.536
Aplicações financeiras (iii)	**(65.005)**	(58.672)
	514.847	325.739

(i) Saldo de contas bancárias conjuntas com clientes e prestadores de serviços depositados a título de garantia de contratos. A relação dos contratos garantidos está relacionada na tabela a seguir, e os valores estão em milhares de reais:

Contrato	Cliente/Prestador	2024	Banco	Agência	C/C
009/2010	Cattalini Terminais Marítimos	**17**	001	0259-3	70.700-7
027/2010	Centrosul Serviços Marítimos Ltda.	**400**	001	0259-3	69.795-8
011/2010	CPA Terminal Paranaguá S.A.	**256**	001	0259-3	70.673-6
029/2010	Harbor Operações Portuárias	**18**	001	0259-3	70.672-8
014/1999	Cattalini Terminais Marítimos	**37**	001	0259-3	70.817-8
003/1995	Terminais Portuários Ponto do Felix	**104**	001	0259-3	71.254-X
093/2021	TEAPAR	**-**	001	0259-3	70.874-7
31/2019	MTRD Telecomunicações Ltda	**1**	001	0259-3	24.632-8
018/2007	Bestra Equipamentos Industriais Ltda	**6**	001	0259-3	44.469-3
065/2012	Central de Serviços Gardin Ltda	**3**	001	0259-3	69.730-3
020/2012	E-Sales Soluções de Integração Ltda	**2**	001	0259-3	68.620-4
075-2012	Inforshop Suprimentos Ltda	**1**	001	0259-3	69.818-0
004/2016	Portal Serviços de Pavimentação Ltda	**23**	001	0259-3	62.640-6
006/2007	Sigmafone Telecomunicações Ltda	**2**	001	0259-3	44.473-1
009/2008	Técnica Joss de Elevadores	**1**	001	0259-3	58.752-4
096/2021	TRC Telecom Ltda.	**147**	001	0259-3	90.877-0
N/I	Volvo - BR - Repres. Pinho Comissária	**4**	001	0259-3	71.253-1
		1.022			

(ii) Valores 1.022 em Certificados de Depósitos Bancários CDB e fundo exclusivo. Os valores aplicados em CDBs são indexados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, remunera a empresa a uma taxa média anual de remuneração de 99,50%. Os valores aplicados em fundos de investimentos possuem uma remuneração média de 100% ao CDI. Os fundos são administrados em parte pelo Banco do Brasil e em parte pela Caixa Econômica Federal.

(iii) Refere-se a um bloqueio judicial nas cotas da aplicação junto ao Banco do Brasil – Fundo Exclusivo, como garantia de caixa na discussão de ações trabalhistas e cíveis em andamento. A composição do bloqueio está no item (iii) da NE nº 09.

5. Contas a receber

A Portos do Paraná, na condição de Autoridade Portuária é responsável pela cobrança das tarifas portuárias aprovadas pela ANTAQ para os Portos de Paranaguá e de Antonina. As tarifas estão detalhadas na NE nº17. O valor a receber de clientes em 31 de dezembro de 2024 é de R$19.065 (R$21.282 em 31 de dezembro de 2023). A composição destes títulos por idade de vencimento é apresentada no quadro a seguir:

	2024	2023
A vencer	**17.434**	16.872
Vencidos até 30 dias	**1.583**	39
Vencidos de 30 a 180 dias	**44**	39
Vencidos a mais de 180 dias (i)	**4**	4.332
	19.065	21.282

	2024	2023
Depósito judicial – processo 1749/07 (i)	**307.700**	307.700
Provisão para perda (Ofício 170/17-TCE)	**(307.700)**	(307.700)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (ii)	**21.708**	21.709
Provisão para perda	**(21.708)**	(21.709)
	-	-

(i) O montante classificado nesta rubrica refere-se ao processo judicial nº 1749/2007(hoje tramitando na 1ª Vara Federal de Paranaguá sob o nº 5000750-31.2016.404.7008), no qual o SINDOP – Sindicato dos Operadores Portuários do Estado do Paraná, questiona em nome de alguns de seus associados a legalidade de reajuste tarifário aprovado pela Resolução 715/2007-ANTAQ e autorizado pelo Conselho de Autoridade Portuária – CAP. E o juízo proferiu uma decisão liminar determinando que a diferença entre a tarifa originária e o reajuste fosse depositado em juízo até a resolução da lide. Para facilitar o controle a PORTOS DO PARANÁ emite faturas distintas referente a este acréscimo da tarifa aos clientes, os quais após efetuarem o depósito em juízo apresentam a administração portuária os comprovantes de recolhimento. Com a transformação da PORTOS DO PARANÁ em empresa pública, em setembro de 2014, estes valores foram reclassificados no ativo não circulante – créditos de longo prazo. Em 2017, o Tribunal de Contas do Estado – TCE, em um processo de auditoria expediu o ofício nº 170/2017 que pontua a incerteza do recebimento dos valores depositados em juízo e que eles não geram aumento dos benefícios econômicos. Sendo assim, para cumprir a orientação do TCE e evitar o superdimensionamento do ativo da Companhia foi registrado como PCLD o montante idêntico desta rubrica. A contrapartida do lançamento foi realizada no Patrimônio Líquido para o montante de exercícios anteriores e em conta de resultado como reversão de receita para as faturas emitidas a partir de 2017. A PORTOS DO PARANÁ optou por manter na base tributável para fins de apuração de impostos e contribuições o valor depositado mensalmente pelos clientes, mantendo o conservadorismo adotado como prática de gestão. Esses depósitos cessaram em abril de 2023 após decisão favorável a Portos do Paraná em 1ºGrau.

(ii) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi criada no exercício de 2015 após uma extensa e criteriosa análise dos títulos em aberto. O montante identificado no levantamento realizado pela Companhia constatou que estes títulos se referem a períodos anteriores a 2010. As limitações do sistema de gestão utilizado na época e a falta de documentos que informem e comprovem o andamento das cobranças realizadas impossibilitam juridicamente o direito de recebimento destes títulos. Por esta razão optou-se pela criação da provisão com contrapartida considerada indedutível para fins de apuração de tributos – IRPJ e CSLL. Os lançamentos realizados após estes registros iniciais recebem a tratativa conforme determina a norma contábil vigente.

6. Tributos a recuperar

	2024	2023
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	**1.099**	1.099
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	**17.232**	10.994
Programa de Integração Social - PIS	**32**	32
Contribuição para o financiamento da Seguridade Social – COFINS	**149**	149
	18.512	12.274
Circulante	**9.912**	1.280
Não circulante	**8.600**	10.994

7. Estoques

A empresa utiliza o sistema SAP para gerenciar seus estoques de maneira eficiente e integrada. O SAP oferece diversas funcionalidades que permitem um controle rigoroso e preciso dos materiais, desde a entrada até a saída do estoque. De forma que o módulo de estoque é totalmente integrado com a contabilidade, com seus movimentos refletindo lançamentos contábeis em tempo real. O saldo de estoques em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 20.371 e em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 15.135.

8. Adiantamentos

Os valores dos adiantamentos se referem ao cumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho 2023/2024, que estabelece que o empregado quando de sua fruição de férias pode optar em receber a 1ª parcela do 13º Salário, juntamente com outras verbas específicas das suas férias.

	2024	2023
Férias	**-1.431**	1.159
Outros adiantamentos	**15**	-
Total	**1.446**	1.159

9. Depósitos judiciais

Os depósitos registrados no Ativo da Companhia se referem a discussões judiciais na qual a PORTOS DO PARANÁ é parte. Enquanto não ocorrer o trânsito em julgado destas ações não é possível determinar se estes valores retornarão à Companhia, em caso de ganho na ação, ou serão transferidas para o resultado como despesas dedutíveis para cálculo de IRPJ e CSL, em caso de decisão final não favorável a PORTOS DO PARANÁ. Os depósitos estão classificados conforme o quadro a seguir:

	2024	2023
Trabalhistas (i)	**3.898**	16.590
Tributos (ii)	**277.990**	277.928
Cíveis	**106.330**	100.126
Outros (iii)	**65.005**	58.672
Total	**453.223**	453.316

(i) O valor refere-se a depósitos recursais de ações trabalhistas em fase de conhecimento e que, portanto, não foram finalizadas. Também constam registrados nesta rubrica os valores depositados para as ações que ocorreram o trânsito em julgado e estão na fase de liquidação de sentença.

(ii) Em novembro de 2014 a PORTOS DO PARANÁ ajuizou uma ação em face da União pleiteando o reconhecimento da imunidade tributária. Neste mesmo processo a Companhia solicitou o recolhimento através de depósito judicial para os valores apurados mensalmente dos tributos administrados pela Receita Federal do Brasil até o trânsito em julgado da ação de Imunidade Tributária. Em 26 de novembro de 2014, foi proferida decisão liminar autorizando a PORTOS DO PARANÁ a efetuar depósito judicial dos tributos federais. Em razão desta conduta prevista no Código Tributário Nacional – CTN, inciso II do art. 151, a exigibilidade dos tributos foi suspensa até a resolução da lide. Em dezembro de 2023 houve a decisão em caráter definitivo pelo levantamento de parte do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, já que em junho do mesmo exercício a ação que trata este parágrafo transitou em julgado com a declaração de imunidade dos impostos da Empresa Pública. Assim houve o levantamento parcial do IRPJ e IRRF no valor aproximado de 98 milhões de reais e ainda há lide na Justiça Federal em relação a outra parte do IR que a PGFN ainda contestou o levantamento e sobre o regime de recolhimento do PIS e COFINS.

(iii) O valor de R$65.005 em 31 de dezembro de 2024 e R$58.672 para 31 de dezembro de 2023 registrado em Outros refere-se ao bloqueio da aplicação financeira da PORTOS DO PARANÁ conforme mencionado na nota explicativa nº 04.

Bloqueios por natureza das ações judiciais

	2024	2023
Trabalhistas	**3.324**	3.149
Cíveis	**61.681**	55.523
	65.005	58.672

10. Outros créditos

	2024	2023
Convênio 021/2022 FUNPAR-UFPR	**117**	88
Garantia Copel Comercialização S.A. - Contrato 042/2021	**1.317**	1.317
Indenização por descumprimento de contrato de arrendamento (i)	**31.309**	132.882
	32.743	134.287
Circulante	**31.309**	132.882
Não circulante	**1.434**	1.405

O Convênio com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá tem por objetivo a cooperação técnica, científica, cultural e financeira entre as Partícipes visando estruturar, implantar e gerenciar uma base de prontidão especializada no resgate e na despetrolização de fauna em caso de acidentes ambientais na área do Complexo Estuarino de Paranaguá (CEP), em atendimento aos Planos de Emergência Individual (PEI) da APPA. O objeto do convênio é contraprestação obrigatória por parte da autoridade portuária, para a manutenção de sua licença ambiental para operação das atividades portuárias na baia de Paranaguá.

(i) Refere-se ao valor de indenização da Cotriguaçu após a redução da poligonal da área de abrangência e jurisdição da Autoridade Portuária no perímetro que caberia a reversão dos bens foi apurado o valor que cabe em indenização pela Cooperativa em face desta redução de área.

11. Imobilizado e intangível

11.1 Imobilizado

	2022	Aquisições	Baixa	Depreciação	Baixa da depreciação	Transferência	2023
Terrenos	135.254	-	-	-	-	-	135.254
Edificações e benfeitorias	182.622	-	-	(9.278)	-	8	173.352
Construções	29.016	-	-	(2.604)	-	-	26.412
Máquinas, aparelhos e equipamentos	142.202	677	-	(14.860)	-	9.554	137.573
Móveis e utensílios	1.926	242	(40)	(308)	38	-	1.858
Equipamentos de informática e tecnologia	3.773	952	-	(1.921)	-	-	2.804
Instalações	46.320	-	-	(9.402)	-	-	36.918
Equipamentos de mediação de medição	16	-	-	(3)	-	-	13
Imobilizado em andamento	54.804	11.320	-	-	-	(9.562)	56.562
Total do imobilizado	595.933	13.191	(40)	(38.376)	38	-	570.746

	2023	Aquisições	Baixa	Depreciação	Transferência	Ajuste laudo (i)	2024
Bens em operação							
Outros - infraestrutura marítima	-	-	-	(208)	54.764	3.137	57.693
Outros - infraestrutura acostagem	-	-	-	(11.978)	-	178.580	166.602
Outros - infraestrutura terrestre	13	-	-	(1.569)	-	14.484	12.928
Outros - armazenagem	-	-	-	(4.691)	-	15.808	11.117
Outros equipamentos	137.572	345	-	(22.847)	-	2.406	117.476
Bens da administração		-	-	-	-	-	-
Terrenos	135.254	-	(36.873)	-	-	-	98.381
Edificações e benfeitorias	199.764	-	-	(817)	7.529	(194.655)	11.821
Instalações	36.918	-	-	(2.516)	-	(26.167)	8.235
Equipamentos e informática e tecnologia	2.804	22	-	(1.655)	-	2.619	3.790
Móveis e utensílios	1.859	84	(3)	(409)	-	32	1.563
Imobilizado em andamento	56.562	117.367	-	-	(60.620)	-	113.309
Total do imobilizado	570.746	117.818	(36.876)	(46.690)	1.673	(3.756)	602.915

(i) Nota Explicativa - Ajustes Após Inventário Patrimonial

1. Contexto e Objetivo

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Portos do Paraná concluiu o inventário patrimonial abrangente, com a contratação do Consórcio GEPLAN/SETAPE/AVALIENGE (Contrato nº58/2023). Este procedimento visou verificar a existência física, o estado de conservação dos ativos e ajustar os registros contábeis para refletir com precisão a realidade patrimonial da empresa. A entrega dos trabalhos bem como da planilha de carga para o carregamento dos bens no sistema se deu em abril de 2024.

2. Metodologia

O inventário foi conduzido pelo consórcio GEPLAN/SETAPE/AVALIENGE (Contrato nº58/2023), sob a supervisão de uma equipe de fiscalização multidisciplinar e com a equipe interna de contabilidade da companhia. A metodologia empregada incluiu:

Contagem física de todos os ativos imobilizados; verificação do estado de conservação e funcionalidade dos bens; reconciliação dos itens físicos com os registros contábeis; avaliação da vida útil remanescente dos ativos; análise de possíveis indicadores de perda por redução ao valor recuperável; recuperação de registros fundiários de todas as áreas sob a administração da companhia.

Todas as discrepâncias identificadas foram minuciosamente analisadas e os ajustes necessários foram propostos e implementados após aprovação da administração.

3. Ajustes Realizados

Os principais ajustes decorrentes do inventário patrimonial foram:
Baixa de Ativos Inexistentes: Identificação e baixa contábil de terrenos que embora tenham sido registrados e inscritos na contabilidade da companhia no inventário anterior, os lotes não tinham a titularidade da companhia em seus registros fundiários pois parte desses terrenos são área de marinha e ou alodiais resultando num ajuste de redução R$ 36.873.400,00.

Correção de Valores: Reavaliação e ajuste do valor contábil de determinados ativos, pois bens foram reagrupados em novas classes de ativos no novo sistema patrimonial e seguindo as diretrizes da Contabilidade Regulatória instituída pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ Resolução ANTAQ nº 49, de 23 de julho de 2021, resultando em uma redução líquida de R$ 3.756.307,23 no ativo imobilizado.

Transferência de valores: Eliminamos o grupo Intangível em andamento e eventuais Ativos Intangíveis que estejam ainda em processo de construção e/ou elaboração estão agora na Classe Imobilizado em Andamento (IA100). Valor transferido: R$ 3.667.505,36.

4. Conclusão e Medidas Futuras

Os ajustes realizados após o inventário patrimonial asseguram que os registros contábeis da Portos do Paraná reflitam de maneira fidedigna e transparente sua posição patrimonial.

Como resultado deste processo, a administração implementará as seguintes medidas:

Revisão e aprimoramento dos procedimentos de controle patrimonial, por meio da elaboração do Manual de Procedimentos de Gestão do Ativo;

Implementação de um sistema de gestão de ativos dentro do ERP instalado e em funcionamento a partir de fevereiro de 2024 (Vide N.E 1.1- Implantação de novas tecnologias);

Treinamento adicional para as equipes envolvidas no controle e gestão patrimonial;
Realização de inventários parciais periódicos para minimizar discrepâncias futuras.

11.2 Intangível

	2022	Aquisições	Amortização	2023
Intangível	226	503	(296)	433
Intangível em Andamento	2.502	1.165	-	3.667
Total do intangível	2.728	1.668	(296)	4.100

	2023	Amortização	Transferência	2024
Intangível	433	(198)	1.753	1.988
Intangível em Andamento	3.667	-	(3.667)	-
Total do intangível	4.100	(198)	(1.914)	1.988

12. Obrigações trabalhistas

	2024	2023
Ordenados a pagar	2.709	2.819
Provisão para Férias	11.073	11.765
Provisão para 13º Salário	-	12
Consignações folha	274	291
Pensões a pagar	86	150
Provisões trabalhistas	2.298	
Total	16.440	15.037

13. Obrigações fiscais e previdenciárias

	2024	2023
Encargos da Folha	4.607	5.296
Contribuição Previdenciária - INSS	1.503	1.862
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	640	776
Imposto de renda retido na fonte – IRRF Folha	2.464	2.658
Contribuições sobre o Faturamento	253.645	253.625
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	208.769	208.753
Programa de Integração Social - PIS	44.876	44.872
Impostos e Contribuições sobre Resultados	10.115	8.372
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	10.115	8.372
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-
Encargos Retidos de Fornecedores	4.408	4.943
Contribuição Previdenciária (Lei 10.833/03)	1.489	733
Imposto de Renda Retido na Fonte (Lei 10833/03)	271	469
Outros Tributos Federais (PIS/COFINS/CSLL)	500	2.432
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	2.148	1.309
	272.775	272.236
Circulante	20.683	11.772
Não circulante	252.092	260.464

14. Adiantamento de clientes

Para que seja liberada qualquer operação nos Portos de Paranaguá e Antonina o cliente deverá obrigatoriamente efetuar um adiantamento dos valores referente à operação pretendida. O aporte poderá ser através de caução, seguro ou fiança. Esta norma interna foi estabelecida na Ordem Serviço nº 237-12 e é utilizada inclusive para o consumo de água e energia elétrica dentro da área do porto organizado. Os adiantamentos são registrados na contabilidade e após o fechamento da operação, a PORTOS DO PARANÁ emite a fatura correspondente e compensa o valor do adiantamento recebido. Em 31 de dezembro de 2024 o valor desta conta é de R$14.615 e de R$17.889 em 31 de dezembro de 2023.

15. Provisões judiciais

A empresa mantém provisões para perdas em ações judiciais com o objetivo de cobrir possíveis obrigações decorrentes de litígios em andamento. Essas provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou implícita) como resultado de um evento passado, é provável que uma saída de recursos será necessária para liquidar a obrigação, e o valor da obrigação pode ser estimado de forma confiável.

As provisões são baseadas em avaliações realizadas pela área jurídica da empresa, em conjunto com consultores externos, quando necessário, considerando a probabilidade de perda e a melhor estimativa do desembolso financeiro. A empresa revisa regularmente essas provisões, ajustando-as conforme novas informações surgem ou quando há mudanças significativas nas circunstâncias dos processos.

No balanço atual, a provisão para perdas em ações judiciais está detalhada conforme o grau de risco associado a cada processo, separadas por esfera (trabalhista e cível), conforme abaixo:

Esfera Trabalhista:

- **Risco Remoto**:
  Valor estimado: R$ 10.437.133,29
  Quantidade de Processos: 71
- **Risco Possível:**
  Valor: R$ 0,00 (não há valor conhecido para as ações neste grau de risco no momento)
  Quantidade de Processos: 24
- **Risco Provável:**
  Valor Provisionado: R$ 54.566.208,77
  Quantidade de Processos: 212
- **Precatórios Expedidos:**
  Valor Provisionado: R$ 29.437.577,93
  Quantidade de Processos: 34

Esfera Cível:

- **Risco Remoto:**
  Valor Estimado: R$ 94.065.102,79
- **Risco Possível:**
  Valor Estimado: R$ 6.739.077,21
- **Risco Provável:**
  Valor Provisionado: R$ 110.836.964,27

O valor total provisionado para perdas em ações judiciais com grau de risco classificado como provável mais os precatórios é de 194,840 milhões de reais, conforme quadro a seguir, refletindo a estimativa da administração com base nas informações disponíveis até a data de fechamento das demonstrações financeiras. A empresa continuará monitorando os desenvolvimentos dos processos e ajustará as provisões conforme necessário, garantindo que os valores provisionados reflitam adequadamente os riscos associados.

Provisões totais por grau de risco provável	2024	2023
Trabalhistas	**54.566**	65.485
Cíveis	**110.837**	89.178
Precatórios (i)	**29.437**	29.438
Total	**194.840**	184.101

(i) As execuções para a cobrança de dívida de órgãos de Direito Público da União, Estados, Municípios, Autarquias e Fundações Públicas se processam pela expedição de uma ordem de pagamento para inclusão desta dívida no orçamento público. Este título é conhecido como precatório requisitório e é expedido após decisão transitado em julgado da qual o ente público tenha sido condenado. Em algumas ações o juiz determina que o valor devido possa ser reconhecido como precatório do Governo do Estado, podendo ou não ser aceito dentro do prazo estipulado, portanto, reconhecemos a provisão destas ações no curto prazo, pois caso o Estado determine o pagamento, a PORTOS DO PARANÁ deverá cumprir a requisição.

16. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social da PORTOS DO PARANÁ é de R$1.086.443.861,38 (um bilhão, oitenta e seis milhões e quatrocentos e quarenta e três mil, oitocentos e sessenta e um reais e trinta e oito centavos), totalmente integralizados pelo Estado do Paraná.

O capital social da Companhia só poderá ser alterado por decreto do poder executivo, mediante a capitalização, doação, bens, reservas e outros recursos de bens e direitos que vierem a ser destinados a esse fim com anuência do Conselho de Administração e da Assembleia Geral Ordinária.

b) Resultado do período

O resultado contábil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi um lucro de 121.547 milhões de reais e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia registrou um lucro contábil de 188.679 milhões de reais. Os lucros auferidos pela PORTOS DO PARANÁ deverão ser compensados com a conta de prejuízos acumulados.

O EBITDA, que significa Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, atingiu a marca de 125.468 milhões e o EBITDA Ajustado, que soma ao EBITDA outras despesas operacionais e PCLD, conseguiu atingir 162.060 milhões.

	2024	2023
EBITDA	**125.468**	195.190
EBITDA Ajustado	**162.060**	299.800
Margem EBITDA	**21%**	31%
Margem EBITDA Ajustado	**28%**	48%

c) Lucros (prejuízos) acumulados

A Reserva de Lucro registrada no patrimônio líquido da PORTOS DO PARANÁ para 31 de dezembro de 2024 é de R$40.550 sendo composta por reserva de legal e reserva de lucro para investimentos, no exercício findo de 31 de dezembro de 2023 foi registro um prejuízo de R$48.442.

Ajustes de exercícios anteriores

d) Nesta rubrica transitaram atualizações de processos judiciais de longa data que não foram relevantes na

movimentação do período. A maior parte se deve à transição de grau de risco de possível para provável nestas ações, o que ensejou esta movimentação, conforme demonstrado na Demonstração do Resultado Abrangente.

17. Receita operacional

	2024	2023
Infraestrutura de Acesso Aquaviário	**231.529**	211.330
Infraestrutura de Acostagem	**19.169**	17.337
Infraestrutura Operacional Terrestre	**104.306**	89.060
Receitas de Armazenagem	**2.082**	3.165
Receitas por Utilização de Equipamentos	**35.749**	46.221
Diversos Padronizados	**6.560**	6.110
Contratos de Arrendamento	**212.610**	275.025
Receitas Complementares	**11.875**	13.006
	623.880	661.254
(-) Deduções da receita	**(35.665)**	(40.294)
Receita operacional líquida	**588.214**	620.960

As receitas da PORTOS DO PARANÁ são obtidas pela cobrança da disponibilização da infraestrutura do porto organizado aos operadores portuários para que realizem as operações de importação e exportação de produtos e mercadorias e sua armazenagem. A disponibilização do cais, canal de acesso e armazéns são cobradas mediante emissão de faturas. Para cada espécie de tarifa cobrada há uma tabela cujo valores foram aprovados pelo órgão regulador – ANTAQ.

A receita de arrendamento é reconhecida mensalmente no resultado e sua cobrança ocorre conforme estipulado no contrato firmado com o arrendatário. A base para o cálculo do valor mensal devido compreende um valor sobre cada m² arrendado e o um valor sobre o volume de cargas movimentadas no mês.

As tarifas de armazenagem são cobradas no momento da retirada da mercadoria pelo cliente. As demais receitas operacionais relacionadas com a utilização da infraestrutura portuária são reconhecidas na contabilidade no fechamento de cada navio.

Em relação aos tributos incidentes sobre o faturamento, são apurados o PIS e o COFINS, no regime cumulativo, em alíquotas de 0,65% e 3,00% respectivamente.

18. Custos operacionais

Os custos operacionais da PORTOS DO PARANÁ, compreendem gastos para manter a infraestrutura e as condições necessárias de funcionamento dos portos paranaenses, sendo todas aquelas relacionadas à atividade finalística da Autoridade Portuária, conforme a Lei 12.815/2013, o Convênio de Delegação da exploração dos portos paranaenses da União ao Estado do Paraná, e o Estatuto Social da empresa. Os custos são todas as obrigações como dragagem de manutenção do canal de acesso, bacia de evolução e berços de atracação, sinalização náutica, batimetria para verificação das profundidades, além de segurança portuária, gestão ambiental, manutenção dos equipamentos. da infraestrutura e dos acessos, além de mão-de-obra de fiscalização, seguro compreensivo portuário etc. Os custos se classificam conforme tabela abaixo:

Custos dos Serviços Prestados	2024	2023
Custos da Infraestrutura Marítima	**(127.900)**	(128.812)
Custos da Infraestrutura de Acostagem	**(23.322)**	(2.326)
Custos da Infraestrutura Terrestre	**(21.335)**	(24.589)
Custos Diversos Padronizados	**(1.494)**	(4.281)
Custos Indiretos	**(182.470)**	(126.342)
Total	**(356.521)**	(286.350)

19. Despesas gerais e administrativas

As despesas são os gastos com as atividades meio da organização, conforme quadro a seguir:

Despesas Administrativas	2024	2023
Despesas com Pessoal Administrativas	**(79.184)**	(78.467)
Serviços de Terceiros e Utilidades	**(4.775)**	(72.460)
Despesas Gerais	**(16.588)**	(19.233)
Depreciação	**(46.690)**	(38.376)
Amortização	**(199)**	(296)
Total	**(147.437)**	(208.832)

20. Outros resultados operacionais

	2024	2023
Despesas PCLD	**-**	(7.323)
Outras Despesas Operacionais	**(36.591)**	(97.287)
Outras receitas(despesas) não recorrentes	**-**	135.350
Outras Receitas	**31.326**	-
Outras Despesas	**(411)**	-
Total	**(5.676)**	30.740

21. Resultado financeiro líquido

	2024	2023
Receita financeira		
Juros recebidos ou auferidos	**5.160**	290
Rendimento de aplicação financeira	**57.375**	36.762
Variações Monetárias Ativas	**2.821**	38.142
Outras Receitas Financeiras	**0**	3
Total	**65.356**	**75.197**
Despesa financeira		
Juros pagos	**(657)**	(372)
Outras despesas financeiras	**(9.828)**	(28)
Total	**(10.485)**	(400)
Resultado financeiro	**54.871**	74.797

22. Instrumentos financeiros

A PORTOS DO PARANÁ, efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os objetivos e processos de gestão dos riscos e os métodos utilizados para mensurá-los, são apresentados a seguir:

a) Risco de crédito

A PORTOS DO PARANÁ está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais em relação às contas a receber, depósitos e aplicações em instituições financeiras.

Todas as receitas da PORTOS DO PARANÁ, tanto as tarifas cobradas pelo acesso e utilização do cais, como também as receitas de apoio e armazenagem, são recebidas de forma antecipada do cliente, minimizando os riscos de inadimplência. A receita de arrendamento é cobrada mensalmente e, representou cerca de 30% do faturamento da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. O montante do risco para o período findo em 31 de dezembro de 2024 está demonstrado a seguir:

	2024
Caixa e equivalente de caixa	**514.847**
Contas a receber	**19.065**
	533.912

b) Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: as aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

c) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada no porto organizado é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro para que a PORTOS DO PARANÁ possa honrar os compromissos assumidos para manutenção da infraestrutura e investir recursos para tornar o porto mais eficiente.

d) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da infraestrutura portuária concedida ao Estado do Paraná por meio do 1º aditivo ao Convênio de Delegação nº 037/2001 com vigência até 2052. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

23. Transações com partes relacionadas

É a parte que está relacionada com a entidade, direta ou indiretamente, por meio de um ou mais intermediários, quando a parte: (i) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da entidade (isso inclui controladoras ou controladas); (ii) tiver interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a entidade; ou (iii) tiver controle conjunto sobre a entidade. Transação com partes relacionadas é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

Saldo a pagar a partes relacionadas

Entidades controlada pelo Estado do Paraná	2024	2023
Copel Distribuição S.A.(i)	**355**	683
Cia de Tecnologia da Informação do Paraná	**-**	1.001
	355	1.684

(i) Em 2023, ocorreu uma mudança significativa na estrutura acionária da **Companhia Paranaense de Energia (Copel)**, empresa anteriormente controlada integralmente pelo Estado do Paraná. A partir desse ano, o Estado do Paraná reduziu sua participação acionária na Copel, deixando de ser seu controlador exclusivo. Essa mudança ocorreu por meio de uma oferta pública de ações (OPA), na qual a participação do Estado foi reduzida para aproximadamente 32% do capital votante, mantendo o controle acionário, mas permitindo a entrada de investidores privados no capital da empresa.

Remuneração dos conselhos (em reais)

	2024	2023
CONSAD - Conselho de Administração	**47.892,32**	47.892,32
CONFISC - Conselho Fiscal	**11.973,09**	11.973,09
CAE - Comitê de Auditoria Estatutário	**8.979,81**	8.979,81
CIA - Comitê de Indicação e Avaliação	**17.959,62**	15.165,90
	86.804,84	84.011,12

Quantidade de membros

	2024	2023
CONSAD -Conselho de Administração	**8**	9
CONFISC - Conselho Fiscal	**3**	3
CAE - Comitê de Auditoria Estatutário	**3**	3
CIA – Comitê de Indicação e Avaliação	**6**	6
	20	21

24. Seguros

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado da Portos do Paraná e com os bens da União sob uso e guarda desta Companhia.

A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da companhia e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário. A validade desta apólice é de 08 de março até 08 de setembro deste exercício. O prazo menor de vigência é porque a contratação foi realizada de forma emergencial, com limite máximo de 180 dias, pois o Pregão Eletrônico que objetivava a contratação restou deserto em duas oportunidades (16/11/2023 e 09/01/2024).

A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da Companhia, previstas na Lei 12.815, de 5 de junho de 2013, e com vigência de 27 de janeiro de 2024 até 27 de janeiro de 2025.

Abaixo, valores das coberturas vigentes (em milhares de reais):

	2024	2023
Riscos operacionais	-	45.000
Responsabilidade civil	**10.000**	10.000

25. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes passíveis de publicação e/ou ajuste contábil no período que compreenda a data de fechamento do trimestre e a emissão desta Demonstração Financeira.

Paranaguá, 21 de março de 2025.

RODRIGO NERIS CAVALCANTI:28542005864
Assinado digitalmente por RODRIGO NERIS CAVALCANTI:28542005864
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=34028316000103, OU=presencial, CN=RODRIGO NERIS CAVALCANTI:28542005864
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: Paranaguá - PR
Data: 2025.03.24 13:22:10-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2023.2.0

Rodrigo Neris Cavalcanti
CRC PR-066466/O-9
Contador Responsável

ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA:79621439000191
Assinado digitalmente por ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA:79621439000191
Razão: Eu estou aprovando este documento com minha assinatura de vinculação legal
Localização: Paranaguá - PR
Data: 2025.03.24 13:24:28-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2023.2.0

Luiz Fernando Garcia da Silva
Diretor-Presidente

- x --

10. 010 - Relatório do Controle Interno (IX - Relatorio do Controle Interno)

Relatório do Controle Interno

Conforme IN nº 190/2024 – TCE-PR e
IN CGE nº 03/2025

Carlos Eidam de Assis
Superintendente de Governança

Fabricio Monfort Barboza
Coordenador de Controle Interno

Relatório Anual de Prestação de Contas – Exercício 2024

COMUNICAÇÃO INTERNA 2896/2025. Assinatura Simples realizada por: **Fabricio Monfort Barboza (XXX.934.221-XX)** em 22/04/2025 10:45. Inserido ao documento **1.392.326** por: **Fabricio Monfort Barboza** em: 22/04/2025 10:45. Demais assinaturas na última folha. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **817ae656d4f130e68a36b5d4c2ae07af**.

Sumário

1. Apresentação da Prestação de Contas 3
2. Metodologia 3
3. Áreas Avaliadas 3
4. Avaliação do Cumprimento e da Execução das Metas Previstas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual 3
5. Avaliação dos Resultados quanto à Eficácia e à eficiência da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial 4
5.1. Gestão Orçamentária 4
5.1.1. Eficácia da Gestão Orçamentária 4
5.1.2. Eficiência da Gestão Orçamentária 5
5.2. Gestão Financeira 9
5.2.1. Eficácia da Gestão Financeira 9
5.2.2. Eficiência da Gestão Financeira. 10
5.3. Gestão Patrimonial 12
5.3.1. Eficácia da Gestão Patrimonial 12
5.3.2. Eficiência da Gestão Patrimonial 13
6. Ações Pontuais do Agente de Controle Interno Avaliativo 14
6.1. Introdução 14
6.2. Equipe Técnica 15
6.3. Capacitações Realizadas 16
6.4. Relatório da Coordenadoria de Controle Interno 16
7. Relatório da Coordenadoria de Controle Interno (ANEXO) 23

COMUNICAÇÃO INTERNA 2896/2025. Assinatura Simples realizada por: **Fabricio Monfort Barboza (XXX.934.221-XX)** em 22/04/2025 10:45. Inserido ao documento **1.392.326** por: **Fabricio Monfort Barboza** em: 22/04/2025 10:45. Demais assinaturas na última folha. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **817ae656d4f130e68a36b5d4c2ae07af**.

1. APRESENTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Em cumprimento às determinações da Instrução Normativa n.º 190/2024 – TCE/PR, apresento o Relatório e Parecer do Controle Interno do exercício financeiro de 2024 da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA.

A execução dos trabalhos foi orientada pela Controladoria-Geral do Estado, por meio da Coordenadoria de Controle Interno, nos termos do Decreto Estadual nº 2.741/2019, que elaborou um roteiro em atendimento às exigências da precitada Instrução Normativa. O relatório está estruturado em tópicos e circunstanciado em sínteses dos itens previstos no artigo 11º inciso IX e suas alíneas, incisos X e XI da IN 190/2024 - TCE/PR.

2. METODOLOGIA

A realização deste trabalho se baseou em procedimentos e técnicas de controle com vistas a formar opinativo sobre a suficiência ou inadequação, como o exame dos documentos dos controles existentes, a observação física de bens, comparativos entre previsão e execução, análise de ambiente e entrevistas a gestores e ordenadores de despesa.

3. ÁREAS AVALIADAS

As áreas e ações avaliadas no exercício de 2024 compreenderam:

1. Execução Orçamentária;
2. Gestão Patrimonial;
3. Cumprimento das metas do Plano Plurianual, do Plano de Governo e Relatório da Controladoria -Geral do Estado;
4. Procedimentos e Controles Internos de acordo com o escopo do Plano de Atividades de Controle Interno – 2024;
5. Outras avaliações pertinentes à Empresa Pública.

4. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO E DA EXECUÇÃO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL, NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

COMUNICAÇÃO INTERNA 2896/2025. Assinatura Simples realizada por: **Fabricio Monfort Barboza (XXX.934.221-XX)** em 22/04/2025 10:45. Inserido ao documento **1.392.326** por: **Fabricio Monfort Barboza** em: 22/04/2025 10:45. Demais assinaturas na última folha. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **817ae656d4f130e68a36b5d4c2ae07af**.

A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, por ser uma Empresa Pública independente, possui orçamento próprio, assim, ela não necessita dos recursos financeiros do Estado. Dessa forma ela fixa na Lei Orçamentária Anual apenas as despesas de investimentos.

5. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICÁCIA E À EFICIÊNCIA DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

5.1. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1.1. Eficácia da Gestão Orçamentária

Consiste no pleno alcance dos objetivos e metas de desempenho previamente definido aliado a observância dos prazos estabelecidos, não possuindo relação direta com a avaliação dos custos envolvidos. Sua mensuração se faz a partir da relação entre os resultados obtidos e os previstos para as ações dentro de cada Projeto/Atividade constante na Lei Orçamentária Anual (calculado automaticamente no Sistema Integrado de Gestão, Avaliação e Monitoramento Estadual – SIGAME).

$$Coeficiente\ de\ Eficácia\ Individual\ (COI) = \frac{Meta\ realizada\ por\ Projeto\ Atividade}{Meta\ Física\ prevista\ por\ Projeto\ Atividade}$$

Após o cálculo do "Coeficiente de Eficácia Individual – COI" será determinado o "Coeficiente de Eficácia Global – COG", por meio do somatório dos coeficientes individuais de cada ação dentro do Projeto/Atividade" dividido pelo total de ações que foram objeto de mensuração (somente aqueles que possuem meta física e compuseram cada coeficiente individual).

$$Coeficiente\ de\ Eficácia\ Global\ (COG) = \frac{\sum COI\ das\ ações\ de\ cada\ Projeto/Atividade}{Quantidade\ de\ Ações}$$

Para efeito de avaliação da eficácia da gestão orçamentária, foi verificado o desempenho das metas estabelecidas na Lei Orçamentaria Anual para cada "ação", concluindo por uma das seguintes hipóteses:

COMUNICAÇÃO INTERNA 2896/2025. Assinatura Simples realizada por: **Fabricio Monfort Barboza (XXX.934.221-XX)** em 22/04/2025 10:45. Inserido ao documento **1.392.326** por: **Fabricio Monfort Barboza** em: 22/04/2025 10:45. Demais assinaturas na última folha. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **817ae656d4f130e68a36b5d4c2ae07af**.

→ Gestão Orçamentária Eficaz: a totalidade das ações dos "Projetos/Atividades" com meta prevista na Lei Orçamentária Anual apresentar "Coeficiente de Eficácia Global – COG" igual ou maior que 0,9 (nove décimos);

→ Gestão Orçamentária Parcialmente Eficaz: a totalidade das ações dos "projetos/Atividades" com meta física na Lei Orçamentária Anual apresentar "Coeficiente de Eficácia Global – COG" igual ou maior que 0,5 (cinco décimos) e menor que 0,9 (nove décimos);

→ Gestão Orçamentária Ineficaz: hipótese em que a totalidade das ações dos "Projetos/Atividades" com meta física prevista na Lei Orçamentária Anual apresentar "Coeficiente de Eficácia Global – COG" menor que 0,5 (cinco décimos).

5.1.2. Eficiência da Gestão Orçamentária

É a otimização da relação existente entre os resultados produzidos e os recursos empregados. Esta mensuração se faz a partir da comparação dos resultados obtidos e custos incorridos em face dos inicialmente previstos ("Coeficiente de Eficiência Individual – CEI"). Ou seja, despesa empenhada versus fixada (Total Orçamentário) para as ações de cada Projeto / Atividade constante da Lei Orçamentária Anual e que foram objeto de aplicação do "Coeficiente de Eficácia Individual – COI", empregando-se o seguinte indicador:

$$Coeficiente\ de\ Eificência\ Individal\ (CEI) = \frac{Coeficiente\ de\ Eficácia\ Individual\ (COI)}{Despesa\frac{Executada}{Fixada}}$$

O "Coeficiente de Eficácia Global" será determinado após o cálculo do "Coeficiente de Eficácia Individual – CEI", por meio do somatório do CEI para cada Projeto/Atividade.

$$Coeficiente\ de\ Eficiência\ Global\ (CEG) = \frac{\sum CEI\ das\ ações\ de\ cada\ Projeto/Atividade}{Quantidade\ de\ ações}$$

Para efeito de avaliação de gestão orçamentária, sob o aspecto de sua eficiência, foi verificado o desempenho das metas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual para cada "Projeto/Atividade" em relação ao consumo dos recursos incialmente previstos, concluindo por uma das seguintes hipóteses:

COMUNICAÇÃO INTERNA 2896/2025. Assinatura Simples realizada por: **Fabricio Monfort Barboza (XXX.934.221-XX)** em 22/04/2025 10:45. Inserido ao documento **1.392.326** por: **Fabricio Monfort Barboza** em: 22/04/2025 10:45. Demais assinaturas na última folha. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **817ae656d4f130e68a36b5d4c2ae07af**.

→ Gestão Orçamentária Eficiente: a totalidade dos "Projetos/Atividades" com meta física prevista na Lei Orçamentária Anual apresentar "Coeficiente de Eficiência Global – CEG" igual ou maior que 0,9 (nove décimos);

→Gestão Orçamentária Parcialmente Eficiente: a totalidade dos "Projetos/Atividades" com meta física prevista na Lei Orçamentária Anual apresentar "Coeficiente de Eficiência Global – CEG" igual ou maior que 0,5 (cinco décimos) e menor que 0,9 (nove décimos);

→Gestão Orçamentária Ineficiente: a totalidade dos "Projetos/Atividades" com meta física prevista na Lei Orçamentária Anual apresentar "Coeficiente de Eficiência Global – CEG" menor que 0,5 (cinco décimos).

I. Implantação da Moega Ferroviária, uma estrutura de recepção de cargas exclusiva para trens que transportam granéis sólidos. Esta obra possibilita a concentração da descarga ferroviária, com posterior transferência automatizada aos terminais operadores – AF 01

Contrato: 005/2023
Objeto: Contratação de empresa para execução das obras de engenharia para a implantação empreendimento denominado Cais Leste – "Moegão", que visa a centralização da descarga ferroviária em uma moega exclusiva, otimizando a capacidade de recepção e distribuição de cargas no Porto de Paranaguá.
Andamento: Obra em andamento conforme contrato n° 005/2023, com execução realizada em 2024 dentro do esperado, sendo que a maior parte da execução está prevista para 2025 e conclusão em 2026.

Coeficiente de Eficácia Individual (COI) =	7679,62 / 8900	=	0,86
Coeficiente de Eficiência Individual (CEI) =	0,86 / 1,424	=	0,60

II. Readequação viária e ferroviária na região Leste do Porto de Paranaguá, dentro do Perímetro do Porto Organizado, de modo a organização os fluxos rodoviários e ferroviários, propiciando a operação em pêra e a descarga centralizada de vagões no empreendimento da Moega Ferroviária. – AF 02

COMUNICAÇÃO INTERNA 2896/2025. Assinatura Simples realizada por: **Fabricio Monfort Barboza (XXX.934.221-XX)** em 22/04/2025 10:45. Inserido ao documento **1.392.326** por: **Fabricio Monfort Barboza** em: 22/04/2025 10:45. Demais assinaturas na última folha. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **817ae656d4f130e68a36b5d4c2ae07af**.

Contrato: 078/2024
Objeto: Contratação de empresa para elaboração dos projetos executivos e realização das obras de Reestruturação Rodoferroviária da Região Leste do Porto de Paranaguá, visando o reordenamento do sistema viário e implantação de pêra ferroviária para centralização da descarga de trens em moegas exclusivas (Moegão).
Andamento: Obra autorizada no último trimestre de 2024, através da Ordem de Serviço n° 262/2024, as mobilizações iniciais foram realizadas em novembro de 2024, o primeiro pagamento está previsto para janeiro de 2025.

Coeficiente de Eficácia Individual (COI) =	0 / 1500	= **0**
Coeficiente de Eficiência Individual (CEI) =	0 / 1,424	= **0**

III. Desassoreamento (remoção de sedimentos e detritos) do fundo da Baía de Paranaguá, visando a manutenção da profundidade (calado) para o tráfego marítimo. AF-03

Contrato: 097/2018
Objeto: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de dragagem de manutenção continuada, visando remover o assoreamento dos canais de acesso, bacias de evolução, berços públicos e o Fundeadouro 6, de forma a manter as dimensões e profundidas previstas.
Andamento: A dragagem de manutenção de caráter continuado visa manter o calado operacional dos portos de Paranaguá e Antonina em níveis apropriados para operação portuária, em 2024 foram investidos cerca de 70 milhões em dragagem, que possibilitaram inclusive o fechamento de mais um recorde histórico de movimentação. O Contrato foi executado dentro do esperado durante o exercício de 2025, tendo em vista as particularidades referentes a dragagem.

Coeficiente de Eficácia Individual (COI) =	1.732.694,20 / 1.500.00,00	= **1,15**
Coeficiente de Eficiência Individual (CEI) =	1,15 / 1,424	= **0,81**

COMUNICAÇÃO INTERNA 2896/2025. Assinatura Simples realizada por: **Fabricio Monfort Barboza (XXX.934.221-XX)** em 22/04/2025 10:45. Inserido ao documento **1.392.326** por: **Fabricio Monfort Barboza** em: 22/04/2025 10:45. Demais assinaturas na última folha. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **817ae656d4f130e68a36b5d4c2ae07af**.

Avaliação da Eficiência e Eficácia da Gestão Orçamentária (COG e CEG)

- Coeficiente de Eficácia Global (COG): soma dos COI/n° de ações do orçamento.

$$\frac{0{,}86 + 0 + 1{,}15}{3} = 0{,}67$$

O índice calculado de **0,67** demonstra uma gestão orçamentária parcialmente eficaz, pois o coeficiente da execução da meta física prevista na Lei Orçamentária Anual foi igual ou maior que 0,5 (cinco décimos) e menor que 0,9 (nove décimos).

- Coeficiente de Eficiência Global (CEG): soma dos CEI /n° de ações do orçamento

$$\frac{0{,}60 + 0 + 0{,}81}{3} = 0{,}47$$

O índice calculado de **0,47** demonstra uma gestão orçamentária ineficiente, pois o coeficiente calculado foi inferior a 0,5 (cinco décimos).

Avaliação do Controle Interno: Com base nas informações do Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento – 2024, observa-se que a previsão orçamentária total para o exercício foi de R$ 124.500.000,00 (cento e vinte e quatro milhões e quinhentos mil reais). No entanto, o valor efetivamente executado alcançou R$ 177.405.048,09 (cento e setenta e sete milhões, quatrocentos e cinco mil, quarenta e oito reais e nove centavos), correspondendo a 142,4% do montante originalmente previsto.

Essa execução orçamentária acima do planejado decorre, principalmente, da complexidade envolvida na estimativa dos serviços de dragagem de manutenção continuada. Trata-se de um processo altamente dinâmico, sujeito a diversos fatores técnicos, ambientais e operacionais que afetam diretamente a previsão e a execução física dos serviços, exigindo ajustes frequentes durante a execução.

Destaca-se, ainda, que duas das três ações inicialmente previstas estiveram em execução ao longo de 2024. A segunda ação (AF 02), referente a readequação viária e rodoferroviária, iniciou sua mobilização no último bimestre de 2024, com execução programada para o exercício de 2025. Todas as ações foram devidamente acompanhadas e monitoradas ao longo do exercício, com as justificativas de desempenho apresentadas pela área responsável.

COMUNICAÇÃO INTERNA 2896/2025. Assinatura Simples realizada por: **Fabricio Monfort Barboza (XXX.934.221-XX)** em 22/04/2025 10:45. Inserido ao documento **1.392.326** por: **Fabricio Monfort Barboza** em: 22/04/2025 10:45. Demais assinaturas na última folha. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **817ae656d4f130e68a36b5d4c2ae07af**.

5.2. GESTÃO FINANCEIRA

Na Gestão Financeira da APPA no exercício de 2024 foram analisados por este Controle Interno sob a ótica da sua eficácia e eficiência, consoante as recomendações contidas na Instrução Normativa nº 03/2025 – CGE-PR.

5.2.1. Eficácia da Gestão Financeira

A Instrução Normativa CGE nº 03/2025 estabelece que a eficácia da gestão financeira deve ser compreendida como a observância aos limites das disponibilidades financeiras existentes, especialmente no que diz respeito à assunção de novos compromissos.

Na Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), o controle do saldo disponível para cumprimento das obrigações da empresa tem início com a elaboração do orçamento das saídas financeiras, aliado às previsões de recebimentos. Com base nesse controle, são tomadas decisões estratégicas quanto à realização de novos investimentos, considerando-se a expectativa futura do saldo em caixa.

Todas as novas despesas são autorizadas mediante a emissão da "Declaração de Disponibilidade Financeira", documento que comprova a existência de recursos financeiros suficientes para respaldar os compromissos assumidos. Esse documento também identifica as contas financeiras envolvidas, o tipo de despesa ou imobilização, e os respectivos registros de apropriação de custos, receitas, despesas e investimentos, conforme estabelecido no item 2.2.6 do Manual de Normas e Procedimentos Financeiros, Contábeis e de Faturamento.

Ao final do exercício de 2024, a APPA registrou R$ 578,82 milhões em recursos financeiros próprios, conforme demonstrado no relatório "Investimentos Financeiros – Resumo 2024". Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras somaram R$ 56,88 milhões, já líquidos das retenções tributárias. O Panorama Financeiro Mensal e os Resultados Contábeis foram apresentados regularmente ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, conforme registrado nas respectivas atas disponíveis no portal institucional (https://www.portosdoparana.pr.gov.br/Pagina/Conselho-de-Administracao e https://www.portosdoparana.pr.gov.br/Pagina/Conselho-Fiscal), demonstrando, por meio das instâncias de governança corporativa, a adequada gestão e o acompanhamento das disponibilidades financeiras da organização.

Avaliação da eficácia da gestão financeira: A gestão financeira da APPA no exercício de 2024 revelou-se eficaz, assegurando o equilíbrio entre as obrigações assumidas e a capacidade

COMUNICAÇÃO INTERNA 2896/2025. Assinatura Simples realizada por: **Fabricio Monfort Barboza (XXX.934.221-XX)** em 22/04/2025 10:45. Inserido ao documento **1.392.326** por: **Fabricio Monfort Barboza** em: 22/04/2025 10:45. Demais assinaturas na última folha. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **817ae656d4f130e68a36b5d4c2ae07af**.

financeira da entidade. A adoção de instrumentos formais como a Declaração de Disponibilidade Financeira, o acompanhamento sistemático das receitas e despesas, e a transparência na prestação de contas junto aos conselhos de governança demonstram responsabilidade fiscal, planejamento adequado e alinhamento com os princípios da administração pública. Esse conjunto de práticas evidencia o compromisso da APPA com a sustentabilidade financeira e a boa governança.

5.2.2. Eficiência da Gestão Financeira.

A Instrução Normativa CGE nº 03/2025 estabelece que a eficiência da gestão financeira deverá considerar o controle e a utilização dos recursos financeiros com vistas à observância de disposições legais específicas, ao conhecimento tempestivo das disponibilidades da organização, para efeito de assunção de compromissos financeiros.

Ao longo do exercício de 2024 foram utilizados os métodos de controle normatizados através do Manual de Normas e Procedimentos Financeiros, Contábeis e de Faturamento, instituído através da Ordem de Serviço nº 054/2020/APPA. Os pagamentos são lançados em sistema de Gestão Empresarial (ERP), onde já são também emitidas as guias para recolhimento dos tributos das Notas Fiscais dos fornecedores.

É importante pontuar que durante o exercício de 2024 foi realizada a implementação de novo ERP, desta forma os Manuais e Normas estabelecidos internamente carecem de atualização integral, para total alinhamento com as práticas organizacionais.

Após o processamento dos pagamentos na instituição bancária, os comprovantes são inseridos nos protocolos digitais, e é feita a baixa dos pagamentos no sistema ERP. Além disto, também é realizado o controle diário do fluxo de caixa, realizado em planilhas Excel, com novo controle de todos os pagamentos efetuados, junto de breve identificação dos mesmos, para duplo controle, reduzindo ao máximo as chances de erros ou fraudes nas contas a pagar.

Os pagamentos foram realizados dentro dos respectivos vencimentos, conforme a programação financeira planejada para o exercício de 2024.

Em relação às aplicações financeiras, os recursos são alocados em Fundos Exclusivos de Investimentos, com investimentos em títulos públicos, títulos privados e depósitos a prazo. O fundo Caixa Portos rendeu 99,08% da taxa do CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro), e o fundo BB Excelência rendeu 101,52%. No exercício de 2024, o rendimento líquido totalizou R$ 56.884.312,96 (Cinquenta e seis milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, trezentos e doze reais e noventa e seis centavos). Apresentamos tabela abaixo demonstrando o rendimento dos investimentos financeiros:

COMUNICAÇÃO INTERNA 2896/2025. Assinatura Simples realizada por: **Fabricio Monfort Barboza (XXX.934.221-XX)** em 22/04/2025 10:45. Inserido ao documento **1.392.326** por: **Fabricio Monfort Barboza** em: 22/04/2025 10:45. Demais assinaturas na última folha. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **817ae656d4f130e68a36b5d4c2ae07af**.

Rendimento dos Investimentos Financeiros										
Mês	Rendimento Bruto		IOF		IR Retido		Rendimento Líquido		SELIC Mensal	LIQ*
Janeiro	R$	3.851.209,38	R$	-	R$	-	R$	3.851.209,38	0,97%	0,98%
Fevereiro	R$	3.295.507,04	R$	-	R$	-	R$	3.295.507,04	0,80%	0,79%
Março	R$	3.560.531,45	R$	-	R$	-	R$	3.560.531,45	0,83%	0,86%
Abril	R$	4.695.899,32	R$	-	R$	-	R$	4.695.899,32	0,89%	0,82%
Maio	R$	4.788.874,37	R$	-	R$	-	R$	4.788.874,37	0,83%	0,81%
Junho	R$	4.580.169,28	R$	-	R$	-	R$	4.580.169,28	0,79%	0,78%
Julho	R$	5.600.235,40	R$	-	R$	-	R$	5.600.235,40	0,91%	0,93%
Agosto	R$	5.338.055,53	R$	-	R$	-	R$	5.338.055,53	0,87%	0,86%
Setembro	R$	5.181.483,65	R$	-	R$	-	R$	5.181.483,65	0,84%	0,84%
Outubro	R$	5.819.195,80	R$	-	R$	-	R$	5.819.195,80	0,93%	0,95%
Novembro	R$	4.918.503,87	R$	-	R$	-	R$	4.918.503,87	0,79%	0,79%
Dezembro	R$	5.254.647,87	R$	-	R$	-	R$	5.254.647,87	0,98%	0,91%
	R$	56.884.312,96	R$	-	R$	-	R$	56.884.312,96	10,92%	10,29%

O desempenho das aplicações em 2024 superou o registrado em 2023, apesar da taxa básica de juros sofrer um decréscimo no primeiro trimestre, mantendo-se até o aumento observado no último trimestre. Esse resultado é atribuído ao crescimento do caixa e à imunidade tributária concedida no final de 2023. A SELIC, definida pelo Banco Central, que estava em 11,75% a.a., em janeiro, fechou dezembro com meta em 12,25% a.a. Com isso, a média da taxa básica de juros ao longo de 2024, foi de 10,93%.

Avaliação da eficiência da gestão financeira: A gestão financeira da APPA no exercício de 2024 apresentou importantes avanços em termos de controle e organização dos recursos, com a adoção de rotinas bem estruturadas. A utilização do sistema ERP para lançamentos e recolhimento de tributos, aliada ao controle diário do fluxo de caixa e à conciliação via protocolos digitais, demonstra o compromisso da organização com a legalidade, a transparência e a mitigação de riscos operacionais. Os pagamentos foram realizados pontualmente, em conformidade com a programação financeira estabelecida. A implementação de novo ERP fortaleceu os controles utilizados nos processos financeiros, entretanto é recomendável a atualização dos Manuais e Normas internas, para total alinhamento com as práticas organizacionais.

A gestão das aplicações financeiras foi eficiente, com resultados positivos. Os rendimentos líquidos totalizaram R$ 56,88 milhões, impulsionados por alocações estratégicas em fundos que superaram o desempenho do CDI. Diante disso, conclui-se que a APPA apresentou uma gestão financeira predominantemente eficiente em 2024, com práticas

COMUNICAÇÃO INTERNA 2896/2025. Assinatura Simples realizada por: **Fabricio Monfort Barboza (XXX.934.221-XX)** em 22/04/2025 10:45. Inserido ao documento **1.392.326** por: **Fabricio Monfort Barboza** em: 22/04/2025 10:45. Demais assinaturas na última folha. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **817ae656d4f130e68a36b5d4c2ae07af**.

sólidas e bons resultados, ainda que mereça atenção especial para os impactos gerados por mudanças operacionais relevantes.

5.3. GESTÃO PATRIMONIAL

Na Gestão Patrimonial da APPA no exercício de 2024 foram analisados por este Controle Interno sob a ótica da sua Eficácia e Eficiência, consoante as recomendações contidas na Instrução Normativa CGE nº 03/2025.

5.3.1. Eficácia da Gestão Patrimonial

A Instrução Normativa CGE nº 03/2025 dispõe que se deve considerar como "eficácia" o alcance dos objetivos que justificam o estabelecimento do patrimônio, sendo necessário observar, simultaneamente, sua utilização e conservação.

No que se refere à eficácia da gestão patrimonial no exercício de 2024, a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) realizou diversas atividades com o intuito de otimizar a utilização de seus ativos e alcançar as finalidades das políticas públicas previamente estabelecidas. De acordo com informações fornecidas pela Coordenadoria de Patrimônio, em 2024 foram realizadas movimentações patrimoniais envolvendo a incorporação de 59 itens e a desincorporação de 61 bens móveis, entre mobiliário e equipamentos de informática. Não houve realização de leilões de bens patrimoniais durante o referido exercício.

A autorização para quaisquer negócios jurídicos envolvendo aquisição, alienação ou oneração de ativos é submetida ao Conselho de Administração (CONSAD) da APPA, conforme previsto no Artigo 7º, inciso XVII, do Regimento Interno do CONSAD-APPA. No exercício de 2024, foi autorizada uma desincorporação, aprovada na 123ª Reunião Ordinária.

Destaca-se a existência de um Programa de Manutenção voltado para os ativos alocados na operação portuária. Nesse âmbito, foram selecionados, através de amostra, oito bens móveis com o maior valor justo de mercado, totalizando R$ 285.912.293,60 (duzentos e oitenta e cinco milhões, novecentos e doze mil, duzentos e noventa e três reais e sessenta centavos), todos contemplados por esse programa.

A Portos do Paraná mantém Acordos de Cooperação para a execução de atividades de operação, limpeza e serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva. Esses acordos foram firmados com a AOCEP, para os Silos Públicos; com a Agrasip, para o Terminal de Fertilizantes e correias transportadoras; com a ATEXP, para o complexo denominado Corredor

COMUNICAÇÃO INTERNA 2896/2025. Assinatura Simples realizada por: **Fabricio Monfort Barboza (XXX.934.221-XX)** em 22/04/2025 10:45. Inserido ao documento **1.392.326** por: **Fabricio Monfort Barboza** em: 22/04/2025 10:45. Demais assinaturas na última folha. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **817ae656d4f130e68a36b5d4c2ae07af**.

de Exportação Leste (COREX); e com a AOCOP, para as instalações de uso público comum do Berço 201.

Avaliação da Eficácia Patrimonial: Com base nas ações desenvolvidas ao longo de 2024, constata-se que a gestão patrimonial da APPA demonstrou eficácia, ao garantir a adequada utilização e conservação de seus ativos, conforme os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa CGE nº 03/2025. As iniciativas de movimentação patrimonial, o controle por meio de alçada de aprovação do CONSAD, os programas de manutenção e os acordos de cooperação evidenciam um comprometimento com a eficácia operacional e a sustentabilidade dos bens públicos, alinhando-se aos princípios da administração pública e às diretrizes de governança institucional.

5.3.2. Eficiência da Gestão Patrimonial

A Instrução Normativa CGE nº 03/2025 dispõe que se considera como "eficiência da gestão patrimonial" o conhecimento tempestivo do patrimônio do órgão, entidade ou fundo, no que se refere à sua composição e utilização.

No que tange à eficiência da gestão patrimonial, na estrutura organizacional da APPA, a Coordenadoria de Patrimônio e Seguros é responsável por todas as atividades inerentes à área, bem como da administração das apólices de seguros patrimoniais.

Sobre a eficiência da Gestão Patrimonial, na estrutura organizacional da APPA, a Coordenadoria de Patrimônio e Seguros é responsável por todas as atividades inerentes à Gestão Patrimonial, tais como, administrar as apólices dos seguros patrimoniais e de frotas da APPA.

Os registros patrimoniais são alimentandos no sistema de gestão empresarial SAP S4/HANNA (ERP). Adicionalmente, em cumprimento ao Ofício Circular nº 6/2018/SRG-ANTAQ, também é utilizado o "SISPAT" (Sistema de Controle Patrimonial dos Portos Organizados), com o objetivo de atender às exigências da agência reguladora do setor.

Os módulos Patrimonial e Contábil são integrados no sistema ERP utilizado, o que assegura a conciliação e os devidos ajustes dos respectivos saldos contábeis, promovendo a fidedignidade e a consistência das informações relativas ao patrimônio da entidade.

A empresa dispõe de relatórios detalhados dos bens patrimoniais, contendo informações como: denominação do imobilizado, descrição, centro de custo, nome do centro de custo, datas de incorporação e desincorporação, número do inventário e status do bem.

COMUNICAÇÃO INTERNA 2896/2025. Assinatura Simples realizada por: **Fabricio Monfort Barboza (XXX.934.221-XX)** em 22/04/2025 10:45. Inserido ao documento **1.392.326** por: **Fabricio Monfort Barboza** em: 22/04/2025 10:45. Demais assinaturas na última folha. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **817ae656d4f130e68a36b5d4c2ae07af**.

Durante o exercício de 2024, o patrimônio esteve assegurado por meio de Seguro Compreensivo de Operador Portuário, abrangendo a garantia de responsabilidade civil e dos bens patrimoniais da APPA, conforme previsto no Processo SUSEP nº 15414.003688/2003-46, cuja contratação foi autorizada por meio da Ordem de Serviço nº 068/2024/APPA. Os locais segurados foram devidamente especificados no Anexo I do Termo de Referência do Edital nº 1000000010, que originou a contratação.

Todos os bens de alto valor agregado são segurados. Em caso de sinistro, além do registro na seguradora, é lavrado Boletim de Ocorrência (BO) pela Unidade Administrativa de Segurança Portuária – UASP, sendo instaurado processo administrativo para formalizar os trâmites ocorridos.

Em casos de furto ou desaparecimento de bens, a APPA, por meio da Unidade Administrativa de Segurança Portuária - UASP, registra Boletim de Ocorrência, além de instaurar processo administrativo para apuração dos fatos. A administração mantém uma planilha de controle dos sinistros relacionados aos bens patrimoniais.

Avaliação da Eficiência da Gestão Patrimonial: A gestão patrimonial da APPA demonstra um elevado grau de eficiência, conforme os parâmetros estabelecidos pela Instrução Normativa CGE nº 03/2025. A adoção de sistemas integrados, como o SAP S4/HANA e o SISPAT, permite o controle preciso e atualizado do acervo patrimonial. A implementação de seguros específicos, o controle rigoroso dos bens de alto valor e a instauração de processos administrativos em caso de sinistros evidenciam uma gestão estruturada, preventiva e responsável. A existência de relatórios completos e programas de manutenção específicos para ativos estratégicos reforça o compromisso da instituição com a conservação, segurança e valorização do patrimônio público sob sua responsabilidade.

6. AÇÕES PONTUAIS DO AGENTE DE CONTROLE INTERNO AVALIATIVO

6.1. INTRODUÇÃO

As ações de Controle Interno no âmbito da Portos do Paraná têm por função auxiliar na mitigação dos riscos de acordo com a complexidade dos processos. O foco de atuação da Coordenadoria de Controle Interno tem caráter orientador e preventivo, auxiliando a gestão e atendendo a todos os níveis hierárquicos da Administração.

Além disso, note-se o caráter opinativo do Controle Interno, haja vista que o gestor pode ou não atender a proposta que lhe seja indicada, sendo dele a responsabilidade e risco dos atos praticados, ou seja, o Controle Interno não controla o gestor, não engessa, nem

COMUNICAÇÃO INTERNA 2896/2025. Assinatura Simples realizada por: **Fabricio Monfort Barboza (XXX.934.221-XX)** em 22/04/2025 10:45. Inserido ao documento **1.392.326** por: **Fabricio Monfort Barboza** em: 22/04/2025 10:45. Demais assinaturas na última folha. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **817ae656d4f130e68a36b5d4c2ae07af**.

impede sua atuação. Ao contrário, controla para o gestor, amplia sua visão, seu conhecimento de todos os meandros da Administração.

Abaixo estão os principais normativos que regeram as ações adotadas pela Coordenadoria de Controle Interno durante o exercício de 2024:

- Lei Federal nº 13.303/2016 – Lei das Estatais;
- Estatuto Social da Portos do Paraná;
- Código de Conduta e Integridade da Portos do Paraná;
- Lei Estadual n° 15.524/2007;
- Institui o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual;
- Instrução Normativa n° 01/2024 (CGE - PR);
- Instrução Normativa n° 02/2024 (CGE - PR);
- Instrução Normativa n° 03/2024 (CGE - PR);
- Resolução nº 08/2021-CGE/PR.

6.2. EQUIPE TÉCNICA

A composição da equipe técnica de Controle Interno, durante o exercício de 2024, apresenta-se abaixo:

Cargo	Nome	Período
Superintendente de Governança	Carlos Eidam de Assis	Janeiro a Dezembro de 2024.
Coordenador de Controle Interno	Fabricio Monfort Barboza	Janeiro a Dezembro de 2024.
Agente de Controle Interno Avaliativo	Jéssica Emily Fuzick Soares	Janeiro a Maio de 2024.

COMUNICAÇÃO INTERNA 2896/2025. Assinatura Simples realizada por: **Fabricio Monfort Barboza (XXX.934.221-XX)** em 22/04/2025 10:45. Inserido ao documento **1.392.326** por: **Fabricio Monfort Barboza** em: 22/04/2025 10:45. Demais assinaturas na última folha. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **817ae656d4f130e68a36b5d4c2ae07af**.

6.3. CAPACITAÇÕES REALIZADAS

As capacitações realizadas pela Coordenadoria estão relacionadas às áreas de controles internos, governança, gestão e ética, e objetivam o desenvolvimento dos colaboradores.

As capacitações realizadas pela equipe da Coordenadoria em 2024 estão detalhadas na tabela abaixo:

Curso	**Carga Horária**
CGE Explica: Assédio no Ambiente de Trabalho - CGE PR	**02 horas**
Capacitação Agentes de Controle Interno Formulário I - CGE PR	**03 horas**
Como Elaborar Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência – Nova Lei de Licitações – Lei nº 14.133/2021	**12 horas**
Governança Corporativa nas Empresas Estatais à luz da Lei 13.303/2016	**20 horas**

6.4. RELATÓRIO DA COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO

O relatório apresenta as atividades previstas no Plano de Trabalho da Coordenadoria de Controle Interno para o exercício de 2024, bem como evidências e informações complementares.

O Plano de Trabalho da Coordenadoria de Controle Interno de 2024 foi aprovado pela Portaria nº 118/2024/APPA. Abaixo serão descritas as atividades realizadas e os resultados obtidos pela Coordenadoria no exercício de 2024:

Descrição	**Elaboração do Plano Anual de Atividades de Controle Interno - PACI 2024**
Protocolo	**21.793.732-9**
Objetivo	**Visando implementar, manter, monitorar, avaliar e revisar os controles internos da gestão para o exercício de 2024, bem como, complementar a Portaria nº 051/2024/APPA, que institui o Controle Interno na APPA. E ainda, a determinação da CGE - PR por meio da Instrução Normativa nº 01/2024 (CGE - PR).**
Período de Realização	**Janeiro a Março**
Resultados Obtidos	**Cumprimento das Instruções Normativas nº 01, 02 e 03 de 2024 da CGE-PR, e estabelecimento das atividades anuais do Controle Interno.**

COMUNICAÇÃO INTERNA 2896/2025. Assinatura Simples realizada por: **Fabricio Monfort Barboza (XXX.934.221-XX)** em 22/04/2025 10:45. Inserido ao documento **1.392.326** por: **Fabricio Monfort Barboza** em: 22/04/2025 10:45. Demais assinaturas na última folha. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **817ae656d4f130e68a36b5d4c2ae07af**.

Descrição	**Elaboração de Relatório e Parecer do Controle Interno - Prestação de Contas Anual - Exercício 2023**
Protocolo	**Processo TCE nº 290955-24**
Objetivo	**Conformidade com a IN nº 182/2023 – TCE-PR e IN nº 03/2024 – CGE-PR.**
Período de Realização	**Março a Abril**
Resultados Obtidos	**Parecer do Controle Interno pela REGULARIDADE COM RECOMENDAÇÕES da referida gestão. Processo julgado Regular com Ressalva quanto à impossibilidade de conclusão sobre a adequação do saldo das contas de "imobilizado e intangível", conforme Parecer dos Auditores Independentes.**

Descrição	**Atendimento ao Formulário nº 01 – 2024 CGE - PR**
Protocolo	**22.338.023-9**
Objetivo	**Verificação dos Controles Internos referentes as áreas "Financeira", "Contábil" e "Administração de Materiais e Bens", conforme IN CGE n° 02/2024.**
Período de Realização	**Junho a Julho.**
Resultados Obtidos	**62 (sessenta e dois) quesitos avaliados pelo Controle Interno, através do levantamento de informações junto às áreas, com 5 (cinco) recomendações emitidas pela CGE-PR.**

Descrição	**Atendimento ao Formulário nº 02 – 2024 CGE - PR**
Protocolo	**22.986.908-6**
Objetivo	**Verificação dos Controles Internos referentes a área de "Ouvidoria", conforme IN CGE n° 02/2024.**
Período de Realização	**Outubro a Novembro.**
Resultados Obtidos	**26 (vinte e seis) quesitos avaliados pelo Controle Interno, através do levantamento de informações junto à área, com 1 (uma) recomendação emitida pela CGE-PR.**

COMUNICAÇÃO INTERNA 2896/2025. Assinatura Simples realizada por: **Fabricio Monfort Barboza (XXX.934.221-XX)** em 22/04/2025 10:45. Inserido ao documento **1.392.326** por: **Fabricio Monfort Barboza** em: 22/04/2025 10:45. Demais assinaturas na última folha. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **817ae656d4f130e68a36b5d4c2ae07af**.

Descrição	**Envio das Demandas dos Órgãos de Controle Externos à CGE -PR**
Protocolo	**21.732.920-5, 21.865.236-0, 22.014.219-1, 22.176.110-3, 22.317.552-0, 22.449.716-4, 22.594.524-1, 22.750.552-4, 22.903.129-5, 23.315.848-8**
Objetivo	**Informar as demandas dos órgãos de controle externo recebidas por esta Administração, em atendimento a Resolução n° 08 de 08 de fevereiro de 2021 da Controladoria Geral do Estado – CGE/PR, para ciência e acompanhamento.**
Período de Realização	**Mensal**
Resultados Obtidos	**Atendimento a Resolução n° 08 de 08 de fevereiro de 2021 da Controladoria Geral do Estado – CGE/PR, através da entrega e envio de 10 (dez) relatórios durante o exercício de 2024.**

Descrição	**Elaboração de Relatórios Quadrimestrais de Transferências Voluntárias e Movimentação de Pessoal**
Protocolo	**22.146.880-5**
Objetivo	**Em atendimento ao OFÍCIO CIRCULAR Nº 04/2024 – GAB/CGE – PR subsidiar a elaboração dos relatórios da Controladoria-Geral do Estado.**
Período de Realização	**Quadrimestral**
Resultados Obtidos	**Entrega de 1 (um) Relatório quadrimestral a CGE-PR, informando o andamento e conformidade dos Convênios de Transferências Voluntárias e da Movimentação de Pessoal.**

Descrição	**Atendimento das demandas recebidas através do Canal de Comunicação - TCE/PR**
Protocolo	**20.565.092-0, 21.059.861-8, 21.609.031-4, 21.619.814-0, 21.053.137-8, 21.355.399-2, 22.948.746-9, 23.071.454-1**
Objetivo	**Cumprimento e atendimento do Art. 157, I, III, VII, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Paraná – TCE/PR.**
Período de Realização	**Contínua**
Resultados Obtidos	**Atendimento de 11 (onze) demandas, recebidas/enviadas através do CACO, dentro do prazo.**

COMUNICAÇÃO INTERNA 2896/2025. Assinatura Simples realizada por: **Fabricio Monfort Barboza (XXX.934.221-XX)** em 22/04/2025 10:45. Inserido ao documento **1.392.326** por: **Fabricio Monfort Barboza** em: 22/04/2025 10:45. Demais assinaturas na última folha. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **817ae656d4f130e68a36b5d4c2ae07af**.

Descrição	**Atendimento as demandas recebidas através do Sistema de Gestão de Acompanhamento -TCE/PR**
Protocolo	**21.683.910-2, 21.780.903-7**
Objetivo	**Cumprimento e atendimento do Art. 157, I, III, VII, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Paraná – TCE/PR.**
Período de Realização	**Contínua**
Resultados Obtidos	**Atendimento de 02 (duas) demandas, recebidas através do SGA, dentro do prazo.**

Descrição	**Atendimento as demandas recebidas através do Sistema Integra – TCE/PR**
Protocolo	**23.243.524-0, 23.071.454-1, 23.071.454-1**
Objetivo	**Cumprimento e atendimento do Art. 157, I, III, VII, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Paraná – TCE/PR.**
Período de Realização	**Contínua**
Resultados Obtidos	**Atendimento de 03 (três) demandas, recebidas através do Integra, dentro do prazo.**

Descrição	**Monitoramento dos processos em trâmite no TCE-PR**
Protocolo	**-**
Objetivo	**Monitorar os processos que possuem a Portos do Paraná como parte interessada.**
Período de Realização	**Contínua**
Resultados Obtidos	**32 (trinta e dois) processos monitorados de forma contínua, registrados em Planilha de Controle, disponíveis para consulta das áreas internas interessadas.**

COMUNICAÇÃO INTERNA 2896/2025. Assinatura Simples realizada por: **Fabricio Monfort Barboza (XXX.934.221-XX)** em 22/04/2025 10:45. Inserido ao documento **1.392.326** por: **Fabricio Monfort Barboza** em: 22/04/2025 10:45. Demais assinaturas na última folha. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **817ae656d4f130e68a36b5d4c2ae07af**.

Descrição	**Monitoramento das Recomendações de Governança**
Protocolo	**-**
Objetivo	**Monitorar o atendimento as recomendações exaradas pelo TCE/PR através do Relatório de Fiscalização da 5ª ICE nº 06/2023.**
Período de Realização	**Contínua**
Resultados Obtidos	**Foi elaborado um Plano de Ação, com atribuição de responsáveis e prazos para atendimento das recomendações. Atualmente 34% do total das ações do plano encontram-se concluídas ou em andamento.**

Descrição	**Encaminhamento de respostas de Intimações recebidas do TCE-PR**
Protocolo	**21.718.584-0, 21.744.069-6, 21.801.698-7, 21.801.725-8, 21.053.137-8, 21.997.519-8, 22.539.568-3, 22.463.621-0, 22.753.509-1, 22.750.325-4, 23.241.355-7, 21.399.958-3, 22.712.427-0, 21.029.072-9, 22.869.973-0, 22.489.246-2, 22.970.924-0, 22.992.079-0, 23.189.060-2, 23.250.054-9, 23.241.355-7, 23.241.951-2**
Objetivo	**Encaminhar petições intermediárias em processos da APPA no TCE-PR, visando cumprir prazos de contraditório ou petições complementares.**
Período de Realização	**Contínua**
Resultados Obtidos	**Atendimento aos prazos para encaminhamento de contraditório e manifestações complementares em 22 (vinte e dois) processos.**

Descrição	**Monitoramento dos Convênios de Transferências Voluntárias (Emissão de avaliações no sistema SIT)**
Protocolo	**-**
Objetivo	**Acompanhar os Convênios de Transferências Voluntárias para emissão de avaliações no sistema SIT – TCE/PR, no mínimo ao final de cada exercício e ao final do Convênio.**
Período de Realização	**Contínua**

COMUNICAÇÃO INTERNA 2896/2025. Assinatura Simples realizada por: **Fabricio Monfort Barboza (XXX.934.221-XX)** em 22/04/2025 10:45. Inserido ao documento **1.392.326** por: **Fabricio Monfort Barboza** em: 22/04/2025 10:45. Demais assinaturas na última folha. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **817ae656d4f130e68a36b5d4c2ae07af**.

Resultados Obtidos	**2 (dois) Relatórios Circunstanciados emitido e 5 (cinco) avaliações realizadas no Sistema SIT, através da análise de 17 (dezessete) relatórios de prestação de contas dos convênios.**

Descrição	**Avaliações de Controles**
Protocolo	**21.916.949-3, 22.293.904-6, 22.298.340-1**
Objetivo	**Executar as ações de controle previstas no Plano Anual de Controle Interno – PACI 2024, em atendimento ao Art. 2º, V, da Instrução Normativa CGE nº 01/2024.**
Período de Realização	**Contínua**
Resultados Obtidos	**Entrega de 3 (três) Relatórios de Avaliação de Controle, com recomendações de aprimoramento de controles dos processos de Orçamento, Gestão de Frota e Gestão de Materiais.**

Descrição	**Entrega de Resumo Executivo de Processos TCE**
Protocolo	**-**
Objetivo	**Apresentar resumo de informações de processos que tramitam no TCE, de acordo com as demandas da SUPGOV.**
Período de Realização	**Contínua**
Resultados Obtidos	**Entrega de 3 (três) Relatórios emitidos com informações dos processos que tramitam na Corte de Contas.**

Descrição	**Elaboração de Reports de Pauta do TCE-PR**
Protocolo	**-**
Objetivo	**Acompanhamento dos processos que tramitam no TCE-PR, informando o status dos processos da Portos do Paraná pautados nas Sessões do Tribunal Pleno.**
Período de Realização	**Contínua**
Resultados Obtidos	**Entrega de 7 (sete) reports para a SUPGOV.**

COMUNICAÇÃO INTERNA 2896/2025. Assinatura Simples realizada por: **Fabricio Monfort Barboza (XXX.934.221-XX)** em 22/04/2025 10:45. Inserido ao documento **1.392.326** por: **Fabricio Monfort Barboza** em: 22/04/2025 10:45. Demais assinaturas na última folha. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **817ae656d4f130e68a36b5d4c2ae07af**.

Descrição	**Participação de Integrante no Comitê de Melhorias**
Protocolo	**-**
Objetivo	**Coordenar o gerenciamento de ações de desenvolvimento de funcionalidades no ERP SAP.**
Período de Realização	**Contínua**
Resultados Obtidos	**Estruturação do processo de recebimento e encaminhamento de melhorias.**

Descrição	**Participação de Integrante no Programa de Desligamento Incentivado**
Protocolo	**-**
Objetivo	**Presidir o Programa de Desligamento Incentivado da Portos do Paraná.**
Período de Realização	**Contínua**
Resultados Obtidos	**73 (setenta e três) colaboradores desligados através do PDI/2022.**

Descrição	**Apresentações no CAE**
Protocolo	**-**
Objetivo	**Apresentar demandas e atividades desenvolvidas pela Coordenadoria.**
Período de Realização	**Contínua**
Resultados Obtidos	**08 (oito) apresentações realizadas para o CAE ao longo do período.**

Descrição	**Apresentações no CONSAD**
Protocolo	**-**
Objetivo	**Apresentar demandas e atividades desenvolvidas pela Coordenadoria.**
Período de Realização	**Contínua**
Resultados Obtidos	**01 (uma) apresentação realizada para o CONSAD ao longo do período.**

COMUNICAÇÃO INTERNA 2896/2025. Assinatura Simples realizada por: **Fabricio Monfort Barboza (XXX.934.221-XX)** em 22/04/2025 10:45. Inserido ao documento **1.392.326** por: **Fabricio Monfort Barboza** em: 22/04/2025 10:45. Demais assinaturas na última folha. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **817ae656d4f130e68a36b5d4c2ae07af**.

7. RELATÓRIO DA COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO (ANEXO)

O relatório sobre as ações da Controladoria Geral do Estado, promovidas no exercício de 2024, será encaminhado anexo a este documento.

Paranaguá, em 22 de abril de 2025.

(Assinado eletronicamente)
Carlos Eidam de Assis
Superintendente de Governança

(Assinado eletronicamente)
Fabricio Monfort Barboza
Coordenador de Controle Interno

COMUNICAÇÃO INTERNA 2896/2025. Assinatura Simples realizada por: **Fabricio Monfort Barboza (XXX.934.221-XX)** em 22/04/2025 10:45. Inserido ao documento **1.392.326** por: **Fabricio Monfort Barboza** em: 22/04/2025 10:45. Demais assinaturas na última folha. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **817ae656d4f130e68a36b5d4c2ae07af**.

ePROTOCOLO

COMUNICAÇÃO INTERNA 2896/2025.
Documento: **1.RelatoriodoControleInterno2024ConformeIN0325CGE.pdf**.

Assinatura Simples realizada por: **Fabricio Monfort Barboza (XXX.934.221-XX)** em 22/04/2025 10:45, **Carlos Eidam de Assis (XXX.747.289-XX)** em 24/04/2025 14:53.

Inserido ao documento **1.392.326** por: **Fabricio Monfort Barboza** em: 22/04/2025 10:45.

Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **817ae656d4f130e68a36b5d4c2ae07af**.

11. 011 - Parecer do Controle Interno (X - Parecer do Controle Interno)

Parecer do Controle Interno CONFORME Anexo III da IN 190/2024-TCE-PR

PARECER DO CONTROLE INTERNO

AVALIAÇÃO DA GESTÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Tendo em vista o trabalho de acompanhamento e fiscalização aplicado e conduzido por esta Coordenadoria de Controle Interno sobre os atos de gestão do exercício financeiro de 2024, da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, em atendimento às determinações legais e regulamentares, e subsidiado no resultado consubstanciado no Relatório de Controle Interno que acompanha este Parecer, concluímos pela REGULARIDADE COM RECOMENDAÇÕES da referida gestão, encontrando-se o processo em condição de ser submetido ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, levando-se o teor do referido Relatório e deste documento ao conhecimento do Responsável pela Administração.

A conclusão antes referida decorre da constatação de ocorrência nas contas da gestão em questão, conforme segue:

I. Da Avaliação da Gestão Orçamentária

Com um Coeficiente de Eficácia Global (COG) de 0,67, a gestão orçamentária da APPA é classificada como parcialmente eficaz, refletindo a execução significativa, mas não integral, das metas físicas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual.

O Coeficiente de Eficiência Global (CEG) de 0,47 caracteriza a gestão orçamentária como ineficiente, sinalizando uma discrepância relevante entre os recursos orçamentários empregados e os resultados físicos obtidos. Esse cenário reforça a necessidade de um planejamento orçamentário mais alinhado à realidade da execução.

Destaca-se, ainda, que duas das três ações inicialmente previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA) estiveram em execução ao longo de 2024. A segunda ação (AF 02), referente a readequação viária e rodoferroviária, iniciou sua mobilização no último bimestre de 2024, com execução programada para o exercício de 2025.

COMUNICAÇÃO INTERNA 2898/2025. Assinatura Simples realizada por: **Fabricio Monfort Barboza (XXX.934.221-XX)** em 22/04/2025 10:46. Inserido ao documento **1.392.327** por: **Fabricio Monfort Barboza** em: 22/04/2025 10:46. Demais assinaturas na última folha. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **9a6389f69afb13f9e7b3a8aef5d0998d**.

Todas as ações orçamentárias, previstas na LOA, foram devidamente acompanhadas e monitoradas ao longo do exercício, com as justificativas de desempenho apresentadas pela área responsável.

II. Da Avaliação da Gestão Financeira

A gestão financeira demonstrou alto nível de eficácia, com planejamento equilibrado, controle sistemático das disponibilidades e adoção de práticas como a Declaração de Disponibilidade Financeira. Os saldos em caixa e rendimentos superaram expectativas, demonstrando sustentabilidade.

A implementação de novo ERP fortaleceu os controles utilizados nos processos financeiros, entretanto é recomendável a atualização dos Manuais e Normas internas, para total alinhamento com as práticas organizacionais.

A gestão das aplicações financeiras foi eficiente, com resultados positivos. Os rendimentos líquidos totalizaram R$ 56,88 milhões, impulsionados por alocações estratégicas em fundos que superaram o desempenho do CDI.

III. Da Avaliação da Gestão Patrimonial

A gestão patrimonial da APPA foi considerada eficaz e eficiente, com controle estruturado dos ativos, programas de manutenção, seguros abrangentes e integração dos sistemas patrimoniais (ERP SAP S4/HANA e SISPAT). O tratamento adequado a bens de alto valor e o controle em caso de sinistros fortalecem essa avaliação.

IV. Da Atuação do Controle Interno

O Controle Interno da APPA atuou com base em planejamento formalizado, evidenciado pelo cumprimento do Plano Anual de Atividades e múltiplos relatórios técnicos elaborados ao longo do exercício. A atuação foi caracterizada por:

- Apoio ao controle externo (TCE-PR e CGE-PR);
- Atendimento a normativos legais e regulatórios;
- Emissão de recomendações para aperfeiçoamento de governança;
- Participação ativa em comitês internos e programas institucionais.

COMUNICAÇÃO INTERNA 2898/2025. Assinatura Simples realizada por: **Fabricio Monfort Barboza (XXX.934.221-XX)** em 22/04/2025 10:46. Inserido ao documento **1.392.327** por: **Fabricio Monfort Barboza** em: 22/04/2025 10:46. Demais assinaturas na última folha. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **9a6389f69afb13f9e7b3a8aef5d0998d**.

VI. Conclusão

Como recomendação, os principais pontos a serem aperfeiçoados referem-se:

A) À melhoria na eficiência orçamentária, com maior aderência entre previsão e execução;

B) À revisão periódica dos manuais e procedimentos internos, promovendo o alinhamento com o planejamento estratégico e práticas organizacionais.

A opinião supra não elide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.

Paranaguá, em 22 de abril de 2025.

(Assinado eletronicamente)
Carlos Eidam de Assis
Superintendente de Governança

(Assinado eletronicamente)
Fabricio Monfort Barboza
Coordenador de Controle Interno

COMUNICAÇÃO INTERNA 2898/2025. Assinatura Simples realizada por: **Fabricio Monfort Barboza (XXX.934.221-XX)** em 22/04/2025 10:46. Inserido ao documento **1.392.327** por: **Fabricio Monfort Barboza** em: 22/04/2025 10:46. Demais assinaturas na última folha. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **9a6389f69afb13f9e7b3a8aef5d0998d**.

ePROTOCOLO

COMUNICAÇÃO INTERNA 2898/2025.
Documento: **2.ParecerdoControleInternov2.pdf**.

Assinatura Simples realizada por: **Fabricio Monfort Barboza (XXX.934.221-XX)** em 22/04/2025 10:46, **Carlos Eidam de Assis (XXX.747.289-XX)** em 24/04/2025 14:55.

Inserido ao documento **1.392.327** por: **Fabricio Monfort Barboza** em: 22/04/2025 10:46.

Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **9a6389f69afb13f9e7b3a8aef5d0998d**.

12. 012 - Relatório da Controladoria Geral do Estado (XI - Relatorio Consolidado CGE CCI)

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
CONTROLADORIA-GERAL

COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO

Relatório Consolidado, contendo as avaliações das Coordenadorias da Controladoria-Geral do Estado para a Prestação de Contas

ÓRGÃO
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Introdução

A Controladoria-Geral do Estado – CGE, órgão central do Sistema de Controle Interno, instituída nos termos da Lei Estadual nº 17.745, de 30 de outubro de 2.013 e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 2.741/2.019, tem como atribuições exercer a avaliação dos controles internos administrativos dos órgãos/entidades do Poder Executivo Estadual, a fim de obter garantia razoável de que o cumprimento da missão do Estado e dos objetivos gerais será exercido de forma organizada, ética, econômica e efetiva, em cumprimento às leis e procedimentos, com o propósito de melhorar e aprimorar a gestão.

As atividades de avaliação dos controles internos administrativos são executadas pela Coordenadoria de Controle Interno – CCI, que aprecia os processos e procedimentos adotados no Órgão/Entidade da administração pública, compondo assim o Sistema de Controle Interno do Estado do Paraná.

Objetivo

O objetivo da Controladoria Geral do Estado é realizar a avaliação, monitoramento e acompanhamento das atividades de controle de cada órgão/entidade, os quais estão estabelecidos nos seguintes dispositivos legais:

- Constituição Federal, artigos 70 e 74, sobre as atividades e finalidades do Sistema de Controle Interno, respectivamente.
- Constituição Estadual, artigos 74 e 78, consoantes com os supracitados artigos da Constituição Federal.
- Lei Complementar nº 101/2.000, parágrafo único, artigo 54, determina que o Relatório de Gestão Fiscal seja assinado pelas autoridades responsáveis pelo controle interno, bem como o artigo 59, que define as

Inserido ao Protocolo 23.736.350-7 por Cassiane Costa da Silva em: 27/03/2025 13:37. Download realizado por Fabricio Monfort Barboza em 27/03/2025 14:32

responsabilidades do Sistema de Controle Interno quanto à fiscalização da gestão fiscal.

- Lei nº 15.524/2.007, que institui o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual.
- Decreto nº 2.741/2.019, o qual aprova o regulamento da CGE.

Metodologia

A metodologia definida pela CGE/CCI tem como fito os procedimentos, técnicas e sistemas de controle utilizados na Administração Pública. Esses elementos são avaliados durante o exercício pelos Agentes de Controle Interno Avaliativos, que se utilizam da verificação dos documentos, da análise física de bens, da análise do ambiente, de entrevistas com servidores, chefes de divisão e ordenadores de despesa, com vistas a formar opinião sobre a suficiência ou inadequação dos controles existentes, por meio do sistema e-CGE.

O Sistema Integrado de Avaliação e Controle (SIAC), criado pela CGE em 2.012 com o auxílio da CELEPAR, teve como intuito alcançar os controles existentes nos órgãos e entidades do Poder Executivo, conhecer suas fragilidades e atuar de forma incisiva no fortalecimento dos controles. A partir de 2.020, adotou-se o e-CGE, nova solução para gestão corporativa da CGE, em substituição ao SIAC.

O sistema constitui um fluxo de atividades entre a Controladoria Geral do Estado, os agentes de controle interno e o titular ou dirigente do órgão/entidade. Portanto, cada formulário enviado para o órgão/entidade contempla quesitos que são indexados em três níveis de detalhamento. O menor nível está dividido em cinco áreas específicas: acompanhamento de gestão, administrativa, financeira planejamento e recursos humanos. O segundo nível de detalhamento, contempla 18 subáreas: administração de materiais e bens, deslocamento de servidores, gestão da informação e documentos, licitação e contratos, quadro funcional, entre outros. O terceiro nível subdivide-se em 44 objetos: adiantamento, almoxarifado, bens móveis, bens imóveis, entre outros.

Os quesitos são respondidos com SIM ou NÃO; cada quesito respondido negativamente deve, obrigatoriamente, estar acompanhado de motivação do fato que caracteriza a desconformidade ou a irregularidade.

O trabalho realizado pelos agentes de controle interno se baseia no levantamento de informações, documentos, processos e itens necessários para avaliar a conformidade, de acordo com cada quesito, mediante prova seletiva, a partir do estabelecimento do tamanho da amostra. Destaca-se que os documentos, que fizerem parte do escopo da investigação, deverão ser arquivados, caso seja necessário, para comprovação futura.

Inserido ao Protocolo 23.736.350-7 por Cassiane Costa da Silva em: 27/03/2025 13:37. Download realizado por Fabricio Monfort Barboza em 27/03/2025 14:32

Realizados tais apontamentos e recomendações, direcionadas especialmente para o gestor do órgão, este, sob seus cuidados, responsabilidade e planejamento, elabora um plano de ação que terá a finalidade de cumprir as orientações exaradas pela Coordenadoria de Controle Interno, estabelecendo inclusive, prazos para cumprimento de metas.

O sistema contempla, ainda, o efetivo acompanhamento das recomendações exaradas por esta Coordenadoria de Controle Interno a partir da inclusão do Plano de Ação elaborado pelo Gestor do órgão/entidade e monitorado pelo Agente de Controle Avaliativo através do *checklist* de acompanhamento.

Equipe Responsável pela Avaliação do Controle Interno no Órgão

Agente de Controle Interno

Fabricio Monfort Barboza
E-mail: fabricio.barboza@appa.pr.gov.br
Telefone: (41) 3420-1258
Ato de Designação: Portaria n.º 245/2023 de 04/09/2023. DIOE nº 11500 de 12/09/2023 e Protocolo n.º 21.022.505-6.

Gestor

Carlos Eidam de Assis
E-mail: carlos.assis@appa.pr.gov.br
Telefone: 41 34201395

Formulário

Form_01_2024_03_04

Período de apuração: 01/01/2024 - 30/04/2024
Data do 1º envio: 17/06/2024
Situação: Em execução

Inserido ao Protocolo 23.736.350-7 por Cassiane Costa da Silva em: 27/03/2025 13:37. Download realizado por Fabricio Monfort Barboza em 27/03/2025 14:32

Tabela Form_01_2024_03_04

Detalhamento	Quantidade
Quesitos Enviados	62
Achados	5
Recomendações	5
Planos de Ação Gerados	2
Quesitos Já realizados	0
Quesitos Não Acatados	0
Quesitos em Acompanhamento no *Checklist*	5
Quesitos Não Realizados	0

Tramitação do Formulário Form_01_2024_03_04

Remetente		Prazo	Destinatário		Atividade
Perfil	**Data do Envio**		**Atraso (dias)**	**Perfil**	
Coordenadoria de Controle Interno	17/06/2024	08/07/2024 (concluído em 05/07/2024)	--	Agente de Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	Responder formulário
Agente de Controle Interno -	05/07/2024	--	--	Técnico - Controle Interno	Avaliar formulário

Inserido ao Protocolo 23.736.350-7 por Cassiane Costa da Silva em: 27/03/2025 13:37. Download realizado por Fabricio Monfort Barboza em 27/03/2025 14:32

Remetente		Prazo	Destinatário		Atividade
Perfil	**Data do Envio**		**Atraso (dias)**	**Perfil**	
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)				- ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	
Técnico - Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	24/07/2024	01/08/2024 (concluído em 01/08/2024)	--	Gestor - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	Justificar questionamentos
Gestor - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	01/08/2024	--	--	Técnico - Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	Avaliar postergar prazo com quantidade de dias
Técnico - Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	01/08/2024	08/08/2024 (concluído em 07/08/2024)	--	Gestor - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	Justificar questionamentos
Gestor - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE	07/08/2024	--	--	Coordenadoria de Controle Interno	Analisar Justificativas e Elaborar

Inserido ao Protocolo 23.736.350-7 por Cassiane Costa da Silva em: 27/03/2025 13:37. Download realizado por Fabricio Monfort Barboza em 27/03/2025 14:32

Remetente		Prazo	Destinatário		Atividade
Perfil	**Data do Envio**		**Atraso (dias)**	**Perfil**	
PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)					Recomendações
Coordenadoria de Controle Interno	18/10/2024	18/10/2025 (concluído em 08/01/2025)	--	Agente de Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	Registrar execução de tarefas do Plano de Ação
Agente de Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	08/01/2025	--	--	Agente de Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	Upload de relatório de conclusão a respeito
Coordenadoria de Controle Interno	18/10/2024	18/10/2025 (concluído em 08/01/2025)	--	Agente de Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	Registrar execução de tarefas do Plano de Ação
Agente de Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE	08/01/2025	--	--	Agente de Controle Interno - ADMINISTRAÇÃ	Upload de relatório de conclusão a respeito

Inserido ao Protocolo 23.736.350-7 por Cassiane Costa da Silva em: 27/03/2025 13:37. Download realizado por Fabricio Monfort Barboza em 27/03/2025 14:32

Remetente		Prazo	Destinatário		Atividade
Perfil	Data do Envio		Atraso (dias)	Perfil	
PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)				O DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	

Tabela Área/Objeto Contemplados Form_01_2024_03_04

Área	Objeto
Administrativa	Alienação de Bens Móveis
Administrativa	Almoxarifado
Administrativa	Bens Intangíveis
Administrativa	Contabilidade Privada
Administrativa	Controle Patrimonial
Administrativa	Sistema de Gestão do Patrimônio Móvel – GPM
Financeira	Aplicações Financeiras
Financeira	Conciliação Bancária
Financeira	Contabilidade Privada

Constatações

1. Há achados em todas as áreas / objetos contemplados, no período de apuração.

Acompanhamento das ações

Achado: A entidade não realiza a baixa dos bens móveis no sistema informatizado de controle patrimonial
Recomendação

Inserido ao Protocolo 23.736.350-7 por Cassiane Costa da Silva em: 27/03/2025 13:37. Download realizado por Fabricio Monfort Barboza em 27/03/2025 14:32

Considerando a motivação do agente de Controle Interno Avaliativo e que pese a justificativa do gestor está Controladoria-Geral do Estado recomenda que a entidade adote medidas para que, em todos os processos de desincorporação de bens móveis, as evidências da baixa patrimonial no sistema informatizado de controle patrimonial sejam obrigatoriamente anexadas ao protocolo correspondente. Essa prática garantirá maior transparência e rastreabilidade, evitando inconsistências nos registros e facilitando a auditoria dos procedimentos.

Plano de Ação

Plano de ação para adoção das recomendações emitidas pela CGE/PR.

Prazo de Execução

4 dias

Status do *Checklist* (Situação do plano de ação)

Em execução

Achado: As diferenças entre o sistema gerencial patrimonial para os bens móveis e imóveis e o sistema de contabilidade não são investigadas e corrigidas no mês subsequente

Recomendação

Considerando a motivação do Agente de Controle Interno Avaliativo e a justificativa do gestor, esta Controladoria-Geral do Estado recomenda que a entidade estabeleça procedimentos para garantir que, ao identificar divergências entre o sistema gerencial patrimonial (bens móveis e imóveis) e o sistema de contabilidade, essas discrepâncias sejam investigadas e corrigidas até o mês subsequente à sua detecção. Além disso, recomenda-se que, no processo de implementação do Sistema ERP S/4HANA da plataforma SAP, seja prevista a geração de relatórios automáticos que possibilitem a verificação periódica dessas divergências e o acompanhamento efetivo da correção. Essa ação visa assegurar a integração eficiente entre os módulos financeiros, contábeis e patrimoniais, minimizando riscos e garantindo a precisão dos registros patrimoniais.

Plano de Ação

Plano de ação para adoção das recomendações emitidas pela CGE/PR.

Prazo de Execução

4 dias

Status do *Checklist* (Situação do plano de ação)

Em execução

Inserido ao Protocolo 23.736.350-7 por Cassiane Costa da Silva em: 27/03/2025 13:37. Download realizado por Fabricio Monfort Barboza em 27/03/2025 14:32

Achado: A entidade não utiliza os critérios da Pronunciamento Técnico CPC 04 (R2) para identificar e reconhecer ativos intangíveis

Recomendação

Considerando a motivação do Agente de Controle Interno Avaliativo e a justificativa do gestor, esta Controladoria-Geral do Estado recomenda que a entidade elabore um Plano de Ação com o objetivo de finalizar e publicar o "Manual de Gestão de Ativos", que contempla a classificação e critérios de identificação e reconhecimento de ativos intangíveis conforme o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R2). Esse plano de ação deve incluir etapas detalhadas, prazos definidos e responsáveis pelas atividades, assegurando que o processo seja devidamente monitorado e avaliado pelo Agente de Controle Interno Avaliativo. A publicação do manual é essencial para garantir conformidade com as normas contábeis e para a adoção de práticas consistentes na gestão de ativos intangíveis, além de facilitar a auditoria e a transparência nos processos organizacionais.

Plano de Ação

Plano de ação para adoção das recomendações emitidas pela CGE/PR.

Prazo de Execução

2 dias

Status do *Checklist* (Situação do plano de ação)

Em execução

Achado: A entidade não divulga a política contábil adotada para ativos intangíveis

Recomendação

Considerando a motivação do Agente de Controle Interno Avaliativo e que pese a justificativa do gestão, esta Controladoria-Geral do Estado recomenda que que a entidade elabore um Plano de Ação com o objetivo de finalizar e publicar o "Manual de Gestão de Ativos". Recomendamos ainda que no manual seja incluindo a política contábil adotada para ativos intangíveis, em conformidade com o pronunciamento contábil CPC 04 e a legislação aplicável. A divulgação desse manual é essencial para garantir transparência nas práticas contábeis, além de assegurar o cumprimento das normas de divulgação contábil exigidas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) e pela Lei nº 6.404/1976. A ausência da publicação pode gerar falta de clareza quanto aos critérios utilizados para o reconhecimento, mensuração e amortização dos ativos intangíveis, impactando negativamente a análise e auditoria externa, bem como o processo de tomada de decisão dos stakeholders.

Plano de Ação

Inserido ao Protocolo 23.736.350-7 por Cassiane Costa da Silva em: 27/03/2025 13:37. Download realizado por Fabricio Monfort Barboza em 27/03/2025 14:32

Plano de ação para adoção das recomendações emitidas pela CGE/PR.

Prazo de Execução

2 dias

Status do *Checklist* (Situação do plano de ação)

Em execução

Achado: A entidade utiliza indicadores qualitativos e quantitativos para identificar ativos intangíveis que podem estar sofrendo impairment (deterioração)?

Recomendação

Considerando a motivação do Agente de Controle Interno Avaliativo, a justificativa apresentada pelo gestor e as disposições do Art. 183, § 3º, da Lei n. 6.404/1976, bem como os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – 01 e 27, aplicáveis às demonstrações contábeis em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs), esta Controladoria-Geral do Estado recomenda que a entidade implemente formalmente o uso de indicadores qualitativos e quantitativos para monitorar o possível impairment de seus ativos intangíveis, com a devida documentação das evidências de acompanhamento desses indicadores, de modo a garantir conformidade com a legislação e práticas contábeis vigentes.

Plano de Ação

Plano de ação para adoção das recomendações emitidas pela CGE/PR.

Prazo de Execução

2 dias

Status do *Checklist* (Situação do plano de ação)

Em execução

Usuários envolvidos **neste formulário**

- Fabricio Monfort Barboza - Agente de Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)
- Camila Teixeira Zavadzki - Técnico - Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)
- Carlos Eidam de Assis - Gestor - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)

Inserido ao Protocolo 23.736.350-7 por Cassiane Costa da Silva em: 27/03/2025 13:37. Download realizado por Fabricio Monfort Barboza em 27/03/2025 14:32

Formulário

Form_02_2024_03

Período de apuração: 01/01/2024 - 30/09/2024
Data do 1º envio: 29/10/2024
Situação: Em execução

Tabela Form_02_2024_03

Detalhamento	Quantidade
Quesitos Enviados	26
Achados	1
Recomendações	1
Planos de Ação Gerados	1
Quesitos Já realizados	0
Quesitos Não Acatados	0
Quesitos em Acompanhamento no *Checklist*	1
Quesitos Não Realizados	0

Tramitação do Formulário Form_02_2024_03

Inserido ao Protocolo 23.736.350-7 por Cassiane Costa da Silva em: 27/03/2025 13:37. Download realizado por Fabricio Monfort Barboza em 27/03/2025 14:32

Remetente		Prazo	Destinatário		Atividade
Perfil	**Data do Envio**		**Atraso (dias)**	**Perfil**	
Coordenadoria de Controle Interno	29/10/2024	19/11/2024 (concluído em 08/11/2024)	--	Agente de Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	Responder formulário
Agente de Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	08/11/2024	--	--	Técnico - Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	Avaliar formulário
Técnico - Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	21/11/2024	02/12/2024 (concluído em 12/12/2024)	10	Coordenadoria de Controle Interno	Responder formulário
Coordenadoria de Controle Interno	12/12/2024	--	--	Técnico - Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	Avaliar postergar prazo com quantidade de dias

Inserido ao Protocolo 23.736.350-7 por Cassiane Costa da Silva em: 27/03/2025 13:37. Download realizado por Fabricio Monfort Barboza em 27/03/2025 14:32

Remetente		Prazo	Destinatário		Atividade
Perfil	**Data do Envio**		**Atraso (dias)**	**Perfil**	
Técnico - Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	12/12/2024	--	--	Técnico - Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	Avaliar formulário
Técnico - Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	12/12/2024	20/12/2024 (concluído em 19/12/2024)	--	Gestor - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	Justificar questionamentos
Gestor - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	19/12/2024	--	--	Técnico - Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	Analisar Justificativas e Elaborar Recomendações
Coordenadoria de Controle Interno	18/03/2025	18/03/2026	--	Coordenadoria de Controle Interno	Registrar execução de tarefas do Plano de Ação

Inserido ao Protocolo 23.736.350-7 por Cassiane Costa da Silva em: 27/03/2025 13:37. Download realizado por Fabricio Monfort Barboza em 27/03/2025 14:32

Tabela Área/Objeto Contemplados Form_02_2024_03

Área	Objeto
Acompanhamento de Gestão	Ouvidoria

Constatações

1. Há achados em todas as áreas / objetos contemplados, no período de apuração.

Acompanhamento das ações

Achado: Em caso de férias, impedimento ou afastamentos legais do titular da Ouvidoria, não existe um responsável indicado para exercer essa função e dar encaminhamento às demandas

Recomendação

Considerando a avalição de conformidade sobre os procedimentos de "Ouvidoria" adotados pela entidade, esta Controladoria-Geral do Estado, recomenda que, a entidade constitua, formalmente, um Agente de Ouvidoria substituto, nos casos de impedimentos ou afastamentos legais, em atenção as normas e procedimentos desta Controladoria que trata de Ouvidoria.

Plano de Ação

Constituir, formalmente, um Agente de Ouvidoria substituto, nos casos de impedimentos ou afastamentos legais, em atenção as normas e procedimentos desta Controladoria que trata de Ouvidoria.

Prazo de Execução

104 dias

Status do *Checklist* (Situação do plano de ação)

Em execução

Inserido ao Protocolo 23.736.350-7 por Cassiane Costa da Silva em: 27/03/2025 13:37. Download realizado por Fabricio Monfort Barboza em 27/03/2025 14:32

Usuários envolvidos **neste formulário**

- Fabricio Monfort Barboza - Agente de Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)
- Camila Teixeira Zavadzki - Técnico - Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)
- Carlos Eidam de Assis - Gestor - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)

Inserido ao Protocolo 23.736.350-7 por Cassiane Costa da Silva em: 27/03/2025 13:37. Download realizado por Fabricio Monfort Barboza em 27/03/2025 14:32

COORDENADORIA DE OUVIDORIA

Relatório de Avaliação - Janeiro a dezembro de 2024

Objetivo

Apresentar Relatório de Resultados em consonância com a Lei 17.745/13 e o Decreto 2.741/2019, considerando que a Coordenadoria de Ouvidoria tem, entre outras atribuições, a de coordenação e manutenção do Sistema Integrado para Gestão de Ouvidorias – SIGO, do Poder Executivo Estadual, estabelecido como canal de comunicação para o atendimento das demandas da população, visando receber e dar encaminhamento às solicitações, sugestões, reclamações, denúncias e elogios sobre as ações e programas de governo.

Metodologia

Este trabalho evidencia os resultados dos atendimentos recepcionados pelo Órgão/Entidade, por intermédio do portal da Internet, carta, e-mail, telefone, WhatsApp ou pessoalmente, registrados no Sistema Integrado para Gestão de Ouvidorias – SIGO, no ano de 2024, os dados coletados requerem, além da análise das informações gerais e de interesse gerencial, a especial atenção quanto à eficiência, eficácia e celeridade dos atendimentos elencados.

Natureza	Reivindicações	Porcentagem
Denúncia	28	12%
Solicitação	111	46%
Reclamação	13	5%
Sugestão	1	0%
Acesso à Informação	88	37%
Elogio	0	0%
Total	241	100%

Inserido ao Protocolo 23.736.350-7 por Cassiane Costa da Silva em: 27/03/2025 13:37. Download realizado por Fabricio Monfort Barboza em 27/03/2025 14:32

Status	Reivindicações	Porcentagem
Encerrada	241	100%
Atribuída	0	0%
Em Andamento	0	0%
Total	241	100%

Inserido ao Protocolo 23.736.350-7 por Cassiane Costa da Silva em: 27/03/2025 13:37. Download realizado por Fabricio Monfort Barboza em 27/03/2025 14:32

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
CONTROLADORIA-GERAL

COORDENADORIA DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL

Relatório de Avaliação - janeiro a dezembro de 2024

Objetivo

O presente relatório tem por finalidade o estabelecimento de diretrizes, acompanhamento e avaliação das atividades relacionadas à transparência de dados e informações públicas do Poder Executivo Estadual, conforme previsto no Decreto Estadual 2.741/2019, que regulamenta a Controladoria Geral do Estado do Paraná - CGE, bem como defini a Gestão Estratégica do Sistema da Transparência e Controle Social.

O referido dispositivo também aduz consonância com as Leis nº 16.595/2010 (Lei Estadual da Transparência), 12.527/11 (Lei Federal de Acesso à Informação Pública), Lei 19.848/2019, além do Decreto Estadual nº 10.285/14 e demais atos correlacionados.

Metodologia

O desenvolvimento do trabalho teve como base a análise dos dados de transparência disponibilizados nos sítios institucionais dos órgãos e entidades que integram o Poder Executivo Estadual, bem como no sistema de tecnologia (Sistema Integrado de Gestão de Ouvidorias – SIGO) utilizado para a recepção, gerenciamento e atendimento dos pedidos formulados com fulcro na legislação de acesso a informações públicas por meio de cumprimento de prazos.

De posse das informações da entidade Portos do Paraná verificamos a observância aos requisitos de navegabilidade, usabilidade, acessibilidade, atualização, autenticidade, integridade e temporalidade das informações,

Inserido ao Protocolo 23.736.350-7 por Cassiane Costa da Silva em: 27/03/2025 13:37. Download realizado por Fabricio Monfort Barboza em 27/03/2025 14:32

conforme a atuação da Coordenadoria de Transparência e Controle Social para o exercício de 2024, por meio da avaliação dos registros inseridas no seu Portal Institucional.

Esta avaliação faz parte do Plano de Trabalho da Coordenadoria de Transparência e Controle Social para o ano de 2024, servindo de balizador e indicativo de ajustes aos Agentes de Transparência visando o monitoramento final de dezembro de 2024, que integrará a prestação de contas do respectivo órgão ou entidade para o exercício.

Cumpre-nos destacar que é necessária a atualização periódica da informação, bem como sua disponibilização integral, de maneira clara, precisa e amigável, possibilitando a extração em dados abertos e oportunidade de pesquisa.

Abaixo, elencamos os 28 (vinte e oito) assuntos obrigatórios avaliados por esta coordenadoria, conforme determina a legislação que trata sobre o tema, bem como demais orientações da CGE, como por exemplo o plano de trabalho do Agente de Transparência:

01-Órgão/ entidade (Competências, Estrutura Organizacional, Endereço, Telefone, Horário Atendimento)

02.1- Relação de Servidores (Lista de Servidores Públicos do Paraná, com cargo e Local de Trabalho)

02.2- Remuneração dos servidores (Remuneração dos Servidores)

03.1- Patrimônio Imóvel (Proprietário, Ocupante, Categoria da Ocupação, Cessão de Uso, Doação)

03.2 Patrimônio Móvel (Bens móveis)

04.1- Programas (Programas Executados pelo Órgão/Entidade)

04.2- Projetos (Projetos desenvolvidos pelo Órgão/Entidade)

04.3- Ações (Ações realizadas pelo Órgão/Entidade)

04.4- Metas (Metas estipuladas pelo Órgão/ Entidade)

Inserido ao Protocolo 23.736.350-7 por Cassiane Costa da Silva em: 27/03/2025 13:37. Download realizado por Fabricio Monfort Barboza em 27/03/2025 14:32

05- Repasses ou Transferências de recursos (Repasses ou Transferências de Recurso efetuadas ou recebidas pelo Órgão/Entidade)

06- Despesas (Fonte de Recursos, Elemento e Natureza Fonte de Recursos, Elemento e Natureza da Despesa, Orçamento, Empenho, Liquidação e Pagamento)

07- Atos (Leis, Decretos, Emendas, Resoluções, Portarias)

08- Licitações (Licitação, Modalidade, Edital, Objeto, Valores, Vencedor)

09- Contratos (Contrato, Licitação Vinculada, Fornecedor, Vigência, Valores)

10- Irregularidade nos contratos (Atos de Instauração e Decisões Finais das irregularidades no cumprimento das obrigações dos contratos)

11- Convênios (Convênios divididos por ano de celebração)

12- Despesas de viagens (Roteiro, Valores, Descrição, Relatório Técnico com detalhamento)

13- Pagamentos efetuados (Pagamentos Efetuados)

14- Perguntas frequentes (Principais perguntas e respostas referente ao Órgão/Entidade)

15- Encarregado pelo tratamento de dados pessoais (nome, cargo, localização, contato, e-mail e horário de atendimento)

16- Prestação de contas (os três últimos exercícios)

17- Doações referente à Covid-19 (data, descrição e quantidade)

18- Pagamento de Jetons

19- Plano de trabalho do NICS (exercício 2023)

20- Rol de Informações Sigilosas

21- Extratos das contas

22- Operações financeiras

23- Cartões corporativos

24-Agenda de autoridades

25-Lista de Estagiários

26-Lista de Terceirizados

Inserido ao Protocolo 23.736.350-7 por Cassiane Costa da Silva em: 27/03/2025 13:37. Download realizado por Fabricio Monfort Barboza em 27/03/2025 14:32

27-Política de privacidade de dados pessoais

28- Procedimentos Administrativos Correcionais

Achados – Transparência Passiva

Atendimentos Recebidos	88
Atendimentos Respondidos Tempestivamente	85
Atendimentos Respondidos Intempestivamente	3
Atendimentos em andamento	0

Achados – Transparência Ativa

01- ÓRGÃO/ENTIDADE	OK
02- RELAÇÃO SERVIDORES	OK
03- REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES	OK
04- PATRIMONIO IMOVEL	OK
05- PATRIMONIO MÓVEL	DESATUALIZADO
06 -PROGRAMAS	OK
07- PROJETOS	OK
08- AÇÕES	OK
09- METAS	OK
10- REPASSES E TRANSFÊRENCIA	NÃO
11- DESPESAS	NÃO
12- ATOS	OK
13- LICITAÇÃO	OK
14- CONTRATOS	OK
15- IRREGULARIDADES	OK
16- CONVENIOS	OK
17- DESPESAS COM VIAGENS	NÃO
18- PAGAMENTOS EFETUADOS	NÃO
19- PERGUNTAS FREQUENTS	OK
20- ENCARREGADO	OK
21- PRESTAÇÃO DE CONTAS	DESATUALIZADO
22- DOAÇÕES COVID-19	OK

Inserido ao Protocolo 23.736.350-7 por Cassiane Costa da Silva em: 27/03/2025 13:37. Download realizado por Fabricio Monfort Barboza em 27/03/2025 14:32

23- JETONS	OK
24- PLANO DE TRABALHO NICS 2024	OK
28- ROL DE INFORMAÇÕES SIGILOSAS	DESATUALIZADO
29- EXTRATOS DAS CONTAS BANCÁRIAS	DESATUALIZADO
30- OPERAÇÕES FINANCEIRAS	NÃO
31- CARTÕES DE CRÉDITO CORPORATIVOS	OK
32- AGENDA DE AUTORIDADES	DESATUALIZADO
33- ESTAGIÁRIOS	DESATUALIZADO
34- TERCEIRIZADOS	DESATUALIZADO
35- POLÍTICA DE PRIVACIDADE DE DE DADOS PESSOAIS	OK
36 - PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS CORRECIONAIS	OK

Inserido ao Protocolo 23.736.350-7 por Cassiane Costa da Silva em: 27/03/2025 13:37. Download realizado por Fabricio Monfort Barboza em 27/03/2025 14:32

13. 013 - Publicação de Demonstrações Contábeis (XII - Publicação das Demonstrações Contá)

CNPJ/MF Nº 79.621.439/0001-91 NIRE 41207943005

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e aos Conselheiros da
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
Paranaguá – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 24 – Seguros, a qual menciona que "os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado da Portos do Paraná e com os bens da União sob uso e guarda desta Companhia." A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da companhia e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário. A validade desta apólice é de 8 de março até 8 de setembro deste exercício. O prazo menor de vigência é porque a contratação foi realizada de forma emergencial, com limite máximo de 180 dias, pois o Pregão Eletrônico que objetivava a contratação restou deserto em duas oportunidades (16/11/2023 e 09/01/2024). A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da Companhia, previstas na Lei 12.815, de 5 de junho de 2013, e com vigência de 27 de janeiro de 2024 até 27 de janeiro de 2025. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos Valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparabilidade, foram auditadas por nós, que emitimos relatório em 20 de março de 2024, com modificação de opinião em relação ao levantamento patrimonial e à ausência de teste de impairment. A pendência foi sanada durante o exercício de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente de ser causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 24 de março de 2025.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

Jucléia Gonçalves Rodrigues
Contadora 1 CRC RS 078349/O-1
Sócia

CNPJ/MF Nº 79.621.439/0001-91 NIRE 41207943005

ANEXO I DA ATA DA 127ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

O Conselho de Administração da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, tendo examinado o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da unanimidade, a referida proposição.
Face ao exposto, é de parecer que os citados documentos ficam devidamente aprovados por este colegiado.

Paranaguá, 28 de março de 2025.

Alex Sandro de Ávila
Presidente do Conselho de Administração

Luiz Fernando Garcia da Silva
Membro Titular

João Paulo de Castro
Membro Titular

Leandro Pazzetto Arruda
Membro Titular

Rafael Moura de Oliveira
Membro Titular

José Aroldo Souza Martins
Membro Titular

Giovani da Silva Ferreira
Membro Titular

Carlos Eduardo Makoul Gasperin
Membro Titular

Carlos Eidam de Assis
Membro Titular

CNPJ/MF Nº 79.621.439/0001-91 NIRE 41207943005

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

ANEXO I DA ATA DA 97ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

O Conselho Fiscal da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, tendo examinado o Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos da APPA e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, aprovou, por unanimidade, as referidas proposições.
Face ao exposto, é de parecer que os citados documentos ficam devidamente aprovados por este colegiado.

Paranaguá, 26 de março de 2025.

Marcio Fernando Nunes
Presidente

Luiz Augusto Silva
Vice-Presidente

Luiz Nicácio
Membro Titular

PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Nota	2024	2023
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	**514.847**	325.739
Contas a receber	5	**19.065**	21.282
Impostos a recuperar	6	**9.912**	1.280
Estoques	7	**20.371**	15.135
Despesas de exercícios seguintes		**-**	82
Adiantamentos a empregados	8	**1.446**	1.159
Outros créditos	10	**31.309**	132.882
		596.950	497.559
Ativo não circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Impostos a recuperar	6	**8.600**	10.994
Depósitos judiciais	9	**453.223**	453.316
Outros créditos	10	**1.434**	1.405
Imobilizado	11	**602.915**	570.746
Intangível	11	**1.988**	4.100
		1.068.160	1.040.561
Total do ativo		**1.665.110**	**1.538.120**

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores	3	**7.865**	6.729
Obrigações trabalhistas	12	**16.440**	15.037
Obrigações fiscais	13	**20.683**	11.772
Adiantamentos de clientes	14	**14.615**	17.889
		89.603	51.427
Não circulante			
Impostos, taxas e contribuições	13	**252.092**	260.464
Provisões de contingências	15	**194.840**	184.101
Impostos e contribuições diferidos	1.581	**4.126**	
		448.513	448.691
Patrimônio líquido	16		
Capital social	16a	**1.086.444**	1.086.444
Prejuízo Acumulado	16c	**-**	(48.442)
Reserva de Lucro	16c	**40.550**	-
Total do patrimônio líquido		**1.126.994**	1.038.002
Total do passivo e do patrimônio líquido		**1.665.110**	**1.538.120**

Demonstração do Resultado do Exercício
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	17	588.215	620.960
Custo dos serviços prestados	18	(356.521)	(286.350)
Lucro bruto		**231.693**	**334.610**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	19	(147.437)	(208.832)
Outros resultados operacionais	20	(5.676)	30.740
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		**78.580**	**156.518**
Receitas financeiras	21	65.356	75.197
Despesas financeiras	21	(10.485)	(400)
Resultado financeiro		54.871	74.797
Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		**133.451**	**231.315**
Imposto de renda e contribuição social correntes		(14.450)	(38.510)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.545	(4.126)
Resultado líquido do período	16b	**121.546**	188.679

Demonstração do Resultado Abrangente

	2024	2023
Resultado do exercício	**121.547**	**188.679**
Ajustes de Exercícios Anteriores	(32.555)	9.358
Total do resultado abrangente do período	**88.992**	**198.037**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Reserva legal	Reserva de Lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.086.444	(246.479)	-	-	839.965
Resultado líquido do exercício	-	188.679	-	-	188.679
Ajuste de exercícios anteriores	-	9.358	-	-	9.358
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.086.444	(48.442)	-	-	1.038.002
Resultado líquido do exercício	-	121.547	-	-	121.547
Ajuste de exercícios anteriores	-	(32.555)	-	-	(32.555)
Transferência de Reserva de Lucro	-	(34.473)	-	34.473	-
Transferência para Reserva Legal	-	(6.077)	6.077	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.086.444	-	6.077	34.473	1.126.994

Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	121.547	188.679
Depreciações e amortizações	46.889	38.672
Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	10.740	7.447
Tributos diferidos sobre o lucro	(2.545)	4.126
Ajuste de exercícios anteriores	(32.555)	9.358
	144.075	248.282
Aumento (redução) dos ativos		
Contas a receber de clientes	103.790	(1.263)
Estoques	(5.236)	753
Tributos a recuperar	(6.239)	29.460
Despesas antecipadas	82	520
Depósitos judiciais	155	80.047
Demais créditos	(376)	(130.774)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	31.136	(12.882)
Obrigações sociais e trabalhistas	1.403	152
Impostos e contribuições a recolher	539	(91.443)
Adiantamentos de clientes e outras obrigações a pagar	(3.274)	7.328
Fluxos de caixas das atividades operacionais	**266.053**	130.180
Fluxos de caixas das atividades de investimentos		
Aquisição do Imobilizado e intangível	(117.818)	(14.859)
Baixa do imobilizado e intangível	37.117	2
Ajuste de Laudo de Avaliação Patrimonial	3.756	-

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(76.945)**	(14.857)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**189.108**	115.323
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	325.739	210.416
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	514.847	325.739
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	**189.108**	115.323

Notas explicativas às demonstrações financeiras
1.Contexto

O Porto de Paranaguá iniciou sua operação em 1832 como um atracadouro gerido por particulares. Em 1917, o Governo do Paraná passou a administrar o Porto que recebeu o nome de Dom Pedro II em homenagem ao Imperador. No entanto, sua inauguração só ocorreu de fato no ano de 1935, em 17 de março, com a atracação do navio "Almirante Saldanha" da Marinha do Brasil.

Em 11 de julho de 1947, foi criada a Autarquia Estadual que levou o nome de Administração do Porto de Paranaguá, cuja denominação foi modificada posteriormente, no ano de 1971, pela Lei nº 6.249 efetivando a fusão com a Administração do Porto de Antonina criando a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), ficando a APPA responsável pela administração do Porto Dom Pedro II (Paranaguá) e do Porto Barão de Teffé (Antonina).

Algumas fases podem ser reconhecidas durante a evolução e história do Porto de Paranaguá. Tem-se a fase de estabelecimento às margens do Rio Itiberê, que ocorreu no século XVI; a fase de expansão, referente à mudança do porto para as margens da baía no início do século XX, tornando assim viável o acesso de embarcações maiores; e, por fim, a fase de especialização, na década de 1950, com granéis sólidos, iniciando com o café, e posteriormente com soja e farelo, originando o Complexo Corredor de Exportação, nos anos 1970.

Nos anos 1950 e 1960, com o auge do café, a cidade de Paranaguá teve uma expansão urbana entre os Rios Itiberê e Emboguaçu e Ilha dos Valadares. A construção da BR-277, em 1967, também se apresentou como um fator impactante no desenvolvimento do Porto de Paranaguá, sendo responsável pela ligação do litoral paranaense com o extremo oeste, resultando na ampliação da ligação entre novas áreas produtoras de cereais no Brasil, diversificando o volume de negócios no Porto.

Em 11 de dezembro de 2001 o Governo do Paraná firmou um Convênio de Delegação com a União por intermédio do Ministério dos Transportes e com a regulação e fiscalização pela ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) com prazo de vigência de 25 anos prorrogáveis por mais 25 anos.

Em 13 de agosto de 2019, o Estado do Paraná é o primeiro Estado do Brasil a receber autonomia para administrar contratos de exploração de áreas dos portos organizados. Com a medida, a gestão dos arrendamentos de instalações portuárias, que antes eram definidos pela Secretaria Nacional de Portos, passam a ser controlados pela empresa pública Portos do Paraná.

Na data de 05 de maio de 2020, foi assinado antecipadamente a prorrogação do Convênio de Delegação nº.37/2001, atualizando a vigência para até 1º de janeiro de 2052 e suas cláusulas conforme a legislação do setor, como por exemplo a Lei nº.13.303/2016 (Lei de Responsabilidade das Estatais), Lei nº.12.815/2013 (Marco Regulatório dos Portos) e demais normas que passaram a vigorar após dezembro de 2001.

Em dezembro de 2020, a área greenfield destinada à movimentação de veículos no Porto de Paranaguá, foi leiloada por R$ 25 milhões em um pregão realizado na Bolsa de Valores, a B3. Por este, o Paraná se torna o primeiro estado do Brasil a conceder um terminal portuário, após obter autonomia para tal. O terminal, identificado como PAR12, possui uma área de 74,1 mil metros quadrados, marcando um passo significativo na gestão portuária do estado.

Em 2021, os Portos do Paraná alcançaram um recorde histórico, movimentando 57.520.122 toneladas de cargas, estabelecendo 10 novos recordes operacionais. A gestão foi reconhecida como a Melhor Gestão Portuária do país pelo prêmio Portos + Brasil e liderou na execução de investimentos. Os portos também se destacaram em conformidade regulatória e desempenho ambiental, além de serem a única autoridade portuária a palestrar na COP-26.

Com foco na sustentabilidade, a gestão realizou a obra da derrocagem da Pedra da Palangana, melhorando a segurança da navegação, e lançou o edital para o cais leste, o Moegão, com investimento de R$590 milhões. Quatro concessões portuárias foram priorizadas pelo Governo Federal, incluindo a concessão do canal de acesso ao Porto de Paranaguá, R$5bilhões em investimentos. A Portos do Paraná também firmou uma parceria com a Fundación Valenciaport para otimizar operações e reduzir custos, com a construção do Port Collaborative Decision Making (PCDM) e do Port Community System (PCS)

Em 2024, a Portos do Paraná alcançou um novo recorde anual ao movimentar 66.769.001 toneladas de cargas, representando um aumento de 2,1% em relação ao ano anterior. A gestão da empresa foi reconhecida como a melhor do País pelo quinto ano consecutivo no prêmio Portos + Brasil. A Portos do Paraná investiu mais de R$ 177,4 milhões em obras, serviços e projetos de infraestrutura, como o moegão ferroviário, a maior obra portuária do país em 2024, que deverá ficar pronta até o final de 2025 e que aumentará significativamente o volume movimentado pelo modal ferroviário e também na dragagem de manutenção que além de manter o canal em condições de receber os navios com segurança também trouxe melhoria no calado de vários berços do Porto de Paranaguá, permitindo um melhor aproveitamento da capacidade de carga.

A empresa também implementou programas de capacitação para seus colaboradores, incluindo cursos em logística e gestão portuária, além de treinamentos em segurança. No âmbito ambiental, a Portos do Paraná foi reconhecida por sua gestão sustentável, participando da COP29 e recebendo prêmios por suas iniciativas. A empresa ampliou suas relações com o mercado, recebendo comitivas internacionais e participando de feiras do setor, além de realizar diversas ações de saúde e segurança no trabalho, incluindo simulações de emergência e campanhas de conscientização. Esses fatos refletem o compromisso da Portos do Paraná com a eficiência operacional, sustentabilidade e segurança, além de sua importância econômica para a região.

1.1 Implantação de novas tecnologias

No decorrer de 2024, a Portos do Paraná implementou a migração do seu sistema de gestão para o SAP S/4HANA, com a transição da primeira onda de implantação ocorrendo em 1º de fevereiro. Este novo sistema representa um avanço significativo na integração dos diversos departamentos da empresa, proporcionando uma plataforma unificada que otimiza processos e melhora a eficiência operacional. Com a adoção do SAP S/4HANA, espera-se que a administração da companhia alcance maior agilidade na tomada de decisões, uma vez que o sistema permite o acesso em tempo real a informações críticas e relevantes, facilitando a resposta rápida às demandas do mercado e contribuindo para a excelência na gestão portuária.

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09, Lei nº 12.973/14 e Lei nº 13.303/16, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As demonstrações financeiras também foram preparadas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB.

Não há mudanças nas operações da Companhia, itens não usuais, alteração de estimativas, mudança na composição da Companhia ou qualquer outro evento que requeira divulgação específica.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção das aplicações financeiras, apresentadas a valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras e notas explicativas são apresentadas em milhares de reais (R$), Exceto quando indicado de outra forma. A moeda funcional do ambiente econômico onde a Companhia atua é o real.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetem a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Os efeitos das revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidos na ocasião da própria revisão e/ou em qualquer período futuro afetado.

As principais premissas utilizadas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos são apresentadas a seguir:

a) Valor justo de instrumentos financeiros; e
b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

2.5 Data de aprovação das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão das informações em 19 de março de 2025.

3. Principais políticas contábeis

As políticas detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras:

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita da prestação dos serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando existe evidência confiável de que os riscos e benefícios inerentes a propriedade dos serviços prestados foram transferidos e/ou executados para o cliente, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e os possíveis cancelamentos dos serviços possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os serviços disponibilizados aos usuários do porto, e de que o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável.

b. Receita e despesa financeira

A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos.

As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de descontos e de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros, multas e variações monetárias.

c. Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de alta liquidez, cujos vencimentos, quando de sua aquisição, são iguais ou inferiores a 90 (noventa) dias, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado e podem ser utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

Depósitos Judiciais

Representam depósitos realizados pela Companhia relativos a processos judiciais ou administrativos em curso.

Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, pelo método linear, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Até 31 de dezembro de 2024, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e, consequentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados ao valor líquido de realização.

d. Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço.

Fornecedores

São inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e, posteriormente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações incorridas até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação, legal ou constituída, como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Imposto de renda e contribuição social

A partir deste exercício e após a declaração de imunidade aos impostos conferida pelo art.150 da C.F., ter a sua confirmação em trânsito em julgado (junho de 2023), a companhia passou a recolher somente a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, sendo que a Contribuição do exercício corrente e diferido, são calculados com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

e. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda (pronunciamento contábil CPC 25) inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

f. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

Não foram emitidos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que impactem estas Demonstrações Contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	**2023**
Bancos conta movimento	68.365	80.823
Bancos conta vinculada (i)	1.022	1.052
Aplicações financeiras (ii)	510.465	302.536
Aplicações financeiras (iii)	(65.005)	(58.672)
	514.847	**325.739**

Saldo de contas bancárias conjuntas com clientes e prestadores de serviços depositados a título de garantia de contratos. A relação dos contratos garantidos está relacionada na tabela a seguir, e os valores estão em milhares de reais:

Contrato	**Cliente/Prestador**	**2024**	**Banco**	**Agência**	**C/C**
009/2010	Cattalini Terminais Marítimos	17	001	0259-3	70.700-7
027/2010	Centrosul Serviços Marítimos Ltda.	400	001	0259-3	69.795-8
011/2010	CPA Terminal Paranaguá S.A.	256	001	0259-3	70.673-6
029/2010	Harbor Operações Portuárias	18	001	0259-3	70.672-8
014/1999	Cattalini Terminais Marítimos	37	001	0259-3	70.817-8
003/1995	Terminais Portuários Ponto do Felix	104	001	0259-3	71.254-X
093/2021	TEAPAR	-	001	0259-3	70.874-7
31/2019	MTRD Telecomunicações Ltda	1	001	0259-3	24.632-8
018/2007	Bestra Equipamentos Industriais Ltda	6	001	0259-3	44.469-3
065/2012	Central de Serviços Gardin Ltda	3	001	0259-3	69.730-3
020/2012	E-Sales Soluções de Integração Ltda	2	001	0259-3	68.620-4
075-2012	Inforshop Suprimentos Ltda	1	001	0259-3	69.818-0
004/2016	Portal Serviços de Pavimentação Ltda	23	001	0259-3	62.640-6
006/2007	Sigmafone Telecomunicações Ltda	2	001	0259-3	44.473-1
009/2008	Técnica Joss de Elevadores	1	001	0259-3	58.752-4
096/2021	TRC Telecom Ltda.	147	001	0259-3	90.877-0
N/I	Volvo - BR - Repres. Pinho Comissária	4	001	0259-3	71.253-1
		1.022			

(ii) Valores 1.022 em Certificados de Depósitos Bancários CDB e fundo exclusivo. Os valores aplicados em CDBs são indexados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, remunera a empresa a uma taxa média anual de remuneração de 99,50%. Os valores aplicados em fundos de investimentos possuem uma remuneração média de 100% ao CDI. Os fundos são administrados em parte pelo Banco do Brasil e em parte pela Caixa Econômica Federal.

(iii) Refere-se a um bloqueio judicial nas cotas da aplicação junto ao Banco do Brasil – Fundo Exclusivo, como garantia de caixa na discussão de ações trabalhistas e cíveis em andamento. A composição do bloqueio está no item (iii) da NE nº 09.

5. Contas a receber

A Portos do Paraná, na condição de Autoridade Portuária é responsável pela cobrança das tarifas portuárias aprovadas pela ANTAQ para os Portos de Paranaguá e de Antonina. As tarifas estão detalhadas na NE nº17. O valor a receber de clientes em 31 de dezembro de 2024 é de R$19.065 (R$21.282 em 31 de dezembro de 2023). A composição destes títulos por idade de vencimento é apresentada no quadro a seguir:

	2024	**2023**
A vencer	17.434	16.872
Vencidos até 30 dias	1.583	39
Vencidos de 30 a 180 dias	44	39
Vencidos a mais de 180 dias (i)	4	4.332
	19.065	21.282

	2024	**2023**
Depósito judicial – processo 1749/07 (i)	307.700	307.700
Provisão para perda (Ofício 170/17-TCE)	(307.700)	(307.700)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (ii)	21.708	21.709
Provisão para perda	(21.708)	(21.709)
	-	-

(i) O montante classificado nesta rubrica refere-se ao processo judicial nº 1749/2007(hoje tramitando na 1ª Vara Federal de Paranaguá sob o nº 5000750-31.2016.404.7008), no qual o SINDOP – Sindicato dos Operadores Portuários do Estado do Paraná, questiona em nome de alguns de seus associados a legalidade de reajuste tarifário aprovado pela Resolução 715/2007-ANTAQ e autorizado pelo Conselho de Autoridade Portuária – CAP. E o juízo proferiu uma decisão liminar determinando que a diferença entre a tarifa originária e o reajuste fosse depositado em juízo até a resolução da lide. Para facilitar o controle a PORTOS DO PARANÁ emite faturas distintas referente a este acréscimo da tarifa aos clientes, os quais após efetuarem o depósito em juízo apresentam a administração portuária os comprovantes de recolhimento. Com a transformação da PORTOS DO PARANÁ em empresa pública, em setembro de 2014, estes valores foram reclassificados no ativo não circulante – créditos de longo prazo. Em 2017, o Tribunal de Contas do Estado – TCE, em um processo de auditoria expediu o ofício nº 170/2017 que pontua a incerteza do recebimento dos valores depositados em juízo e que eles não geram aumento dos benefícios econômicos. Sendo assim, para cumprir a orientação do TCE e evitar o superdimensionamento do ativo da Companhia foi registrado como PCLD o montante idêntico desta rubrica. A contrapartida do lançamento foi realizada no Patrimônio Líquido para o montante de exercícios anteriores e em conta de resultado como reversão de receita para as faturas emitidas a partir de 2017. A PORTOS DO PARANÁ optou por manter na base tributável para fins de apuração de impostos e contribuições o valor depositado mensalmente pelos clientes, mantendo o conservadorismo adotado como prática de gestão. Esses depósitos cessaram em abril de 2023 após decisão favorável a Portos do Paraná em 1ºGrau.

(ii) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi criada no exercício de 2015 após uma extensa e criteriosa análise dos títulos em aberto. O montante identificado no levantamento realizado pela Companhia constatou que estes títulos se referem a períodos anteriores a 2010. As limitações do sistema de gestão utilizado na época e a falta de documentos que informem e comprovem o andamento das cobranças realizadas impossibilitam juridicamente o direito de recebimento destes títulos. Por esta razão optou-se pela criação da provisão com contrapartida considerada indedutível para fins de apuração de tributos – IRPJ e CSLL. Os lançamentos realizados após estes registros iniciais recebem a tratativa conforme determina a norma contábil vigente.

6. Tributos a recuperar

	2024	**2023**
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	1.099	1.099
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	17.232	10.994
Programa de Integração Social - PIS	32	32
Contribuição para o financiamento da Seguridade Social – COFINS	149	149
	18.512	12.274
Circulante	**9.912**	1.280
Não circulante	**8.600**	10.994

7. Estoques

A empresa utiliza o sistema SAP para gerenciar seus estoques de maneira eficiente e integrada. O SAP oferece diversas funcionalidades que permitem um controle rigoroso e preciso dos materiais, desde a entrada até a saída do estoque. De forma que o módulo de estoque é totalmente integrado com a contabilidade, com seus movimentos refletindo lançamentos contábeis em tempo real. O saldo de estoques em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 20.371 e em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 15.135.

8. Adiantamentos

Os valores dos adiantamentos se referem ao cumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho 2023/2024, que estabelece que o empregado quando de sua fruição de férias pode optar em receber a 1ª parcela do 13º Salário, juntamente com outras verbas específicas das suas férias.

	2024	2023
Férias	-1.431	1.159
Outros adiantamentos	15	-
Total	**1.446**	**1.159**

9. Depósitos judiciais

Os depósitos registrados no Ativo da Companhia se referem a discussões judiciais na qual a PORTOS DO PARANÁ é parte. Enquanto não ocorrer o trânsito em julgado destas ações não é possível determinar se estes valores retornarão à Companhia, em caso de ganho na ação, ou serão transferidas para o resultado como despesas dedutíveis para cálculo de IRPJ e CSL, em caso de decisão final não favorável a PORTOS DO PARANÁ. Os depósitos estão classificados conforme o quadro a seguir:

	2024	2023
Trabalhistas (i)	3.898	16.590
Tributos (ii)	277.990	277.928
Cíveis	106.330	100.126
Outros (iii)	**65.005**	58.672
Total	**453.223**	**453.316**

(i) O valor refere-se a depósitos recursais de ações trabalhistas em fase de conhecimento e que, portanto, não foram finalizadas. Também constam registrados nesta rubrica os valores depositados para as ações que ocorreram o trânsito em julgado e estão na fase de liquidação de sentença.

(ii) Em novembro de 2014 a PORTOS DO PARANÁ ajuizou uma ação em face da União pleiteando o reconhecimento da imunidade tributária. Neste mesmo processo a Companhia solicitou o recolhimento através de depósito judicial para os valores apurados mensalmente dos tributos administrados pela Receita Federal do Brasil até o trânsito em julgado da ação de Imunidade Tributária. Em 26 de novembro de 2014, foi proferida decisão liminar autorizando a PORTOS DO PARANÁ a efetuar depósito judicial dos tributos federais. Em razão desta conduta prevista no Código Tributário Nacional – CTN, inciso II do art. 151, a exigibilidade dos tributos foi suspensa até a resolução da lide. Em dezembro de 2023 houve a decisão em caráter definitivo pelo levantamento de parte do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, já que em junho do mesmo exercício a ação que trata este parágrafo transitou em julgado com a declaração de imunidade dos impostos da Empresa Pública. Assim houve o levantamento parcial do IRPJ e IRRF no valor aproximado de 98 milhões de reais e ainda há lide na Justiça Federal em relação a outra parte do IR que a PGFN ainda contestou o levantamento e sobre o regime de recolhimento do PIS e COFINS.

(iii) O valor de R$65.005 em 31 de dezembro de 2024 e R$58.672 para 31 de dezembro de 2023 registrado em Outros refere-se ao bloqueio da aplicação financeira da PORTOS DO PARANÁ conforme mencionado na nota explicativa nº 04.

Bloqueios por natureza das ações judiciais

	2024	2023
Trabalhistas	3.324	3.149
Cíveis	**61.681**	**55.523**
	65.005	**58.672**

10. Outros créditos

	2024	2023
Convênio 021/2022 FUNPAR-UFPR	117	88
Garantia Copel Comercialização S.A. - Contrato 042/2021	1.317	1.317
Indenização por descumprimento de contrato de arrendamento (i)	31.309	132.882
	32.743	**134.287**
Circulante	31.309	132.882
Não circulante	1.434	1.405

O Convênio com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá tem por objetivo a cooperação técnica, científica, cultural e financeira entre as Partícipes visando estruturar, implantar e gerenciar uma base de prontidão especializada no resgate e na despetrolização de fauna em caso de acidentes ambientais na área do Complexo Estuarino de Paranaguá (CEP), em atendimento aos Planos de Emergência Individual (PEI) da APPA. O objeto do convênio é contraprestação obrigatória por parte da autoridade portuária, para a manutenção de sua licença ambiental para operação das atividades portuárias na baia de Paranaguá.

(i) Refere-se ao valor de indenização da Cotriguaçu após a redução da poligonal da área de abrangência e jurisdição da Autoridade Portuária no perímetro que caberia a reversão dos bens foi apurado o valor que cabe em indenização pela Cooperativa em face desta redução de área.

11. Imobilizado e intangível

11.1 Imobilizado

	2022	Aquisições	Baixa	Depreciação	Baixa da depreciação	Transferência	2023
Terrenos	135.254	-	-	-	-	-	135.254
Edificações e benfeitorias	182.622	-	-	(9.278)	-	8	173.352
Construções	29.016	-	-	(2.604)	-	-	26.412
Máquinas, aparelhos e equipamentos	142.202	677	-	(14.860)	-	9.554	137.573
Móveis e utensílios	1.926	242	(40)	(308)	38	-	1.858
Equipamentos de informática e tecnologia	3.773	952	-	(1.921)	-	-	2.804
Instalações	46.320	-	-	(9.402)	-	-	36.918
Equipamentos de mediação de medição	16	-	-	(3)	-	-	13
Imobilizado em andamento	54.804	11.320	-	-	-	(9.562)	56.562
Total do imobilizado	595.933	13.191	(40)	(38.376)	38	-	570.746

	2023	Aquisições	Baixa	Depreciação	Transferência	Ajuste laudo (i)	2024
Bens em operação							
Outros - infraestrutura marítima	-	-	-	(208)	54.764	3.137	57.693
Outros - infraestrutura acostagem	-	-	-	(11.978)	-	178.580	166.602
Outros - infraestrutura terrestre	13	-	-	(1.569)	-	14.484	12.928
Outros - armazenagem	-	-	-	(4.691)	-	15.808	11.117
Outros equipamentos	137.572	345	-	(22.847)	-	2.406	117.476
Bens da administração		-	-	-	-	-	-
Terrenos	135.254	-	(36.873)	-	-	-	98.381
Edificações e benfeitorias	199.764	-	-	(817)	7.529	(194.655)	11.821
Instalações	36.918	-	-	(2.516)	-	(26.167)	8.235
Equipamentos e informática e tecnologia	2.804	22	-	(1.655)	-	2.619	3.790
Móveis e utensílios	1.859	84	(3)	(409)	-	32	1.563
Imobilizado em andamento	**56.562**	**117.367**	**-**	**-**	**(60.620)**	**-**	**113.309**
Total do imobilizado	**570.746**	**117.818**	**(36.876)**	**(46.690)**	**1.673**	**(3.756)**	**602.915**

(i) Nota Explicativa - Ajustes Após Inventário Patrimonial

1. Contexto e Objetivo

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Portos do Paraná concluiu o inventário patrimonial abrangente, com a contratação do Consórcio GEPLAN/SETAPE/AVALIENGE (Contrato nº58/2023). Este procedimento visou verificar a existência física, o estado de conservação dos ativos e ajustar os registros contábeis para refletir com precisão a realidade patrimonial da empresa. A entrega dos trabalhos bem como da planilha de carga para o carregamento dos bens no sistema se deu em abril de 2024.

2. Metodologia

O inventário foi conduzido pelo consórcio GEPLAN/SETAPE/AVALIENGE (Contrato nº58/2023), sob a supervisão de uma equipe de fiscalização multidisciplinar e com a equipe interna de contabilidade da companhia. A metodologia empregada incluiu:

Contagem física de todos os ativos imobilizados; verificação do estado de conservação e funcionalidade dos bens; reconciliação dos itens físicos com os registros contábeis; avaliação da vida útil remanescente dos ativos; análise de possíveis indicadores de perda por redução ao valor recuperável; recuperação de registros fundiários de todas as áreas sob a administração da companhia.

Todas as discrepâncias identificadas foram minuciosamente analisadas e os ajustes necessários foram propostos e implementados após aprovação da administração.

3. Ajustes Realizados

Os principais ajustes decorrentes do inventário patrimonial foram:
Baixa de Ativos Inexistentes: Identificação e baixa contábil de terrenos que embora tenham sido registrados e inscritos na contabilidade da companhia no inventário anterior, os lotes não tinham a titularidade da companhia em seus registros fundiários pois parte desses terrenos são área de marinha e ou alodiais resultando num ajuste de redução R$ 36.873.400,00.

Correção de Valores: Reavaliação e ajuste do valor contábil de determinados ativos, pois bens foram reagrupados em novas classes de ativos no novo sistema patrimonial e seguindo as diretrizes da Contabilidade Regulatória instituída pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ Resolução ANTAQ nº 49, de 23 de julho de 2021, resultando em uma redução líquida de R$ 3.756.307,23 no ativo imobilizado.

Transferência de valores: Eliminamos o grupo Intangível em andamento e eventuais Ativos Intangíveis que estejam ainda em processo de construção e/ou elaboração estão agora na Classe Imobilizado em Andamento (IA100). Valor transferido: R$ 3.667.505,36.

4. Conclusão e Medidas Futuras

Os ajustes realizados após o inventário patrimonial asseguram que os registros contábeis da Portos do Paraná reflitam de maneira fidedigna e transparente sua posição patrimonial.

Como resultado deste processo, a administração implementará as seguintes medidas:

Revisão e aprimoramento dos procedimentos de controle patrimonial, por meio da elaboração do Manual de Procedimentos de Gestão do Ativo;

Implementação de um sistema de gestão de ativos dentro do ERP instalado e em funcionamento a partir de fevereiro de 2024 (Vide N.E 1.1- Implantação de novas tecnologias);

Treinamento adicional para as equipes envolvidas no controle e gestão patrimonial;
Realização de inventários parciais periódicos para minimizar discrepâncias futuras.

11.2 Intangível

	2022	Aquisições	Amortização	2023
Intangível	226	503	(296)	433
Intangível em Andamento	2.502	1.165	-	3.667
Total do intangível	2.728	1.668	(296)	4.100

	2023	Amortização	Transferência	2024
Intangível	433	(198)	1.753	1.988
Intangível em Andamento	3.667	-	(3.667)	-
Total do intangível	4.100	(198)	(1.914)	1.988

12. Obrigações trabalhistas

	2024	2023
Ordenados a pagar	2.709	2.819
Provisão para Férias	11.073	11.765
Provisão para 13º Salário	-	12
Consignações folha	274	291
Pensões a pagar	86	150
Provisões trabalhistas	2.298	
Total	**16.440**	**15.037**

13. Obrigações fiscais e previdenciárias

	2024	2023
Encargos da Folha	**4.607**	**5.296**
Contribuição Previdenciária - INSS	1.503	1.862
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	640	776
Imposto de renda retido na fonte – IRRF Folha	2.464	2.658
Contribuições sobre o Faturamento	**253.645**	**253.625**
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	208.769	208.753
Programa de Integração Social - PIS	44.876	44.872
Impostos e Contribuições sobre Resultados	**10.115**	**8.372**
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	10.115	8.372
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-
Encargos Retidos de Fornecedores	**4.408**	**4.943**
Contribuição Previdenciária (Lei 10.833/03)	1.489	733
Imposto de Renda Retido na Fonte (Lei 10833/03)	271	469
Outros Tributos Federais (PIS/COFINS/CSLL)	500	2.432
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	2.148	1.309
	272.775	**272.236**
Circulante	20.683	11.772
Não circulante	252.092	260.464

14. Adiantamento de clientes

Para que seja liberada qualquer operação nos Portos de Paranaguá e Antonina o cliente deverá obrigatoriamente efetuar um adiantamento dos valores referente à operação pretendida. O aporte poderá ser através de caução, seguro ou fiança. Esta norma interna foi estabelecida na Ordem Serviço nº 237-12 e é utilizada inclusive para o consumo de água e energia elétrica dentro da área do porto organizado. Os adiantamentos são registrados na contabilidade e após o fechamento da operação, a PORTOS DO PARANÁ emite a fatura correspondente e compensa o valor do adiantamento recebido. Em 31 de dezembro de 2024 o valor desta conta é de R$14.615 e de R$17.889 em 31 de dezembro de 2023.

15. Provisões judiciais

A empresa mantém provisões para perdas em ações judiciais com o objetivo de cobrir possíveis obrigações decorrentes de litígios em andamento. Essas provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou implícita) como resultado de um evento passado, é provável que uma saída de recursos será necessária para liquidar a obrigação, e o valor da obrigação pode ser estimado de forma confiável.

As provisões são baseadas em avaliações realizadas pela área jurídica da empresa, em conjunto com consultores externos, quando necessário, considerando a probabilidade de perda e a melhor estimativa do desembolso financeiro. A empresa revisa regularmente essas provisões, ajustando-as conforme novas informações surgem ou quando há mudanças significativas nas circunstâncias dos processos.

No balanço atual, a provisão para perdas em ações judiciais está detalhada conforme o grau de risco associado a cada processo, separadas por esfera (trabalhista e cível), conforme abaixo:

Esfera Trabalhista:
Risco Remoto:
Valor estimado: R$ 10.437.133,29
Quantidade de Processos: 71
Risco Possível:
Valor: R$ 0,00 (não há valor conhecido para as ações neste grau de risco no momento)
Quantidade de Processos: 24
Risco Provável:
Valor Provisionado: R$ 54.566.208,77
Quantidade de Processos: 212
Precatórios Expedidos:
Valor Provisionado: R$ 29.437.577,93
Quantidade de Processos: 34

Esfera Cível:
Risco Remoto:
Valor Estimado: R$ 94.065.102,79
Risco Possível:
Valor Estimado: R$ 6.739.077,21
Risco Provável:
Valor Provisionado: R$ 110.836.964,27

O valor total provisionado para perdas em ações judiciais com grau de risco classificado como provável mais os precatórios é de 194,840 milhões de reais, conforme quadro a seguir, refletindo a estimativa da administração com base nas informações disponíveis até a data de fechamento das demonstrações financeiras. A empresa continuará monitorando os desenvolvimentos dos processos e ajustará as provisões conforme necessário, garantindo que os valores provisionados reflitam adequadamente os riscos associados.

Provisões totais por grau de risco provável	2024	2023
Trabalhistas	54.566	65.485
Cíveis	110.837	89.178
Precatórios (i)	29.437	29.438
Total	**194.840**	184.101

(i) As execuções para a cobrança de dívida de órgãos de Direito Público da União, Estados, Municípios, Autarquias e Fundações Públicas se processam pela expedição de uma ordem de pagamento para inclusão desta dívida no orçamento público. Este título é conhecido como precatório requisitório e é expedido após decisão transitado em julgado da qual o ente público tenha sido condenado. Em algumas ações o juiz determina que o valor devido possa ser reconhecido como precatório do Governo do Estado, podendo ou não ser aceito dentro do prazo estipulado, portanto, reconhecemos a provisão destas ações no curto prazo, pois caso o Estado determine o pagamento, a PORTOS DO PARANÁ deverá cumprir a requisição.

1.6 Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social da PORTOS DO PARANÁ é de R$1.086.443.861,38 (um bilhão, oitenta e seis milhões e quatrocentos e quarenta e três mil, oitocentos e sessenta e um reais e trinta e oito centavos), totalmente integralizados pelo Estado do Paraná.

O capital social da Companhia só poderá ser alterado por decreto do poder executivo, mediante a capitalização, doação, bens, reservas e outros recursos de bens e direitos que vierem a ser destinados a esse fim com anuência do Conselho de Administração e da Assembleia Geral Ordinária.

b) Resultado do período

O resultado contábil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi um lucro de 121.547 milhões de reais e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia registrou um lucro contábil de 188.679 milhões de reais. Os lucros auferidos pela PORTOS DO PARANÁ deverão ser compensados com a conta de prejuízos acumulados.

O EBITDA, que significa Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, atingiu a marca de 125.468 milhões e o EBITDA Ajustado, que soma ao EBITDA outras despesas operacionais e PCLD, conseguiu atingir 162.060 milhões.

	2024	2023
EBITDA	125.468	195.190
EBITDA Ajustado	162.060	299.800
Margem EBITDA	21%	31%
Margem EBITDA Ajustado	28%	48%

c) Lucros (prejuízos) acumulados

A Reserva de Lucro registrada no patrimônio líquido da PORTOS DO PARANÁ para 31 de dezembro de 2024 é de R$40.550 sendo composta por reserva de legal e reserva de lucro para investimentos, no exercício findo de 31 de dezembro de 2023 foi registro um prejuízo de R$48.442.

Ajustes de exercícios anteriores

d) Nesta rubrica transitaram atualizações de processos judiciais de longa data que não foram relevantes na movimentação do período. A maior parte se deve à transição de grau de risco de possível para provável nestas ações, o que ensejou esta movimentação, conforme demonstrado na Demonstração do Resultado Abrangente.

17. Receita operacional

	2024	2023
Infraestrutura de Acesso Aquaviário	231.529	211.330
Infraestrutura de Acostagem	19.169	17.337
Infraestrutura Operacional Terrestre	104.306	89.060
Receitas de Armazenagem	2.082	3.165
Receitas por Utilização de Equipamentos	35.749	46.221
Diversos Padronizados	6.560	6.110
Contratos de Arrendamento	212.610	275.025
Receitas Complementares	11.875	13.006
	623.880	661.254
(-) Deduções da receita	**(35.665)**	**(40.294)**
Receita operacional líquida	**588.214**	**620.960**

As receitas da PORTOS DO PARANÁ são obtidas pela cobrança da disponibilização da infraestrutura do porto organizado aos operadores portuários para que realizem as operações de importação e exportação de produtos e mercadorias e sua armazenagem. A disponibilização do cais, canal de acesso e armazéns são cobradas mediante emissão de faturas. Para cada espécie de tarifa cobrada há uma tabela cujo valores foram aprovados pelo órgão regulador – ANTAQ.

A receita de arrendamento é reconhecida mensalmente no resultado e sua cobrança ocorre conforme estipulado no contrato firmado com o arrendatário. A base para o cálculo do valor mensal devido compreende um valor sobre cada m² arrendado e o um valor sobre o volume de cargas movimentadas no mês.

As tarifas de armazenagem são cobradas no momento da retirada da mercadoria pelo cliente. As demais receitas operacionais relacionadas com a utilização da infraestrutura portuária são reconhecidas na contabilidade no fechamento de cada navio.

Em relação aos tributos incidentes sobre o faturamento, são apurados o PIS e o COFINS, no regime cumulativo, em alíquotas de 0,65% e 3,00% respectivamente.

18. Custos operacionais

Os custos operacionais da PORTOS DO PARANÁ, compreendem gastos para manter a infraestrutura e as condições necessárias de funcionamento dos portos paranaenses, sendo todas aquelas relacionadas à atividade finalística da Autoridade Portuária, conforme a Lei 12.815/2013, o Convênio de Delegação da exploração dos portos paranaenses da União ao Estado do Paraná, e

o Estatuto Social da empresa. Os custos são todas as obrigações como dragagem de manutenção do canal de acesso, bacia de evolução e berços de atracação, sinalização náutica, batimetria para verificação das profundidades, além de segurança portuária, gestão ambiental, manutenção dos equipamentos. da infraestrutura e dos acessos, além de mão-de-obra de fiscalização, seguro compreensivo portuário etc. Os custos se classificam conforme tabela abaixo:

Custos dos Serviços Prestados	2024	2023
Custos da Infraestrutura Marítima	(127.900)	(128.812)
Custos da Infraestrutura de Acostagem	(23.322)	(2.326)
Custos da Infraestrutura Terrestre	(21.335)	(24.589)
Custos Diversos Padronizados	(1.494)	(4.281)
Custos Indiretos	(182.470)	(126.342)
Total	**(356.521)**	**(286.350)**

19. Despesas gerais e administrativas

As despesas são os gastos com as atividades meio da organização, conforme quadro a seguir:

Despesas Administrativas	2024	2023
Despesas com Pessoal Administrativas	(79.184)	(78.467)
Serviços de Terceiros e Utilidades	(4.775)	(72.460)
Despesas Gerais	(16.588)	(19.233)
Depreciação	(46.690)	(38.376)
Amortização	(199)	(296)
Total	**(147.437)**	**(208.832)**

20. Outros resultados operacionais

	2024	2023
Despesas PCLD	-	(7.323)
Outras Despesas Operacionais	(36.591)	(97.287)
Outras receitas(despesas) não recorrentes	-	135.350
Outras Receitas	31.326	-
Outras Despesas	(411)	-
Total	**(5.676)**	**30.740**

21.Resultado financeiro líquido

	2024	2023
Receita financeira		
Juros recebidos ou auferidos	5.160	290
Rendimento de aplicação financeira	57.375	36.762
Variações Monetárias Ativas	2.821	38.142
Outras Receitas Financeiras	0	3
Total	**65.356**	**75.197**
Despesa financeira		
Juros pagos	(657)	(372)
Outras despesas financeiras	(9.828)	(28)
Total	**(10.485)**	**(400)**
Resultado financeiro	**54.871**	**74.797**

22. Instrumentos financeiros

A PORTOS DO PARANÁ, efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os objetivos e processos de gestão dos riscos e os métodos utilizados para mensurá-los, são apresentados a seguir:

a) Risco de crédito

A PORTOS DO PARANÁ está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais em relação às contas a receber, depósitos e aplicações em instituições financeiras.

Todas as receitas da PORTOS DO PARANÁ, tanto as tarifas cobradas pelo acesso e utilização do cais, como também as receitas de apoio e armazenagem, são recebidas de forma antecipada do cliente, minimizando os riscos de inadimplência. A receita de arrendamento é cobrada mensalmente e, representou cerca de 30% do faturamento da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. O montante do risco para o período findo em 31 de dezembro de 2024 está demonstrado a seguir:

	2024
Caixa e equivalente de caixa	514.847
Contas a receber	19.065
	533.912

b) Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: as aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

c) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada no porto organizado é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro para que a PORTOS DO PARANÁ possa honrar os compromissos assumidos para manutenção da infraestrutura e investir recursos para tornar o porto mais eficiente.
Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da infraestrutura portuária concedida ao Estado do Paraná por meio do 1º aditivo ao Convênio de Delegação nº 037/2001 com vigência até 2052. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

23. Transações com partes relacionadas

É a parte que está relacionada com a entidade, direta ou indiretamente, por meio de um ou mais intermediários, quando a parte: (i) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da entidade (isso inclui controladoras ou controladas); (ii) tiver interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a entidade; ou (iii) tiver controle conjunto sobre a entidade. Transação com partes relacionadas é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

Saldo a pagar a partes relacionadas

Entidades controlada pelo Estado do Paraná	2024	2023
Copel Distribuição S.A.(i)	355	683
Cia de Tecnologia da Informação do Paraná	-	1.001
	355	1.684

Em 2023, ocorreu uma mudança significativa na estrutura acionária da **Companhia Paranaense de Energia (Copel)**, empresa anteriormente controlada integralmente pelo Estado do Paraná. A partir desse ano, o Estado do Paraná reduziu sua participação acionária na Copel, deixando de ser seu controlador exclusivo. Essa mudança ocorreu por meio de uma oferta pública de ações (OPA), na qual a participação do Estado foi reduzida para aproximadamente 32% do capital votante, mantendo o controle acionário, mas permitindo a entrada de investidores privados no capital da empresa.

Remuneração dos conselhos (em reais)

	2024	2023
CONSAD - Conselho de Administração	47.892,32	47.892,32
CONFISC - Conselho Fiscal	11.973,09	11.973,09
CAE - Comitê de Auditoria Estatutário	8.979,81	8.979,81
CIA - Comitê de Indicação e Avaliação	17.959,62	15.165,90
	86.804,84	**84.011,12**

Quantidade de membros

	2024	2023
CONSAD -Conselho de Administração	8	9
CONFISC - Conselho Fiscal	3	3
CAE - Comitê de Auditoria Estatutário	3	3
CIA – Comitê de Indicação e Avaliação	6	6
	20	**21**

24. Seguros

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado da Portos do Paraná e com os bens da União sob uso e guarda desta Companhia.

A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da companhia e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário. A validade desta apólice é de 08 de março até 08 de setembro deste exercício. O prazo menor de vigência é porque a contratação foi realizada de forma emergencial, com limite máximo de 180 dias, pois o Pregão Eletrônico que objetivava a contratação restou deserto em duas oportunidades (16/11/2023 e 09/01/2024).

A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da Companhia, previstas na Lei 12.815, de 5 de junho de 2013, e com vigência de 27 de janeiro de 2024 até 27 de janeiro de 2025.

Abaixo, valores das coberturas vigentes (em milhares de reais):

	2024	2023
Riscos operacionais	-	45.000
Responsabilidade civil	**10.000**	**10.000**

25. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes passíveis de publicação e/ou ajuste contábil no período que compreenda a data de fechamento do trimestre e a emissão desta Demonstração Financeira.

Paranaguá, 21 de março de 2025.

Rodrigo Neris Cavalcanti
CRC PR-066466/O-9
Contador Responsável

Luiz Fernando Garcia da Silva
Diretor-Presidente

CNPJ/MF Nº 79.621.439/0001-91 NIRE 41207943005

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e aos Conselheiros da
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
Paranaguá – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 24 – Seguros, a qual menciona que "os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado da Portos do Paraná e com os bens da União sob uso e guarda desta Companhia." A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da companhia e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário. A validade desta apólice é de 8 de março até 8 de setembro deste exercício. O prazo menor de vigência é porque a contratação foi realizada de forma emergencial, com limite máximo de 180 dias, pois o Pregão Eletrônico que objetivava a contratação restou deserto em duas oportunidades (16/11/2023 e 09/01/2024). A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da Companhia, previstas na Lei 12.815, de 5 de junho de 2013, e com vigência de 27 de janeiro de 2024 até 27 de janeiro de 2025. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos Valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparabilidade, foram auditadas por nós, que emitimos relatório em 20 de março de 2024, com modificação de opinião em relação ao levantamento patrimonial e à ausência de teste de impairment. A pendência foi sanada durante o exercício de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente de ser causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 24 de março de 2025.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

Jucléia Gonçalves Rodrigues
Contadora 1 CRC RS 078349/O-1
Sócia

CNPJ/MF Nº 79.621.439/0001-91 NIRE 41207943005

ANEXO I DA ATA DA 127ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

O Conselho de Administração da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, tendo examinado o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da unanimidade, a referida proposição.
Face ao exposto, é de parecer que os citados documentos ficam devidamente aprovados por este colegiado.

Paranaguá, 28 de março de 2025.

Alex Sandro de Ávila
Presidente do Conselho de Administração

Luiz Fernando Garcia da Silva
Membro Titular

João Paulo de Castro
Membro Titular

Leandro Pazzetto Arruda
Membro Titular

Rafael Moura de Oliveira
Membro Titular

José Aroldo Souza Martins
Membro Titular

Giovani da Silva Ferreira
Membro Titular

Carlos Eduardo Makoul Gasperin
Membro Titular

Carlos Eidam de Assis
Membro Titular

CNPJ/MF Nº 79.621.439/0001-91 NIRE 41207943005

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

ANEXO I DA ATA DA 97ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

O Conselho Fiscal da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, tendo examinado o Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos da APPA e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, aprovou, por unanimidade, as referidas proposições.
Face ao exposto, é de parecer que os citados documentos ficam devidamente aprovados por este colegiado.

Paranaguá, 26 de março de 2025.

Marcio Fernando Nunes
Presidente

Luiz Augusto Silva
Vice-Presidente

Luiz Nicácio
Membro Titular

PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Balanço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Nota	2024	2023
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	**514.847**	325.739
Contas a receber	5	**19.065**	21.282
Impostos a recuperar	6	**9.912**	1.280
Estoques	7	**20.371**	15.135
Despesas de exercícios seguintes		**-**	82
Adiantamentos a empregados	8	**1.446**	1.159
Outros créditos	10	**31.309**	132.882
		596.950	497.559
Ativo não circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Impostos a recuperar	6	**8.600**	10.994
Depósitos judiciais	9	**453.223**	453.316
Outros créditos	10	**1.434**	1.405
Imobilizado	11	**602.915**	570.746
Intangível	11	**1.988**	4.100
		1.068.160	1.040.561
Total do ativo		**1.665.110**	**1.538.120**

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores	3	**7.865**	6.729
Obrigações trabalhistas	12	**16.440**	15.037
Obrigações fiscais	13	**20.683**	11.772
Adiantamentos de clientes	14	**14.615**	17.889
		89.603	51.427
Não circulante			
Impostos, taxas e contribuições	13	**252.092**	260.464
Provisões de contingências	15	**194.840**	184.101
Impostos e contribuições diferidos	1.581	**4.126**	
		448.513	448.691
Patrimônio líquido	16		
Capital social	16a	**1.086.444**	1.086.444
Prejuízo Acumulado	16c	**-**	(48.442)
Reserva de Lucro	16c	**40.550**	-
Total do patrimônio líquido		**1.126.994**	1.038.002
Total do passivo e do patrimônio líquido		**1.665.110**	**1.538.120**

Demonstração do resultado do exercício
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	17	588.215	620.960
Custo dos serviços prestados	18	(356.521)	(286.350)
Lucro bruto		**231.693**	**334.610**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	19	(147.437)	(208.832)
Outros resultados operacionais	20	(5.676)	30.740
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		**78.580**	**156.518**
Receitas financeiras	21	65.356	75.197
Despesas financeiras	21	(10.485)	(400)
Resultado financeiro		54.871	74.797
Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		**133.451**	**231.315**
Imposto de renda e contribuição social correntes		(14.450)	(38.510)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.545	(4.126)
Resultado líquido do período	16b	**121.546**	188.679

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	2024	2023
Resultado do exercício	**121.547**	**188.679**
Ajustes de Exercícios Anteriores	(32.555)	9.358
Total do resultado abrangente do período	**88.992**	**198.037**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.

	Capital Social	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Reserva legal	Reserva de Lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.086.444	(246.479)	-	-	839.965
			-		
Resultado líquido do exercício	-	188.679	-	-	188.679
Ajuste de exercícios anteriores	-	9.358	-	-	9.358
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.086.444	(48.442)	-	-	1.038.002
Resultado líquido do exercício	-	121.547	-	-	121.547
Ajuste de exercícios anteriores	-	(32.555)	-	-	(32.555)
Transferência de Reserva de Lucro	-	(34.473)	-	34.473	-
Transferência para Reserva Legal	-	(6.077)	6.077	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.086.444	-	6.077	34.473	1.126.994

Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	121.547	188.679
Depreciações e amortizações	46.889	38.672
Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	10.740	7.447
Tributos diferidos sobre o lucro	(2.545)	4.126
Ajuste de exercícios anteriores	(32.555)	9.358
	144.075	248.282
Aumento (redução) dos ativos		
Contas a receber de clientes	103.790	(1.263)
Estoques	(5.236)	753
Tributos a recuperar	(6.239)	29.460
Despesas antecipadas	82	520
Depósitos judiciais	155	80.047
Demais créditos	(376)	130.774)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	31.136	(12.882)
Obrigações sociais e trabalhistas	1.403	152
Impostos e contribuições a recolher	539	(91.443)
Adiantamentos de clientes e outras obrigações a pagar	(3.274)	7.328
Fluxos de caixas das atividades operacionais	**266.053**	130.180
Fluxos de caixas das atividades de investimentos		
Aquisição do Imobilizado e intangível	(117.818)	(14.859)
Baixa do imobilizado e intangível	37.117	2
Ajuste de Laudo de Avaliação Patrimonial	3.756	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(76.945)**	(14.857)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**189.108**	115.323
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	325.739	210.416
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	514.847	325.739
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	**189.108**	115.323

1.Contexto

O Porto de Paranaguá iniciou sua operação em 1832 como um atracadouro gerido por particulares. Em 1917, o Governo do Paraná passou a administrar o Porto que recebeu o nome de Dom Pedro II em homenagem ao Imperador. No entanto, sua inauguração só ocorreu de fato no ano de 1935, em 17 de março, com a atracação do navio "Almirante Saldanha" da Marinha do Brasil.

Em 11 de julho de 1947, foi criada a Autarquia Estadual que levou o nome de Administração do Porto de Paranaguá, cuja denominação foi modificada posteriormente, no ano de 1971, pela Lei nº 6.249 efetivando a fusão com a Administração do Porto de Antonina criando a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), ficando a APPA responsável pela administração do Porto Dom Pedro II (Paranaguá) e do Porto Barão de Teffé (Antonina).

Algumas fases podem ser reconhecidas durante a evolução e história do Porto de Paranaguá. Tem-se a fase de estabelecimento às margens do Rio Itiberê, que ocorreu no século XVI; a fase de expansão, referente à mudança do porto para as margens da baía no início do século XX, tornando assim viável o acesso de embarcações maiores; e, por fim, a fase de especialização, na década de 1950, com granéis sólidos, iniciando com o café, e posteriormente com soja e farelo, originando o Complexo Corredor de Exportação, nos anos 1970.

Nos anos 1950 e 1960, com o auge do café, a cidade de Paranaguá teve uma expansão urbana entre os Rios Itiberê e Emboguaçu e Ilha dos Valadares. A construção da BR-277, em 1967, também se apresentou como um fator impactante no desenvolvimento do Porto de Paranaguá, sendo responsável pela ligação do litoral paranaense com o extremo oeste, resultando na ampliação da ligação entre novas áreas produtoras de cereais no Brasil, diversificando o volume de negócios no Porto.

Em 11 de dezembro de 2001 o Governo do Paraná firmou um Convênio de Delegação com a União por intermédio do Ministério dos Transportes e com a regulação e fiscalização pela ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) com prazo de vigência de 25 anos prorrogáveis por mais 25 anos.

Em 13 de agosto de 2019, o Estado do Paraná é o primeiro Estado do Brasil a receber autonomia para administrar contratos de exploração de áreas dos portos organizados. Com a medida, a gestão dos arrendamentos de instalações portuárias, que antes eram definidos pela Secretaria Nacional de Portos, passam a ser controlados pela empresa pública Portos do Paraná.

Na data de 05 de maio de 2020, foi assinado antecipadamente a prorrogação do Convênio de Delegação nº.37/2001, atualizando a vigência para até 1º de janeiro de 2052 e suas cláusulas conforme a legislação do setor, como por exemplo a Lei nº.13.303/2016 (Lei de Responsabilidade das Estatais), Lei nº.12.815/2013 (Marco Regulatório dos Portos) e demais normas que passaram a vigorar após dezembro de 2001.

Em dezembro de 2020, a área greenfield destinada à movimentação de veículos no Porto de Paranaguá, foi leiloada por R$ 25 milhões em um pregão realizado na Bolsa de Valores, a B3. Por este, o Paraná se torna o primeiro estado do Brasil a conceder um terminal portuário, após obter autonomia para tal. O terminal, identificado como PAR12, possui uma área de 74,1 mil metros quadrados, marcando um passo significativo na gestão portuária do estado.

Em 2021, os Portos do Paraná alcançaram um recorde histórico, movimentando 57.520.122 toneladas de cargas, estabelecendo 10 novos recordes operacionais. A gestão foi reconhecida como a Melhor Gestão Portuária do país pelo prêmio Portos + Brasil e liderou na execução de investimentos. Os portos também se destacaram em conformidade regulatória e desempenho ambiental, além de serem a única autoridade portuária a palestrar na COP-26.

Com foco na sustentabilidade, a gestão realizou a obra da derrocagem da Pedra da Palangana, melhorando a segurança da navegação, e lançou o edital para o cais leste, o Moegão, com investimento de R$590 milhões. Quatro concessões portuárias foram priorizadas pelo Governo Federal, incluindo a concessão do canal de acesso ao Porto de Paranaguá, R$5bilhões em investimentos. A Portos do Paraná também firmou uma parceria com a Fundación Valenciaport para otimizar operações e reduzir custos, com a construção do Port Collaborative Decision Making (PCDM) e do Port Community System (PCS)

Em 2024, a Portos do Paraná alcançou um novo recorde anual ao movimentar 66.769.001 toneladas de cargas, representando um aumento de 2,1% em relação ao ano anterior. A gestão da empresa foi reconhecida como a melhor do País pelo quinto ano consecutivo no prêmio Portos + Brasil. A Portos do Paraná investiu mais de R$ 177,4 milhões em obras, serviços e projetos de infraestrutura, como o moegão ferroviário, a maior obra portuária do país em 2024, que deverá ficar pronta até o final de 2025 e que aumentará significativamente o volume movimentado pelo modal ferroviário e também na dragagem de manutenção que além de manter o canal em condições de receber os navios com segurança também trouxe melhoria no calado de vários berços do Porto de Paranaguá, permitindo um melhor aproveitamento da capacidade de carga.

A empresa também implementou programas de capacitação para seus colaboradores, incluindo cursos em logística e gestão portuária, além de treinamentos em segurança. No âmbito ambiental, a Portos do Paraná foi reconhecida por sua gestão sustentável, participando da COP29 e recebendo prêmios por suas iniciativas. A empresa ampliou suas relações com o mercado, recebendo comitivas internacionais e participando de feiras do setor, além de realizar diversas ações de saúde e segurança no trabalho, incluindo simulações de emergência e campanhas de conscientização. Esses fatos refletem o compromisso da Portos do Paraná com a eficiência operacional, sustentabilidade e segurança, além de sua importância econômica para a região.

1.1 Implantação de novas tecnologias

No decorrer de 2024, a Portos do Paraná implementou a migração do seu sistema de gestão para o SAP S/4HANA, com a transição da primeira onda de implantação ocorrendo em 1º de fevereiro. Este novo sistema representa um avanço significativo na integração dos diversos departamentos da empresa, proporcionando uma plataforma unificada que otimiza processos e melhora a eficiência operacional. Com a adoção do SAP S/4HANA, espera-se que a administração da companhia alcance maior agilidade na tomada de decisões, uma vez que o sistema permite o acesso em tempo real a informações críticas e relevantes, facilitando a resposta rápida às demandas do mercado e contribuindo para a excelência na gestão portuária.

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09, Lei nº 12.973/14 e Lei nº 13.303/16, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As demonstrações financeiras também foram preparadas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB.

Não há mudanças nas operações da Companhia, itens não usuais, alteração de estimativas, mudança na composição da Companhia ou qualquer outro evento que requeira divulgação específica.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção das aplicações financeiras, apresentadas a valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras e notas explicativas são apresentadas em milhares de reais (R$), Exceto quando indicado de outra forma. A moeda funcional do ambiente econômico onde a Companhia atua é o real.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetem a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Os efeitos das revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidos na ocasião da própria revisão e/ou em qualquer período futuro afetado.

As principais premissas utilizadas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos são apresentadas a seguir:

a) Valor justo de instrumentos financeiros; e
b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

2.5 Data de aprovação das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão das informações em 19 de março de 2025.

3. Principais políticas contábeis

As políticas detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras:

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita da prestação dos serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando existe evidência confiável de que os riscos e benefícios inerentes a propriedade dos serviços prestados foram transferidos e/ou executados para o cliente, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e os possíveis cancelamentos dos serviços possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os serviços disponibilizados aos usuários do porto, e de que o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável.

b. Receita e despesa financeira

A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos.

As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de descontos e de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros, multas e variações monetárias.

c. Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de alta liquidez, cujos vencimentos, quando de sua aquisição, são iguais ou inferiores a 90 (noventa) dias, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado e podem ser utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

Depósitos Judiciais

Representam depósitos realizados pela Companhia relativos a processos judiciais ou administrativos em curso.

Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, pelo método linear, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.
Até 31 de dezembro de 2024, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e, consequentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

Demais ativos circulantes e não circulantes
São apresentados ao valor líquido de realização.

d. Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço.

Fornecedores

São inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e, posteriormente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações incorridas até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação, legal ou constituída, como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.
As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Imposto de renda e contribuição social

A partir deste exercício e após a declaração de imunidade aos impostos conferida pelo art.150 da C.F., ter a sua confirmação em trânsito em julgado (junho de 2023), a companhia passou a recolher somente a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, sendo que a Contribuição do exercício corrente e diferido, são calculados com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

e. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda (pronunciamento contábil CPC 25) inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

f. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

Não foram emitidos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que impactem estas Demonstrações Contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Bancos conta movimento	68.365	80.823
Bancos conta vinculada (i)	1.022	1.052
Aplicações financeiras (ii)	510.465	302.536
Aplicações financeiras (iii)	(65.005)	(58.672)
	514.847	**325.739**

Saldo de contas bancárias conjuntas com clientes e prestadores de serviços depositados a título de garantia de contratos. A relação dos contratos garantidos está relacionada na tabela a seguir, e os valores estão em milhares de reais:

Contrato	Cliente/Prestador	2024	Banco	Agência	C/C
009/2010	Cattalini Terminais Marítimos	17	001	0259-3	70.700-7
027/2010	Centrosul Serviços Marítimos Ltda.	400	001	0259-3	69.795-8
011/2010	CPA Terminal Paranaguá S.A.	256	001	0259-3	70.673-6
029/2010	Harbor Operações Portuárias	18	001	0259-3	70.672-8
014/1999	Cattalini Terminais Marítimos	37	001	0259-3	70.817-8
003/1995	Terminais Portuários Ponto do Felix	104	001	0259-3	71.254-X
093/2021	TEAPAR	-	001	0259-3	70.874-7
31/2019	MTRD Telecomunicações Ltda	1	001	0259-3	24.632-8
018/2007	Bestra Equipamentos Industriais Ltda	6	001	0259-3	44.469-3
065/2012	Central de Serviços Gardin Ltda	3	001	0259-3	69.730-3
020/2012	E-Sales Soluções de Integração Ltda	2	001	0259-3	68.620-4
075-2012	Inforshop Suprimentos Ltda	1	001	0259-3	69.818-0
004/2016	Portal Serviços de Pavimentação Ltda	23	001	0259-3	62.640-6
006/2007	Sigmafone Telecomunicações Ltda	2	001	0259-3	44.473-1
009/2008	Técnica Joss de Elevadores	1	001	0259-3	58.752-4
096/2021	TRC Telecom Ltda.	147	001	0259-3	90.877-0
N/I	Volvo - BR - Repres. Pinho Comissária	4	001	0259-3	71.253-1
		1.022			

(ii) Valores 1.022 em Certificados de Depósitos Bancários CDB e fundo exclusivo. Os valores aplicados em CDBs são indexados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, remunera a empresa a uma taxa média anual de remuneração de 99,50%. Os valores aplicados em fundos de investimentos possuem uma remuneração média de 100% ao CDI. Os fundos são administrados em parte pelo Banco do Brasil e em parte pela Caixa Econômica Federal.

(iii) Refere-se a um bloqueio judicial nas cotas da aplicação junto ao Banco do Brasil – Fundo Exclusivo, como garantia de caixa na discussão de ações trabalhistas e cíveis em andamento. A composição do bloqueio está no item (iii) da NE nº 09.

5. Contas a receber
A Portos do Paraná, na condição de Autoridade Portuária é responsável pela cobrança das tarifas portuárias aprovadas pela ANTAQ para os Portos de Paranaguá e de Antonina. As tarifas estão detalhadas na NE nº17. O valor a receber de clientes em 31 de dezembro de 2024 é de R$19.065 (R$21.282 em 31 de dezembro de 2023). A composição destes títulos por idade de vencimento é apresentada no quadro a seguir:

	2024	2023
A vencer	17.434	16.872
Vencidos até 30 dias	1.583	39
Vencidos de 30 a 180 dias	44	39
Vencidos a mais de 180 dias (i)	4	4.332
	19.065	21.282

	2024	2023
Depósito judicial – processo 1749/07 (i)	307.700	307.700
Provisão para perda (Ofício 170/17-TCE)	(307.700)	(307.700)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (ii)	21.708	21.709
Provisão para perda	(21.708)	(21.709)
	-	-

(i) O montante classificado nesta rubrica refere-se ao processo judicial nº 1749/2007(hoje tramitando na 1ª Vara Federal de Paranaguá sob o nº 5000750-31.2016.404.7008), no qual o SINDOP – Sindicato dos Operadores Portuários do Estado do Paraná, questiona em nome de alguns de seus associados a legalidade de reajuste tarifário aprovado pela Resolução 715/2007-ANTAQ e autorizado pelo Conselho de Autoridade Portuária – CAP. E o juízo proferiu uma decisão liminar determinando que a diferença entre a tarifa originária e o reajuste fosse depositado em juízo até a resolução da lide. Para facilitar o controle a PORTOS DO PARANÁ emite faturas distintas referente a este acréscimo da tarifa aos clientes, os quais após efetuarem o depósito em juízo apresentam a administração portuária os comprovantes de recolhimento. Com a transformação da PORTOS DO PARANÁ em empresa pública, em setembro de 2014, estes valores foram reclassificados no ativo não circulante – créditos de longo prazo. Em 2017, o Tribunal de Contas do Estado – TCE, em um processo

de auditoria expediu o ofício nº 170/2017 que pontua a incerteza do recebimento dos valores depositados em juízo e que eles não geram aumento dos benefícios econômicos. Sendo assim, para cumprir a orientação do TCE e evitar o superdimensionamento do ativo da Companhia foi registrado como PCLD o montante idêntico desta rubrica. A contrapartida do lançamento foi realizada no Patrimônio Líquido para o montante de exercícios anteriores e em conta de resultado como reversão de receita para as faturas emitidas a partir de 2017. A PORTOS DO PARANÁ optou por manter na base tributável para fins de apuração de impostos e contribuições o valor depositado mensalmente pelos clientes, mantendo o conservadorismo adotado como prática de gestão. Esses depósitos cessaram em abril de 2023 após decisão favorável a Portos do Paraná em 1ºGrau.

(ii) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi criada no exercício de 2015 após uma extensa e criteriosa análise dos títulos em aberto. O montante identificado no levantamento realizado pela Companhia constatou que estes títulos se referem a períodos anteriores a 2010. As limitações do sistema de gestão utilizado na época e a falta de documentos que informem e comprovem o andamento das cobranças realizadas impossibilitam juridicamente o direito de recebimento destes títulos. Por esta razão optou-se pela criação da provisão com contrapartida considerada indedutível para fins de apuração de tributos – IRPJ e CSLL. Os lançamentos realizados após estes registros iniciais recebem a tratativa conforme determina a norma contábil vigente.

6. Tributos a recuperar

	2024	2023
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	1.099	1.099
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	17.232	10.994
Programa de Integração Social - PIS	32	32
Contribuição para o financiamento da Seguridade Social – COFINS	149	149
	18.512	12.274
Circulante	**9.912**	1.280
Não circulante	**8.600**	10.994

7. Estoques

A empresa utiliza o sistema SAP para gerenciar seus estoques de maneira eficiente e integrada. O SAP oferece diversas funcionalidades que permitem um controle rigoroso e preciso dos materiais, desde a entrada até a saída do estoque. De forma que o módulo de estoque é totalmente integrado com a contabilidade, com seus movimentos refletindo lançamentos contábeis em tempo real. O saldo de estoques em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 20.371 e em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 15.135.

8. Adiantamentos

Os valores dos adiantamentos se referem ao cumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho 2023/2024, que estabelece que o empregado quando de sua fruição de férias pode optar em receber a 1ª parcela do 13º Salário, juntamente com outras verbas específicas das suas férias.

	2024	2023
Férias	-1.431	1.159
Outros adiantamentos	15	-
Total	**1.446**	**1.159**

9. Depósitos judiciais

Os depósitos registrados no Ativo da Companhia se referem a discussões judiciais na qual a PORTOS DO PARANÁ é parte. Enquanto não ocorrer o trânsito em julgado destas ações não é possível determinar se estes valores retornarão à Companhia, em caso de ganho na ação, ou serão transferidas para o resultado como despesas dedutíveis para cálculo de IRPJ e CSL, em caso de decisão final não favorável a PORTOS DO PARANÁ. Os depósitos estão classificados conforme o quadro a seguir:

	2024	2023
Trabalhistas (i)	3.898	16.590
Tributos (ii)	277.990	277.928
Cíveis	106.330	100.126
Outros (iii)	**65.005**	58.672
Total	**453.223**	**453.316**

(i) O valor refere-se a depósitos recursais de ações trabalhistas em fase de conhecimento e que, portanto, não foram finalizadas. Também constam registrados nesta rubrica os valores depositados para as ações que ocorreram o trânsito em julgado e estão na fase de liquidação de sentença.

(ii) Em novembro de 2014 a PORTOS DO PARANÁ ajuizou uma ação em face da União pleiteando o reconhecimento da imunidade tributária. Neste mesmo processo a Companhia solicitou o recolhimento através de depósito judicial para os valores apurados mensalmente dos tributos administrados pela Receita Federal do Brasil até o trânsito em julgado da ação de Imunidade Tributária. Em 26 de novembro de 2014, foi proferida decisão liminar autorizando a PORTOS DO PARANÁ a efetuar depósito judicial dos tributos federais. Em razão desta conduta prevista no Código Tributário Nacional – CTN, inciso II do art. 151, a exigibilidade dos tributos foi suspensa até a resolução da lide. Em dezembro de 2023 houve a decisão em caráter definitivo pelo levantamento de parte do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, já que em junho do mesmo exercício a ação que trata este parágrafo transitou em julgado com a declaração de imunidade dos impostos da Empresa Pública. Assim houve o levantamento parcial do IRPJ e IRRF no valor aproximado de 98 milhões de reais e ainda há lide na Justiça Federal em relação a outra parte do IR que a PGFN ainda contestou o levantamento e sobre o regime de recolhimento do PIS e COFINS.

(iii) O valor de R$65.005 em 31 de dezembro de 2024 e R$58.672 para 31 de dezembro de 2023 registrado em Outros refere-se ao bloqueio da aplicação financeira da PORTOS DO PARANÁ conforme mencionado na nota explicativa nº 04.

Bloqueios por natureza das ações judiciais

	2024	2023
Trabalhistas	3.324	3.149
Cíveis	**61.681**	**55.523**
	65.005	**58.672**

10. Outros créditos

	2024	2023
Convênio 021/2022 FUNPAR-UFPR	117	88
Garantia Copel Comercialização S.A. - Contrato 042/2021	1.317	1.317
Indenização por descumprimento de contrato de arrendamento (i)	31.309	132.882
	32.743	**134.287**
Circulante	31.309	132.882
Não circulante	1.434	1.405

O Convênio com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá tem por objetivo a cooperação técnica, científica, cultural e financeira entre as Partícipes visando estruturar, implantar e gerenciar uma base de prontidão especializada no resgate e na despetrolização de fauna em caso de acidentes ambientais na área do Complexo Estuarino de Paranaguá (CEP), em atendimento aos Planos de Emergência Individual (PEI) da APPA. O objeto do convênio é contraprestação obrigatória por parte da autoridade portuária, para a manutenção de sua licença ambiental para operação das atividades portuárias na baia de Paranaguá.

(i) Refere-se ao valor de indenização da Cotriguaçu após a redução da poligonal da área de abrangência e jurisdição da Autoridade Portuária no perímetro que caberia a reversão dos bens foi apurado o valor que cabe em indenização pela Cooperativa em face desta redução de área.

11. Imobilizado e intangível

11.1 Imobilizado

	2022	Aquisições	Baixa	Depreciação	Baixa da depreciação	Transferência	2023
Terrenos	135.254	-	-	-	-	-	135.254
Edificações e benfeitorias	182.622	-	-	(9.278)	-	8	173.352
Construções	29.016	-	-	(2.604)	-	-	26.412
Máquinas, aparelhos e equipamentos	142.202	677	-	(14.860)	-	9.554	137.573
Móveis e utensílios	1.926	242	(40)	(308)	38	-	1.858
Equipamentos de informática e tecnologia	3.773	952	-	(1.921)	-	-	2.804
Instalações	46.320	-	-	(9.402)	-	-	36.918
Equipamentos de mediação de medição	16	-	-	(3)	-	-	13
Imobilizado em andamento	54.804	11.320	-	-	-	(9.562)	56.562
Total do imobilizado	595.933	13.191	(40)	(38.376)	38	-	570.746

	2023	Aquisições	Baixa	Depreciação	Transferência	Ajuste laudo(i)	2024
Bens em operação							
Outros - infraestrutura marítima	-	-	-	(208)	54.764	3.137	7.693
Outros - infraestrutura acostagem	-	-	-	(11.978)	-	178.580	166.602
Outros - infraestrutura terrestre	13	-	-	(1.569)	-	14.484	12.928
Outros - armazenagem	-	-	-	(4.691)	-	15.808	11.117
Outros equipamentos	137.572	345	-	(22.847)	-	2.406	117.476
Bens da administração	-	-	-		-	-	-
Terrenos	135.254	-	(36.873)	-	-	-	98.381
Edificações e benfeitorias	199.764	-	-	(817)	7.529	(194.655)	11.821
Instalações	36.918	-	-	(2.516)	-	(26.167)	8.235
Equipamentos e informática e tecnologia	2.804	22	-	(1.655)	-	2.619	3.790
Móveis e utensílios	1.859	84	(3)	(409)	-	32	1.563
Imobilizado em andamento	**56.562**	**117.367**	**-**	**-**	**(60.620)**	**-**	**113.309**
Total do imobilizado	**570.746**	**117.818**	**(36.876)**	**(46.690)**	**1.673**	**(3.756)**	**602.915**

(i) Nota Explicativa - Ajustes Após Inventário Patrimonial

1. Contexto e Objetivo

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Portos do Paraná concluiu o inventário patrimonial abrangente, com a contratação do Consórcio GEPLAN/SETAPE/AVALIENGE (Contrato nº58/2023). Este procedimento visou verificar a existência física, o estado de conservação dos ativos e ajustar os registros contábeis para refletir com precisão a realidade patrimonial da empresa. A entrega dos trabalhos bem como da planilha de carga para o carregamento dos bens no sistema se deu em abril de 2024.

2. Metodologia

O inventário foi conduzido pelo consórcio GEPLAN/SETAPE/AVALIENGE (Contrato nº58/2023), sob a supervisão de uma equipe de fiscalização multidisciplinar e com a equipe interna de contabilidade da companhia. A metodologia empregada incluiu:

Contagem física de todos os ativos imobilizados; verificação do estado de conservação e funcionalidade dos bens; reconciliação dos itens físicos com os registros contábeis; avaliação da vida útil remanescente dos ativos; análise de possíveis indicadores de perda por redução ao valor recuperável; recuperação de registros fundiários de todas as áreas sob a administração da companhia.

Todas as discrepâncias identificadas foram minuciosamente analisadas e os ajustes necessários foram propostos e implementados após aprovação da administração.

3. Ajustes Realizados

Os principais ajustes decorrentes do inventário patrimonial foram:
Baixa de Ativos Inexistentes: Identificação e baixa contábil de terrenos que embora tenham sido registrados e inscritos na contabilidade da companhia no inventário anterior, os lotes não tinham a titularidade da companhia em seus registros fundiários pois parte desses terrenos são área de marinha e ou alodiais resultando num ajuste de redução R$ 36.873.400,00.

Correção de Valores: Reavaliação e ajuste do valor contábil de determinados ativos, pois bens foram reagrupados em novas classes de ativos no novo sistema patrimonial e seguindo as diretrizes da Contabilidade Regulatória instituída pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ Resolução ANTAQ nº 49, de 23 de julho de 2021, resultando em uma redução líquida de R$ 3.756.307,23 no ativo imobilizado.

Transferência de valores: Eliminamos o grupo Intangível em andamento e eventuais Ativos Intangíveis que estejam ainda em processo de construção e/ou elaboração estão agora na Classe Imobilizado em Andamento (IA100). Valor transferido: R$ 3.667.505,36.

4. Conclusão e Medidas Futuras

Os ajustes realizados após o inventário patrimonial asseguram que os registros contábeis da Portos do Paraná reflitam de maneira fidedigna e transparente sua posição patrimonial.

Como resultado deste processo, a administração implementará as seguintes medidas:

Revisão e aprimoramento dos procedimentos de controle patrimonial, por meio da elaboração do Manual de Procedimentos de Gestão do Ativo;

Implementação de um sistema de gestão de ativos dentro do ERP instalado e em funcionamento a partir de fevereiro de 2024 (Vide N.E 1.1- Implantação de novas tecnologias);

Treinamento adicional para as equipes envolvidas no controle e gestão patrimonial;
Realização de inventários parciais periódicos para minimizar discrepâncias futuras.

11.2 Intangível

	2022	Aquisições	Amortização	2023
Intangível	226	503	(296)	433
Intangível em Andamento	2.502	1.165	-	3.667
Total do intangível	2.728	1.668	(296)	4.100

	2023	Amortização	Transferência	2024
Intangível	433	(198)	1.753	1.988
Intangível em Andamento	3.667	-	(3.667)	-
Total do intangível	4.100	(198)	(1.914)	1.988

12. Obrigações trabalhistas

	2024	2023
Ordenados a pagar	2.709	2.819
Provisão para Férias	11.073	11.765
Provisão para 13º Salário	-	12
Consignações folha	274	291
Pensões a pagar	86	150
Provisões trabalhistas	2.298	
Total	**16.440**	**15.037**

13. Obrigações fiscais e previdenciárias

	2024	2023
Encargos da Folha	**4.607**	**5.296**
Contribuição Previdenciária - INSS	1.503	1.862
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	640	776
Imposto de renda retido na fonte – IRRF Folha	2.464	2.658

Contribuições sobre o Faturamento	**253.645**	**253.625**
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	208.769	208.753
Programa de Integração Social - PIS	44.876	44.872
Impostos e Contribuições sobre Resultados	**10.115**	**8.372**
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	10.115	8.372
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-
Encargos Retidos de Fornecedores	**4.408**	**4.943**
Contribuição Previdenciária (Lei 10.833/03)	1.489	733
Imposto de Renda Retido na Fonte (Lei 10833/03)	271	469
Outros Tributos Federais (PIS/COFINS/CSLL)	500	2.432
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	2.148	1.309
	272.775	**272.236**
Circulante	20.683	11.772
Não circulante	252.092	260.464

14. Adiantamento de clientes

Para que seja liberada qualquer operação nos Portos de Paranaguá e Antonina o cliente deverá obrigatoriamente efetuar um adiantamento dos valores referente à operação pretendida. O aporte poderá ser através de caução, seguro ou fiança. Esta norma interna foi estabelecida na Ordem Serviço nº 237-12 e é utilizada inclusive para o consumo de água e energia elétrica dentro da área do porto organizado. Os adiantamentos são registrados na contabilidade e após o fechamento da operação, a PORTOS DO PARANÁ emite a fatura correspondente e compensa o valor do adiantamento recebido. Em 31 de dezembro de 2024 o valor desta conta é de R$14.615 e de R$17.889 em 31 de dezembro de 2023.

15. Provisões judiciais

A empresa mantém provisões para perdas em ações judiciais com o objetivo de cobrir possíveis obrigações decorrentes de litígios em andamento. Essas provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou implícita) como resultado de um evento passado, é provável que uma saída de recursos será necessária para liquidar a obrigação, e o valor da obrigação pode ser estimado de forma confiável.

As provisões são baseadas em avaliações realizadas pela área jurídica da empresa, em conjunto com consultores externos, quando necessário, considerando a probabilidade de perda e a melhor estimativa do desembolso financeiro. A empresa revisa regularmente essas provisões, ajustando-as conforme novas informações surgem ou quando há mudanças significativas nas circunstâncias dos processos.

No balanço atual, a provisão para perdas em ações judiciais está detalhada conforme o grau de risco associado a cada processo, separadas por esfera (trabalhista e cível), conforme abaixo:

Esfera Trabalhista:
Risco Remoto:
Valor estimado: R$ 10.437.133,29
Quantidade de Processos: 71
Risco Possível:
Valor: R$ 0,00 (não há valor conhecido para as ações neste grau de risco no momento)
Quantidade de Processos: 24
Risco Provável:
Valor Provisionado: R$ 54.566.208,77
Quantidade de Processos: 212
Precatórios Expedidos:
Valor Provisionado: R$ 29.437.577,93
Quantidade de Processos: 34

Esfera Cível:
Risco Remoto:
Valor Estimado: R$ 94.065.102,79
Risco Possível:
Valor Estimado: R$ 6.739.077,21
Risco Provável:
Valor Provisionado: R$ 110.836.964,27

O valor total provisionado para perdas em ações judiciais com grau de risco classificado como provável mais os precatórios é de 194,840 milhões de reais, conforme quadro a seguir, refletindo a estimativa da administração com base nas informações disponíveis até a data de fechamento das demonstrações financeiras. A empresa continuará monitorando os desenvolvimentos dos processos e ajustará as provisões conforme necessário, garantindo que os valores provisionados reflitam adequadamente os riscos associados.

Provisões totais por grau de risco provável	2024	2023
Trabalhistas	54.566	65.485
Cíveis	110.837	89.178
Precatórios (i)	29.437	29.438
Total	**194.840**	184.101

(i) As execuções para a cobrança de dívida de órgãos de Direito Público da União, Estados, Municípios, Autarquias e Fundações Públicas se processam pela expedição de uma ordem de pagamento para inclusão desta dívida no orçamento público. Este título é conhecido como precatório requisitório e é expedido após decisão transitado em julgado da qual o ente público tenha sido condenado. Em algumas ações o juiz determina que o valor devido possa ser reconhecido como precatório do Governo do Estado, podendo ou não ser aceito dentro do prazo estipulado, portanto, reconhecemos a provisão destas ações no curto prazo, pois caso o Estado determine o pagamento, a PORTOS DO PARANÁ deverá cumprir a requisição.

1.6 Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social da PORTOS DO PARANÁ é de R$1.086.443.861,38 (um bilhão, oitenta e seis milhões e quatrocentos e quarenta e três mil, oitocentos e sessenta e um reais e trinta e oito centavos), totalmente integralizados pelo Estado do Paraná.

O capital social da Companhia só poderá ser alterado por decreto do poder executivo, mediante a capitalização, doação, bens, reservas e outros recursos de bens e direitos que vierem a ser destinados a esse fim com anuência do Conselho de Administração e da Assembleia Geral Ordinária.

b) Resultado do período

O resultado contábil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi um lucro de 121.547 milhões de reais e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia registrou um lucro contábil de 188.679 milhões de reais. Os lucros auferidos pela PORTOS DO PARANÁ deverão ser compensados com a conta de prejuízos acumulados. O EBITDA, que significa Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, atingiu a marca de 125.468 milhões e o EBITDA Ajustado, que soma ao EBITDA outras despesas operacionais e PCLD, conseguiu atingir 162.060 milhões.

	2024	2023
EBITDA	125.468	195.190
EBITDA Ajustado	162.060	299.800
Margem EBITDA	21%	31%
Margem EBITDA Ajustado	28%	48%

c) Lucros (prejuízos) acumulados

A Reserva de Lucro registrada no patrimônio líquido da PORTOS DO PARANÁ para 31 de dezembro de 2024 é de R$40.550 sendo composta por reserva de legal e reserva de lucro para investimentos, no exercício findo de 31 de dezembro de 2023 foi registro um prejuízo de R$48.442.

Ajustes de exercícios anteriores

d) Nesta rubrica transitaram atualizações de processos judiciais de longa data que não foram relevantes na movimentação do período. A maior parte se deve à transição de grau de risco de possível para provável nestas ações, o que ensejou esta movimentação, conforme demonstrado na Demonstração do Resultado Abrangente.

17. Receita operacional

	2024	2023
Infraestrutura de Acesso Aquaviário	231.529	211.330
Infraestrutura de Acostagem	19.169	17.337
Infraestrutura Operacional Terrestre	104.306	89.060
Receitas de Armazenagem	2.082	3.165
Receitas por Utilização de Equipamentos	35.749	46.221
Diversos Padronizados	6.560	6.110
Contratos de Arrendamento	212.610	275.025
Receitas Complementares	11.875	13.006
	623.880	661.254
(-) Deduções da receita	**(35.665)**	**(40.294)**
Receita operacional líquida	**588.214**	**620.960**

As receitas da PORTOS DO PARANÁ são obtidas pela cobrança da disponibilização da infraestrutura do porto organizado aos operadores portuários para que realizem as operações de importação e exportação de produtos e mercadorias e sua armazenagem. A disponibilização do cais, canal de acesso e armazéns são cobradas mediante emissão de faturas. Para cada espécie de tarifa cobrada há uma tabela cujo valores foram aprovados pelo órgão regulador – ANTAQ.

A receita de arrendamento é reconhecida mensalmente no resultado e sua cobrança ocorre conforme estipulado no contrato firmado com o arrendatário. A base para o cálculo do valor mensal devido compreende um valor sobre cada m² arrendado e o um valor sobre o volume de cargas movimentadas no mês.

As tarifas de armazenagem são cobradas no momento da retirada da mercadoria pelo cliente. As demais receitas operacionais relacionadas com a utilização da infraestrutura portuária são reconhecidas na contabilidade no fechamento de cada navio.

Em relação aos tributos incidentes sobre o faturamento, são apurados o PIS e o COFINS, no regime cumulativo, em alíquotas de 0,65% e 3,00% respectivamente.

18. Custos operacionais

Os custos operacionais da PORTOS DO PARANÁ, compreendem gastos para manter a infraestrutura e as condições necessárias de funcionamento dos portos paranaenses, sendo todas aquelas relacionadas à atividade finalística da Autoridade Portuária, conforme a Lei 12.815/2013, o Convênio de Delegação da exploração dos portos paranaenses da União ao Estado do Paraná, e o Estatuto Social da empresa. Os custos são todas as obrigações como dragagem de manutenção do canal de acesso, bacia de evolução e berços de atracação, sinalização náutica, batimetria para verificação das profundidades, além de segurança portuária, gestão ambiental, manutenção dos equipamentos. da infraestrutura e dos acessos, além de mão-de-obra de fiscalização, seguro compreensivo portuário etc. Os custos se classificam conforme tabela abaixo:

Custos dos Serviços Prestados	2024	2023
Custos da Infraestrutura Marítima	(127.900)	(128.812)
Custos da Infraestrutura de Acostagem	(23.322)	(2.326)
Custos da Infraestrutura Terrestre	(21.335)	(24.589)
Custos Diversos Padronizados	(1.494)	(4.281)
Custos Indiretos	(182.470)	(126.342)
Total	**(356.521)**	**(286.350)**

19. Despesas gerais e administrativas

As despesas são os gastos com as atividades meio da organização, conforme quadro a seguir:

Despesas Administrativas	2024	2023
Despesas com Pessoal Administrativas	(79.184)	(78.467)
Serviços de Terceiros e Utilidades	(4.775)	(72.460)
Despesas Gerais	(16.588)	(19.233)
Depreciação	(46.690)	(38.376)
Amortização	(199)	(296)
Total	**(147.437)**	**(208.832)**

20. Outros resultados operacionais

	2024	2023
Despesas PCLD	-	(7.323)
Outras Despesas Operacionais	(36.591)	(97.287)
Outras receitas(despesas) não recorrentes	-	135.350
Outras Receitas	31.326	-
Outras Despesas	(411)	-
Total	**(5.676)**	**30.740**

21.Resultado financeiro líquido

	2024	2023
Receita financeira		
Juros recebidos ou auferidos	5.160	290
Rendimento de aplicação financeira	57.375	36.762
Variações Monetárias Ativas	2.821	38.142
Outras Receitas Financeiras	0	3
Total	**65.356**	**75.197**
Despesa financeira		
Juros pagos	(657)	(372)
Outras despesas financeiras	(9.828)	(28)
Total	**(10.485)**	**(400)**
Resultado financeiro	**54.871**	**74.797**

22. Instrumentos financeiros

A PORTOS DO PARANÁ, efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um

efeito relevante nos valores de realização estimados.
Os objetivos e processos de gestão dos riscos e os métodos utilizados para mensurá-los, são apresentados a seguir:

a) Risco de crédito

A PORTOS DO PARANÁ está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais em relação às contas a receber, depósitos e aplicações em instituições financeiras.
Todas as receitas da PORTOS DO PARANÁ, tanto as tarifas cobradas pelo acesso e utilização do cais, como também as receitas de apoio e armazenagem, são recebidas de forma antecipada do cliente, minimizando os riscos de inadimplência.
A receita de arrendamento é cobrada mensalmente e, representou cerca de 30% do faturamento da Companhia.
O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. O montante do risco para o período findo em 31 de dezembro de 2024 está demonstrado a seguir:

	2024
Caixa e equivalente de caixa	514.847
Contas a receber	19.065
	533.912

b) Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: as aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

c) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada no porto organizado é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro para que a PORTOS DO PARANÁ possa honrar os compromissos assumidos para manutenção da infraestrutura e investir recursos para tornar o porto mais eficiente.
Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da infraestrutura portuária concedida ao Estado do Paraná por meio do 1º aditivo ao Convênio de Delegação nº 037/2001 com vigência até 2052. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

23. Transações com partes relacionadas

É a parte que está relacionada com a entidade, direta ou indiretamente, por meio de um ou mais intermediários, quando a parte: (i) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da entidade (isso inclui controladoras ou controladas); (ii) tiver interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a entidade; ou (iii) tiver controle conjunto sobre a entidade. Transação com partes relacionadas é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

Saldo a pagar a partes relacionadas

Entidades controlada pelo Estado do Paraná	2024	2023
Copel Distribuição S.A.(i)	355	683
Cia de Tecnologia da Informação do Paraná	-	1.001
	355	1.684

Em 2023, ocorreu uma mudança significativa na estrutura acionária da **Companhia Paranaense de Energia (Copel)**, empresa anteriormente controlada integralmente pelo Estado do Paraná. A partir desse ano, o Estado do Paraná reduziu sua participação acionária na Copel, deixando de ser seu controlador exclusivo. Essa mudança ocorreu por meio de uma oferta pública de ações (OPA), na qual a participação do Estado foi reduzida para aproximadamente 32% do capital votante, mantendo o controle acionário, mas permitindo a entrada de investidores privados no capital da empresa.

Remuneração dos conselhos (em reais)

	2024	2023
CONSAD - Conselho de Administração	47.892,32	47.892,32
CONFISC - Conselho Fiscal	11.973,09	11.973,09
CAE - Comitê de Auditoria Estatutário	8.979,81	8.979,81
CIA - Comitê de Indicação e Avaliação	17.959,62	15.165,90
	86.804,84	**84.011,12**

Quantidade de membros

	2024	2023
CONSAD -Conselho de Administração	8	9
CONFISC - Conselho Fiscal	3	3
CAE - Comitê de Auditoria Estatutário	3	3
CIA – Comitê de Indicação e Avaliação	6	6
	20	**21**

24. Seguros

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado da Portos do Paraná e com os bens da União sob uso e guarda desta Companhia.
A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da companhia e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário. A validade desta apólice é de 08 de março até 08 de setembro deste exercício. O prazo menor de vigência é porque a contratação foi realizada de forma emergencial, com limite máximo de 180 dias, pois o Pregão Eletrônico que objetivava a contratação restou deserto em duas oportunidades (16/11/2023 e 09/01/2024).
A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da Companhia, previstas na Lei 12.815, de 5 de junho de 2013, e com vigência de 27 de janeiro de 2024 até 27 de janeiro de 2025.

Abaixo, valores das coberturas vigentes (em milhares de reais):

	2024	2023
Riscos operacionais	-	45.000
Responsabilidade civil	**10.000**	**10.000**

25. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes passíveis de publicação e/ou ajuste contábil no período que compreenda a data de fechamento do trimestre e a emissão desta Demonstração Financeira.

Paranaguá, 21 de março de 2025.

Rodrigo Neris Cavalcanti
CRC PR-066466/O-9
Contador Responsável

Luiz Fernando Garcia da Silva
Diretor-Presidente

SINDICATO DOS ESTIVADORES DE PARANAGUÁ E PONTAL DO PARANÁ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O presidente do **SINDICATO DOS ESTIVADORES DE PARANAGUÁ E PONTAL DO PARANÁ – SINDESTIVA**, no uso de suas atribuições estatutárias, **CONVOCA** todos os associados em pleno gozo de seus direitos sociais, para se reunirem em **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA,** a ser realizada nas dependências do salão principal da Sede Recreativa do Sindicato (chácara), sito na Rua Paulo Canhola, 100, esquina com a Avenida Dr. Roque Vernalha, nesta cidade, no dia **17 de abril de 2025, às 08h00 horas,** em primeira convocação com número regimental de presentes, ou 01(uma) hora após em segunda e última convocação com qualquer número de associados presentes, para tratar sobre a seguinte:

ORDEM DO DIA

1) Discussão e deliberação sobre os seguintes assuntos:

a) Prorrogação de prazo de permanência em nosso Sindicato dos trabalhadores vindos de Porto Alegre, pela transferência humanitária;

b) Elaboração da pauta a ser apresentada visando a renovação da Convenção Coletiva de Trabalho.

A presença de todos os associados é essencial para a deliberação sobre temas de interesse coletivo.

Paranaguá, 14 de abril de 2025

SINDICATO DOS ESTIVADORES DE PARANAGUA E PONTAL D:78178340000102
Assinado de forma digital por SINDICATO DOS ESTIVADORES DE PARANAGUA E PONTAL D:78178340000102
Dados: 2025.04.14 14:19:28 -03'00'

SINDICATO DOS ESTIVADORES DE PARANAGUÁ E PONTAL DO PARANÁ – SINDESTIVA
JOÃO FERNANDO DA LUZ
PRESIDENTE

PUBLICIDADE LEGAL

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Redação

Publicado em 15/04/2025 - 00:16 Tempo de leitura 1 min

Últimas Notícias

POLÍCIA

Foragida da Justiça pelo crime de roubo é presa durante patrulhamento no Centro Histórico de Paranaguá

VALMIR GOMES

CUIABÁ X ATLHÉTICO

ADI PARANÁ

Meta de vacinação

14. 014 - Parecer de Auditores Independentes (XIII - Parecer dos Auditores Independent)

+55 11 4007 1219 contato@russellbedford.com.br

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de *QR Code* para acessar o conteúdo da imagem.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e aos Conselheiros da
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
Paranaguá – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 24 – Seguros, a qual menciona que "os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado da Portos do Paraná e com os bens da União sob uso e guarda desta Companhia." A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da companhia e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário. A validade desta apólice é de 8 de março até 8 de setembro deste exercício. O prazo menor de vigência é porque a contratação foi realizada de forma emergencial, com limite máximo de 180 dias, pois o Pregão Eletrônico que objetivava a contratação restou deserto em duas oportunidades (16/11/2023 e 09/01/2024). A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da Companhia, previstas na Lei 12.815, de 5 de junho de 2013, e com vigência de 27 de janeiro de 2024 até 27 de janeiro de 2025. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparabilidade, foram auditadas por nós, que emitimos relatório em 20 de março de 2024, com modificação de opinião em relação ao levantamento patrimonial e à ausência de teste de impairment. A pendência foi sanada durante o exercício de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente de ser causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 24 de março de 2025.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 “T” SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA:90238435091

Assinado de forma digital por ROGER MACIEL DE OLIVEIRA:90238435091
Dados: 2025.03.24 16:50:07 -03'00'

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 “T” SP
Sócio Responsável Técnico

JUCLEIA GONCALVES RODRIGUES:47689692087

Assinado de forma digital por JUCLEIA GONCALVES RODRIGUES:47689692087
Dados: 2025.03.24 16:55:59 -03'00'

Jucléia Gonçalves Rodrigues
Contadora 1 CRC RS 078349/O-1
Sócia

15. 015 - Parecer do Conselho (XIV - Parecer do Conselho Fiscal e do C)

ANEXO I DA ATA DA 97ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

O Conselho Fiscal da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, tendo examinado o Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos da APPA e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, aprovou, por unanimidade, as referidas proposições.

Face ao exposto, é de parecer que os citados documentos ficam devidamente aprovados por este colegiado.

Paranaguá, 26 de março de 2025.

ASSINADO ELETRONICAMENTE
Marcio Fernando Nunes
Presidente

ASSINADO ELETRONICAMENTE
Luiz Augusto Silva
Vice-Presidente

ASSINADO ELETRONICAMENTE
Luiz Nicácio
Membro Titular

COMUNICAÇÃO INTERNA 2146/2025. Assinatura Avançada realizada por: **Luiz Nicacio (XXX.353.899-XX)** em 27/03/2025 10:28. Inserido ao documento **1.365.471** por: **Cezar Tramujas Neto** em: 26/03/2025 17:15. Demais assinaturas na última folha. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **f75907e1de32af131a9e50254724a5a0**.

ePROTOCOLO

COMUNICAÇÃO INTERNA 2146/2025.
Documento: **ANEXOIPARECERSOBREORELATORIODAADMINISTRACAOEDEMFINANCEIRAS.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Luiz Nicacio (XXX.353.899-XX)** em 27/03/2025 10:28 Local: APPA/CONFISC, **Luiz Augusto Silva (XXX.256.479-XX)** em 27/03/2025 14:52 Local: SECID/GS.

Assinatura Simples realizada por: **Márcio Nunes (XXX.875.939-XX)** em 27/03/2025 16:27 Local: SETU/GS.

Inserido ao documento **1.365.471** por: **Cezar Tramujas Neto** em: 26/03/2025 17:15.

Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **f75907e1de32af131a9e50254724a5a0**.

CNPJ/MF N° 79.621.439/0001-91- NIRE 41207943005

ANEXO I DA ATA DA 127ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

O Conselho de Administração da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, tendo examinado o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da APPA relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, aprovou, por unanimidade, a referida proposição.

Face ao exposto, é de parecer que os citados documentos ficam devidamente aprovados por este colegiado.

Paranaguá, 28 de março de 2025.

ASSINADO DIGITALMENTE
ALEX SANDRO DE ÁVILA
Presidente do Conselho de Administração

ASSINADO DIGITALMENTE
LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Membro Titular

ASSINADO DIGITALMENTE
JOÃO PAULO DE CASTRO
Membro Titular

ASSINADO DIGITALMENTE
LEANDRO PAZZETTO ARRUDA
Membro Titular

ASSINADO DIGITALMENTE
RAFAEL MOURA DE OLIVEIRA
Membro Titular

ASSINADO DIGITALMENTE
JOSÉ AROLDO SOUZA MARTINS
Membro Titular

ASSINADO DIGITALMENTE
GIOVANI DA SILVA FERREIRA
Membro Titular

ASSINADO DIGITALMENTE
CARLOS EDUARDO MAKOUL GASPERIN
Membro Titular

ASSINADO DIGITALMENTE
CARLOS EIDAM DE ASSIS
Membro Titular

COMUNICAÇÃO INTERNA 2220/2025. Assinatura Avançada realizada por: **Carlos Eduardo Makoul Gasperin (XXX.376.369-XX)** em 29/03/2025 11:27. Inserido ao documento **1.366.672** por: **Cezar Tramujas Neto** em: 28/03/2025 23:20. Demais assinaturas na última folha. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **71df1f9775a74c5ce9f6640828b64c73**.

ePROTOCOLO

COMUNICAÇÃO INTERNA 2220/2025.
Documento: **ANEXOIATADA127REUNIAOORDINARIACONSADPARECERRELATORIOADMDEMFIN.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Carlos Eduardo Makoul Gasperin (XXX.376.369-XX)** em 29/03/2025 11:27 Local: APPA/CONSAD, **Rafael Moura de Oliveira (XXX.088.479-XX)** em 31/03/2025 09:17 Local: APPA/CONSAD, **Jose Aroldo Souza Martins (XXX.748.443-XX)** em 31/03/2025 09:38 Local: APPA/CONSAD, **Joao Paulo de Castro (XXX.458.019-XX)** em 31/03/2025 11:22 Local: APPA/CONSAD, **Giovani da Silva Ferreira (XXX.340.169-XX)** em 01/04/2025 08:05 Local: APPA/CONSAD, **Alex Sandro de Avila (XXX.479.349-XX)** em 01/04/2025 21:01 Local: APPA/CONSAD.

Assinatura Simples realizada por: **Leandro Pazzetto Arruda (XXX.762.009-XX)** em 29/03/2025 00:06, **Luiz Fernando Garcia da Silva (XXX.602.648-XX)** em 29/03/2025 08:56, **Carlos Eidam de Assis (XXX.747.289-XX)** em 31/03/2025 16:17.

Inserido ao documento **1.366.672** por: **Cezar Tramujas Neto** em: 28/03/2025 23:20.

Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **71df1f9775a74c5ce9f6640828b64c73**.

16. 016 - Balancete sem encerramento (XV - Balancete dezembro 2024)

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Informações técnicas	
Nome da query	2CCFITRIALBALQ0001 / Balancete
Nome InfoProvider	2CIFIGLBALCUBE / Saldo de conta do Razão - cubo
Última atualização de query	02.04.2025 / 11:06:09
Última atualização de dados	02.04.2025 / 11:06:09
Usuário	28542005864 / RODRIGO NERIS CAVALCANTI

Variáveis	
Fundo exercício fiscal ledger movimento	2024
Empresa	AP01
Ledger fonte	0L
Ledger	0L
Dt.lançamento de	01.12.2024
Data atual (P_KeyDate)	02.04.2025
Data lçto.até	31.12.2024
Campo de sistema USER	28542005864
Hierarquia de contas do Razão	APPA

Filtro	
Empresa	AP01
Ledger	0L
Fundo exercício fiscal ledger movimento	2024
Dt.lançamento de	01.12.2024
Ledger fonte	0L
Data lçto.até	31.12.2024
Indicadores	) credor em moeda da empresa ; Saldo final na moeda da empresa

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO PORTOS DO PARANÁ - CONSOLIDADO DEZEMBRO 2024

Conta do Razão	Conta do Razão	Saldo inicial em moeda da em	Saldo devedor em moeda da empresa	Saldo credor em moeda da empresa	Saldo final na moeda da empresa
0APPA	Estrutura Standard APPA	0,00 BRL	1.339.772.510,36 BRL	-1.339.772.510,36 BRL	0,00 BRL
00NOTASSGND	Não atribuído	0,00 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL
9110101	Carga Inicial Estoque	-14.910.298,70 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-14.910.298,70 BRL
9110102	Carga Inicial Imobilizado	-536.152.697,57 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-536.152.697,57 BRL
9110103	Carga Inicial Clientes	-12.156.009,91 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-12.156.009,91 BRL
9110104	Carga Inicial Fornecedores	3.752.563,52 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	3.752.563,52 BRL
9110105	Carga Inicial Contábil	559.466.442,66 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	559.466.442,66 BRL
00ASSETS	1 ATIVO	1.657.077.992,91 BRL	793.434.021,93 BRL	-785.401.550,03 BRL	1.665.110.464,81 BRL
8	1.01 ATIVO CIRCULANTE	602.567.323,98 BRL	663.212.082,06 BRL	-668.829.144,30 BRL	596.950.261,74 BRL
9	1.01.01 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	556.237.799,32 BRL	500.201.002,05 BRL	-541.591.445,06 BRL	514.847.356,31 BRL
10	1.01.01.01 CAIXA	114.646.676,76 BRL	495.767.564,50 BRL	-541.028.097,84 BRL	69.386.143,42 BRL
11	1.01.01.01.03 BANCO CONTA MOVIMENTO	113.632.015,25 BRL	101.863.912,20 BRL	-147.131.361,17 BRL	68.364.566,28 BRL
111010302	BB MOV - Contencioso Trabalhista 5336-8	840.381,59 BRL	277.893,92 BRL	0,00 BRL	1.118.275,51 BRL
111010308	BB MOV - Folha Pagto 67094-4	368,98 BRL	7.727.538,85 BRL	-7.727.442,74 BRL	465,09 BRL
111010309	BB MOV - Faturamento 67091-X/28000-3	0,00 BRL	42.064.312,09 BRL	-42.064.312,09 BRL	0,00 BRL
111010310	BB MOV - Movimento 67383-8	93.961.101,24 BRL	42.764.241,31 BRL	-90.202.578,40 BRL	46.522.764,15 BRL
111010311	BB MOV - Caução 67092-8	6.901.152,59 BRL	8.875.774,40 BRL	-7.047.812,76 BRL	8.729.114,23 BRL
111010317	CEF MOV - Movimento	11.892.723,71 BRL	101.456,44 BRL	-89.146,18 BRL	11.905.033,97 BRL
111010324	CEF MOV - Créditos Específicos 5760-6	48,00 BRL	52.375,20 BRL	-69,00 BRL	52.354,20 BRL
111010326	CEF MOV - Leilão ANTAQ 596-0	36.239,14 BRL	319,99 BRL	0,00 BRL	36.559,13 BRL
12	1.01.01.01.04 BANCO CONTA ENTRADA	0,00 BRL	105.564.362,66 BRL	-105.564.362,66 BRL	0,00 BRL
111010408	BB ENT - Folha Pagto 67094-4	0,00 BRL	8.677.167,79 BRL	-8.677.167,79 BRL	0,00 BRL
111010409	BB ENT - Faturamento 67091-X/28000-3	0,00 BRL	44.613.322,32 BRL	-44.613.322,32 BRL	0,00 BRL
111010410	BB ENT - Movimento 67383-8	0,00 BRL	42.171.086,34 BRL	-42.171.086,34 BRL	0,00 BRL
111010411	BB ENT - Caução 67092-8	0,00 BRL	10.057.900,22 BRL	-10.057.900,22 BRL	0,00 BRL
111010424	CEF ENT - Créditos Específicos 5760-6	0,00 BRL	44.885,99 BRL	-44.885,99 BRL	0,00 BRL
13	1.01.01.01.05 BANCO CONTA SAÍDA	-0,02 BRL	288.332.374,01 BRL	-288.332.374,01 BRL	-0,02 BRL
111010508	BB SAI - Folha Pagto 67094-4	0,00 BRL	15.456.433,19 BRL	-15.456.433,19 BRL	0,00 BRL
111010509	BB SAI - Faturamento 67091-X/28000-3	0,00 BRL	42.137.272,07 BRL	-42.137.272,07 BRL	0,00 BRL
111010510	BB SAI - Movimento 67383-8	0,00 BRL	223.360.073,51 BRL	-223.360.073,51 BRL	0,00 BRL
111010511	BB SAI - Caução 67092-8	-0,02 BRL	7.200.312,88 BRL	-7.200.312,88 BRL	-0,02 BRL
111010517	CEF SAI - Movimento 904857-2	0,00 BRL	178.282,36 BRL	-178.282,36 BRL	0,00 BRL
14	1.01.01.01.06 CONTAS BANCÁRIAS VINCULADAS	1.014.661,53 BRL	6.915,63 BRL	0,00 BRL	1.021.577,16 BRL
111010601	Vinculada	1.014.661,53 BRL	6.915,63 BRL	0,00 BRL	1.021.577,16 BRL
15	1.01.01.02 EQUIVALENTES DE CAIXA	441.591.122,56 BRL	4.433.437,55 BRL	-563.347,22 BRL	445.461.212,89 BRL
16	1.01.01.02.01 APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIAT	441.591.122,56 BRL	4.433.437,55 BRL	-563.347,22 BRL	445.461.212,89 BRL
111020103	Aplicação BB - Fundo Exclusivo	395.838.844,97 BRL	3.460.421,71 BRL	0,00 BRL	399.299.266,68 BRL
111020106	Aplicação CEF - Fundo Exclusivo	110.193.762,33 BRL	973.015,84 BRL	0,00 BRL	111.166.778,17 BRL
111020107	(-) Redutora Aplicação BB - Fundo Exclisivo - Bloq	-64.441.484,74 BRL	0,00 BRL	-563.347,22 BRL	-65.004.831,96 BRL
17	1.01.03 CONTAS A RECEBER	18.395.044,44 BRL	78.130.227,18 BRL	-46.151.649,41 BRL	50.373.622,21 BRL
184	1.01.03.01 CONTAS A RECEBER	0,00 BRL	31.309.113,51 BRL	0,00 BRL	31.309.113,51 BRL
185	1.01.03.01.01 CONTAS A RECEBER	0,00 BRL	31.309.113,51 BRL	0,00 BRL	31.309.113,51 BRL
1130101	Contas a Receber	0,00 BRL	31.309.113,51 BRL	0,00 BRL	31.309.113,51 BRL
18	1.01.03.02 CONTAS A RECEBER DE PARTES RELACIO	18.395.044,44 BRL	46.821.113,67 BRL	-46.151.649,41 BRL	19.064.508,70 BRL
19	1.01.03.02.01 CONTAS A RECEBER DE PARTES RELA	18.395.044,44 BRL	46.821.113,67 BRL	-46.151.649,41 BRL	19.064.508,70 BRL
113020101	Clientes a Receber	18.395.044,44 BRL	46.821.113,67 BRL	-46.151.649,41 BRL	19.064.508,70 BRL
20	1.01.04 ESTOQUES	15.643.507,00 BRL	5.935.415,30 BRL	-1.207.657,70 BRL	20.371.264,60 BRL
21	1.01.04.01 ESTOQUES	15.643.507,00 BRL	5.935.415,30 BRL	-1.207.657,70 BRL	20.371.264,60 BRL
1140101	Estoque/Almoxarifado	15.643.507,00 BRL	5.935.415,30 BRL	-1.207.657,70 BRL	20.371.264,60 BRL
22	1.01.05 TRIBUTOS A COMPENSAR E RECUPERAR	9.723.591,69 BRL	1.497.382,49 BRL	-1.308.812,90 BRL	9.912.161,28 BRL
23	1.01.05.01 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SO	9.542.416,07 BRL	1.493.924,96 BRL	-1.305.355,37 BRL	9.730.985,66 BRL
1150102	Contribuição Social - CSLL	8.443.929,69 BRL	1.493.924,96 BRL	-1.305.355,37 BRL	8.632.499,28 BRL
1150107	Imposto de Renda Diferido	1.098.486,38 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	1.098.486,38 BRL
24	1.01.05.03 TRIBUTOS SOBRE COMPRAS E SERVIÇOS	181.175,62 BRL	3.457,53 BRL	-3.457,53 BRL	181.175,62 BRL
1150301	PIS a Recuperar	32.335,66 BRL	615,73 BRL	-615,73 BRL	32.335,66 BRL
1150302	COFINS a Recuperar	148.839,96 BRL	2.841,80 BRL	-2.841,80 BRL	148.839,96 BRL
28	1.01.07 OUTROS ATIVOS CIRCULANTES	2.567.381,53 BRL	77.448.055,04 BRL	-78.569.579,23 BRL	1.445.857,34 BRL
29	1.01.07.01 ADIANTAMENTOS	2.567.381,53 BRL	11.776.779,16 BRL	-12.898.303,35 BRL	1.445.857,34 BRL
30	1.01.07.01.04 ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS	2.552.817,89 BRL	11.776.779,16 BRL	-12.898.303,35 BRL	1.431.293,70 BRL
117010401	Adiantamentos Salários	0,00 BRL	3.859.723,92 BRL	-3.859.723,92 BRL	0,00 BRL
117010402	Adiantamento 13º Salário	2.173.555,69 BRL	4.102.429,99 BRL	-6.275.985,68 BRL	0,00 BRL
117010403	Adiantamento Férias	379.262,20 BRL	3.814.625,25 BRL	-2.762.593,75 BRL	1.431.293,70 BRL
31	1.01.07.01.99 OUTROS ADIANTAMENTOS	14.563,64 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	14.563,64 BRL
117019902	Outros Créditos	14.563,64 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	14.563,64 BRL
32	1.01.07.99 CONTAS TRANSITORIAS	0,00 BRL	65.671.275,88 BRL	-65.671.275,88 BRL	0,00 BRL
1179901	Conta Transitória	0,00 BRL	65.671.275,88 BRL	-65.671.275,88 BRL	0,00 BRL
33	1.02 ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.054.510.668,93 BRL	130.221.939,87 BRL	-116.572.405,73 BRL	1.068.160.203,07 BRL
34	1.02.01 REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	473.826.657,71 BRL	37.733.031,78 BRL	-48.302.475,66 BRL	463.257.213,83 BRL
35	1.02.01.05 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPER	9.235.928,44 BRL	1.208.615,64 BRL	-1.843.946,21 BRL	8.600.597,87 BRL
1210503	Contribuição Social Diferida	1.941.926,36 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	1.941.926,36 BRL
1210504	Contribuição Social - Prejuízo Fiscal e Base Negat	7.294.002,08 BRL	1.208.615,64 BRL	-1.843.946,21 BRL	6.658.671,51 BRL
36	1.02.01.09 DEPÓSITOS JUDICIAIS	185.167.592,21 BRL	23.198.102,02 BRL	-33.132.215,33 BRL	175.233.478,90 BRL
37	1.02.01.09.01 TRABALHISTAS RECURSAIS	20.599.521,20 BRL	16.431.191,25 BRL	-33.132.215,33 BRL	3.898.497,12 BRL
121090101	Trabalhistas	20.599.521,20 BRL	16.431.191,25 BRL	-33.132.215,33 BRL	3.898.497,12 BRL
38	1.02.01.09.03 CÍVEL	164.568.071,01 BRL	6.766.910,77 BRL	0,00 BRL	171.334.981,78 BRL
121090301	Cíveis	100.126.586,27 BRL	6.203.563,55 BRL	0,00 BRL	106.330.149,82 BRL
121090304	Bloqueio Judicial - Aplicação BB - Fundo Exclusivo	64.441.484,74 BRL	563.347,22 BRL	0,00 BRL	65.004.831,96 BRL
39	1.02.01.10 DEPÓSITOS JUDICIAIS TRIBUTÁVEIS	277.989.575,52 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	277.989.575,52 BRL
1211001	PIS e COFINS Não Cumulativo Judicial	252.091.687,53 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	252.091.687,53 BRL
1211003	Imposto de Renda - IRPJ	1.878.204,13 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	1.878.204,13 BRL
1211007	Imposto de Renda Retido na Fonte	24.019.683,86 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	24.019.683,86 BRL
40	1.02.01.99 OUTROS	1.433.561,54 BRL	13.326.314,12 BRL	-13.326.314,12 BRL	1.433.561,54 BRL
41	1.02.01.99.01 CONVÊNIOS E PROJETOS	116.342,79 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	116.342,79 BRL
121990102	Convênio 021/2022 APPA-Funpar	116.342,79 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	116.342,79 BRL
42	1.02.01.99.02 CLIENTES A RECEBER	0,00 BRL	13.326.314,12 BRL	-13.326.314,12 BRL	0,00 BRL
121990201	Clientes - Dep. Judicial (Proc. 1749/07)	307.699.500,35 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	307.699.500,35 BRL
121990202	(-) PCLD Clientes - Dep. Judicial (Proc. 1749/07)	-307.699.500,35 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-307.699.500,35 BRL
121990203	Clientes a Receber Histórico	35.035.058,38 BRL	0,00 BRL	-13.326.314,12 BRL	21.708.744,26 BRL

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO PORTOS DO PARANÁ - CONSOLIDADO DEZEMBRO 2024

Conta do Razão	Conta do Razão	Saldo inicial em moeda da em	Saldo devedor em moeda da empresa	Saldo credor em moeda da empresa	Saldo final na moeda da empresa
121990204	(-) PCLD Clientes a Receber - Histórico	-35.035.058,38 BRL	13.326.314,12 BRL	0,00 BRL	-21.708.744,26 BRL
44	1.02.01.99.04 GARANTIAS	1.317.218,75 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	1.317.218,75 BRL
121990401	Copel Comercialização S/A - Contrato 042/2021	1.317.218,75 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	1.317.218,75 BRL
45	1.02.03 IMOBILIZADO	580.404.621,44 BRL	90.528.231,36 BRL	-68.018.294,04 BRL	602.914.558,76 BRL
186	1.02.03.01 BENS EM OPERAÇÃO	954.266.273,18 BRL	54.764.276,89 BRL	0,00 BRL	1.009.030.550,07 BRL
123010199	Outros - Infraestrutura Marítima	4.414.664,57 BRL	54.764.276,89 BRL	0,00 BRL	59.178.941,46 BRL
123010299	Outros - Infraestrutura Acostagem	503.713.587,06 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	503.713.587,06 BRL
123010399	Outros - Infraestrutura Terrestre	40.671.750,15 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	40.671.750,15 BRL
123010499	Outros - Armazenagem	130.817.901,07 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	130.817.901,07 BRL
123010599	Outros Equipamentos	274.648.370,33 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	274.648.370,33 BRL
187	1.02.03.02 DEPRECIAÇÃO - BENS EM OPERAÇÃO	-639.794.796,87 BRL	0,00 BRL	-3.419.697,00 BRL	-643.214.493,87 BRL
123020199	(-) DA - Outros - Infraestrutura Marítima	-1.469.116,47 BRL	0,00 BRL	-16.801,28 BRL	-1.485.917,75 BRL
123020299	(-) DA - Outros - Infraestrutura Acostagem	-336.113.231,24 BRL	0,00 BRL	-997.992,24 BRL	-337.111.223,48 BRL
123020399	(-) DA - Outros - Infraestrutura Terrestre	-27.613.345,52 BRL	0,00 BRL	-130.136,12 BRL	-27.743.481,64 BRL
123020499	(-) DA - Outros - Armazenagem	-119.310.218,66 BRL	0,00 BRL	-390.954,45 BRL	-119.701.173,11 BRL
123020599	(-) DA - Outros - Equipamentos	-155.288.884,98 BRL	0,00 BRL	-1.883.812,91 BRL	-157.172.697,89 BRL
46	1.02.03.04 BENS ADMINISTRAÇÃO	199.476.738,81 BRL	7.529.133,86 BRL	0,00 BRL	207.005.872,67 BRL
1230401	Terrenos	98.380.900,00 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	98.380.900,00 BRL
1230402	Edifícios e Benfeitorias	21.931.935,49 BRL	7.529.133,86 BRL	0,00 BRL	29.461.069,35 BRL
1230403	Instalações	27.531.772,11 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	27.531.772,11 BRL
1230405	Equipamentos de Informática	15.438.675,05 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	15.438.675,05 BRL
1230407	Móveis e Utensílios	36.193.456,12 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	36.193.456,12 BRL
1230408	Veículos	0,04 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	0,04 BRL
47	1.02.03.05 DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃ	-82.664.453,39 BRL	0,00 BRL	-551.640,51 BRL	-83.216.093,90 BRL
1230501	(-) DA - Edifícios e Benfeitorias	-17.457.038,70 BRL	0,00 BRL	-182.658,43 BRL	-17.639.697,13 BRL
1230502	(-) DA - Instalações	-19.087.474,80 BRL	0,00 BRL	-209.676,85 BRL	-19.297.151,65 BRL
1230504	(-) DA - Equipamentos de Processamento Eletrônico	-11.519.067,20 BRL	0,00 BRL	-129.893,23 BRL	-11.648.960,43 BRL
1230506	(-) DA - Móveis e Utensílios	-34.600.872,65 BRL	0,00 BRL	-29.412,00 BRL	-34.630.284,65 BRL
1230507	(-) DA - Veículos	-0,04 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-0,04 BRL
56	1.02.03.19 IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	149.120.859,71 BRL	28.234.820,61 BRL	-64.046.956,53 BRL	113.308.723,79 BRL
57	1.02.03.19.01 OBRAS EM ANDAMENTO	149.120.859,71 BRL	28.234.820,61 BRL	-64.046.956,53 BRL	113.308.723,79 BRL
123190101	Obras em Andamento	758.891,11 BRL	11.531,62 BRL	0,00 BRL	770.422,73 BRL
123190103	Imobilizado em Andamento	148.361.968,60 BRL	28.223.288,99 BRL	-64.046.956,53 BRL	112.538.301,06 BRL
58	1.02.04 INTANGÍVEL	279.389,78 BRL	1.960.676,73 BRL	-251.636,03 BRL	1.988.430,48 BRL
59	1.02.04.01 INTANGÍVEL	7.496.753,32 BRL	1.753.545,78 BRL	0,00 BRL	9.250.299,10 BRL
1240103	Sistemas Aplicativos e Software	7.496.753,32 BRL	82.950,00 BRL	0,00 BRL	7.579.703,32 BRL
1240199	Outros Ativos Intangíveis	0,00 BRL	1.670.595,78 BRL	0,00 BRL	1.670.595,78 BRL
61	1.02.04.03 (-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - INTANG	-7.217.363,54 BRL	207.130,95 BRL	-251.636,03 BRL	-7.261.868,62 BRL
19199	Conta de Compensação Tecnica Aquis Imob	0,00 BRL	207.130,95 BRL	-207.130,95 BRL	0,00 BRL
1240301	(-) Amortização Acumulada - Intangível	-7.217.363,54 BRL	0,00 BRL	-44.505,08 BRL	-7.261.868,62 BRL
00LIABILITS	2 PASSIVO	-1.528.633.569,70 BRL	308.947.300,17 BRL	-323.877.379,61 BRL	-1.543.563.649,14 BRL
64	2.01 PASSIVO CIRCULANTE	-91.712.404,48 BRL	248.549.668,42 BRL	-246.440.784,04 BRL	-89.603.520,10 BRL
65	2.01.01 FORNECEDORES	-40.033.358,44 BRL	184.903.339,74 BRL	-182.735.008,29 BRL	-37.865.026,99 BRL
66	2.01.01.01 FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS NA	-40.033.358,44 BRL	184.903.339,74 BRL	-182.735.008,29 BRL	-37.865.026,99 BRL
81199	Compensação Entrada de Mercadoria/Entrada de Fat.	5.529.992,41 BRL	82.887.149,00 BRL	-88.061.860,85 BRL	355.280,56 BRL
2110101	Fornecedores	-45.563.350,85 BRL	102.016.190,74 BRL	-94.673.147,44 BRL	-38.220.307,55 BRL
67	2.01.02 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	-12.693.903,24 BRL	6.910.401,86 BRL	-8.831.855,24 BRL	-14.615.356,62 BRL
68	2.01.02.01 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	-12.693.903,24 BRL	6.910.401,86 BRL	-8.831.855,24 BRL	-14.615.356,62 BRL
69	2.01.02.01.99 OUTROS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAME	-12.693.903,24 BRL	6.910.401,86 BRL	-8.831.855,24 BRL	-14.615.356,62 BRL
70	2.01.02.01.99.01 CREDITOS DE CLIENTES/FORNECE	-12.693.903,24 BRL	6.910.401,86 BRL	-8.831.855,24 BRL	-14.615.356,62 BRL
2110102	Adiantamento de ClientesParanagua	-8.932.946,92 BRL	6.664.593,19 BRL	-8.620.112,55 BRL	-10.888.466,28 BRL
2110103	Adiantamento de Clientes Antonina	-245.808,67 BRL	245.808,67 BRL	-204.827,06 BRL	-204.827,06 BRL
212019902	Depósitos Diversos	-2.500.486,12 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-2.500.486,12 BRL
212019903	Caução - Garantia de Contratos	-1.014.661,53 BRL	0,00 BRL	-6.915,63 BRL	-1.021.577,16 BRL
71	2.01.03 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	-19.961.654,65 BRL	33.696.308,08 BRL	-30.174.870,54 BRL	-16.440.217,11 BRL
72	2.01.03.01 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	-19.961.654,65 BRL	33.696.308,08 BRL	-30.174.870,54 BRL	-16.440.217,11 BRL
73	2.01.03.01.01 SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES A PAGAR	-19.596.900,13 BRL	32.800.663,50 BRL	-29.284.028,21 BRL	-16.080.264,84 BRL
2130107	Provisão para Férias	-11.455.077,41 BRL	1.396.947,86 BRL	-1.015.215,64 BRL	-11.073.345,19 BRL
2130108	Provisão p/ 13º Sal.	-5.045.117,24 BRL	16.174.565,79 BRL	-11.129.448,55 BRL	0,00 BRL
2130109	Provisões Trabalhistas	0,00 BRL	0,00 BRL	-2.297.981,66 BRL	-2.297.981,66 BRL
213010101	Salários	-3.096.705,48 BRL	15.229.149,85 BRL	-14.841.382,36 BRL	-2.708.937,99 BRL
76	2.01.03.01.99 OUTRAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	-364.754,52 BRL	895.644,58 BRL	-890.842,33 BRL	-359.952,27 BRL
213019902	Consignações Folha	-267.767,78 BRL	541.727,08 BRL	-547.918,60 BRL	-273.959,30 BRL
213019903	Pensões a Pagar	-96.986,74 BRL	353.917,50 BRL	-342.923,73 BRL	-85.992,97 BRL
77	2.01.04 OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	-19.023.488,15 BRL	23.039.618,74 BRL	-24.699.049,97 BRL	-20.682.919,38 BRL
78	2.01.04.01 ENCARGOS SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIOS	-2.061.026,41 BRL	8.442.807,10 BRL	-8.525.419,35 BRL	-2.143.638,66 BRL
79	2.01.04.01.01 INSS A PAGAR	-1.596.817,74 BRL	7.334.735,14 BRL	-7.241.289,16 BRL	-1.503.371,76 BRL
214010101	INSS a Pagar	-1.596.817,74 BRL	7.334.735,14 BRL	-7.241.289,16 BRL	-1.503.371,76 BRL
80	2.01.04.01.02 FGTS A PAGAR	-464.208,67 BRL	1.108.071,96 BRL	-1.284.130,19 BRL	-640.266,90 BRL
214010201	FGTS	-464.208,67 BRL	1.108.071,96 BRL	-1.284.130,19 BRL	-640.266,90 BRL
81	2.01.04.02 OBRIGAÇÕES FISCAIS	-16.962.461,74 BRL	14.596.811,64 BRL	-16.173.630,62 BRL	-18.539.280,72 BRL
82	2.01.04.02.02 TRIBUTOS FEDERAIS A RECOLHER	-12.666.193,55 BRL	10.327.022,70 BRL	-11.792.173,19 BRL	-14.131.344,04 BRL
214020201	IRRF Folha	-1.461.549,45 BRL	2.867.220,02 BRL	-3.869.946,45 BRL	-2.464.275,88 BRL
214020203	COFINS Faturamento	-630.218,47 BRL	2.105.117,55 BRL	-2.750.623,11 BRL	-1.275.724,03 BRL
214020204	PIS Faturamento	0,00 BRL	592.655,64 BRL	-869.062,51 BRL	-276.406,87 BRL
214020205	CSLL	-10.574.425,63 BRL	4.762.029,49 BRL	-4.302.541,12 BRL	-10.114.937,26 BRL
83	2.01.04.02.03 TRIBUTOS FEDERAIS - TERCEIROS	-2.101.352,31 BRL	2.052.124,58 BRL	-2.210.373,46 BRL	-2.259.601,19 BRL
2140205	Outros Tributos Federais	-440.343,44 BRL	362.007,61 BRL	-422.002,07 BRL	-500.337,90 BRL
214020301	INSS Retido sobre Serviços	-1.461.293,88 BRL	1.471.237,10 BRL	-1.498.624,44 BRL	-1.488.681,22 BRL
214020302	IRRF sobre Serviços	-199.714,99 BRL	218.879,87 BRL	-289.746,95 BRL	-270.582,07 BRL
85	2.01.04.02.08 TRIBUTOS MUNICIPAIS	-2.194.915,88 BRL	2.217.664,36 BRL	-2.171.083,97 BRL	-2.148.335,49 BRL
214020802	ISSQN Retido sobre Serviços	-2.194.915,88 BRL	2.217.664,36 BRL	-2.171.083,97 BRL	-2.148.335,49 BRL
86	2.02 PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-440.730.511,24 BRL	43.966.669,64 BRL	-51.749.414,93 BRL	-448.513.256,53 BRL
87	2.02.04 OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	-252.091.687,53 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-252.091.687,53 BRL
90	2.02.04.02 OBRIGAÇÕES FISCAIS	-252.091.687,53 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-252.091.687,53 BRL
2240211	PIS a Pagar	-44.599.398,64 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-44.599.398,64 BRL
2240212	COFINS a Pagar	-207.492.288,89 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-207.492.288,89 BRL
91	2.02.08 OUTROS PASSIVOS	-188.638.823,71 BRL	43.966.669,64 BRL	-51.749.414,93 BRL	-196.421.569,00 BRL
92	2.02.08.01 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS	-4.566.669,07 BRL	3.048.746,12 BRL	-62.895,08 BRL	-1.580.818,03 BRL
2280102	Contribuição Social Diferida	-4.566.669,07 BRL	3.048.746,12 BRL	-62.895,08 BRL	-1.580.818,03 BRL
93	2.02.08.06 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	-184.072.154,64 BRL	40.917.923,52 BRL	-51.686.519,85 BRL	-194.840.750,97 BRL
94	2.02.08.06.01 PROVISÕES PARA CONTINGENCIAS JU	-184.072.154,64 BRL	40.917.923,52 BRL	-51.686.519,85 BRL	-194.840.750,97 BRL
228060101	Contingências Trabalhistas	-65.485.903,34 BRL	40.917.923,52 BRL	-29.998.228,95 BRL	-54.566.208,77 BRL
228060102	Contingências Cíveis	-89.148.673,37 BRL	0,00 BRL	-21.688.290,90 BRL	-110.836.964,27 BRL
228060103	Precatórios	-29.437.577,93 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-29.437.577,93 BRL
97	2.03 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-996.190.653,98 BRL	16.430.962,11 BRL	-25.687.180,64 BRL	-1.005.446.872,51 BRL
98	2.03.01 CAPITAL SOCIAL	-1.086.443.861,38 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-1.086.443.861,38 BRL
99	2.03.01.01 CAPITAL SOCIAL	-1.086.443.861,38 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-1.086.443.861,38 BRL
100	2.03.01.01.01 CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	-1.086.443.861,38 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-1.086.443.861,38 BRL
231010102	Capital Social Subscrito Estado do Paraná	-1.086.443.861,38 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-1.086.443.861,38 BRL
104	2.03.06 LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	90.253.207,40 BRL	16.430.962,11 BRL	-25.687.180,64 BRL	80.996.988,87 BRL
199	2.03.06.01 LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	90.253.207,40 BRL	16.430.962,11 BRL	-25.687.180,64 BRL	80.996.988,87 BRL
2360101	Lucros/Prejuízos Acumulados	90.253.207,40 BRL	16.430.962,11 BRL	-25.687.180,64 BRL	80.996.988,87 BRL
105	3 RECEITAS	-547.242.704,13 BRL	44.092.906,78 BRL	-85.064.910,06 BRL	-588.214.707,41 BRL
106	3.01 RECEITA BRUTA DOS SERVIÇOS PORTUÁRIOS	-547.242.704,13 BRL	44.092.906,78 BRL	-85.064.910,06 BRL	-588.214.707,41 BRL
107	3.01.01 RECEITAS DA INFRAESTRUTURA DE ACESSO	-219.209.788,73 BRL	174.517,71 BRL	-12.493.349,79 BRL	-231.528.620,81 BRL
108	3.01.01.01 LONGO CURSO	-203.229.380,67 BRL	174.517,71 BRL	-11.789.112,82 BRL	-214.843.975,78 BRL
3110101	Carga Geral Solta	-544.506,13 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-544.506,13 BRL
3110102	Carga Geral - Conteinerizada	-3.272.249,46 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-3.272.249,46 BRL
3110103	Granel Sólido	-14.926.470,41 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-14.926.470,41 BRL
3110104	Granel Líquido	-441.828,44 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-441.828,44 BRL
3110105	Embarcação sem Carga	-294.648,19 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-294.648,19 BRL
3110106	Turismo e Passageiros	-43.475,23 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-43.475,23 BRL

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO PORTOS DO PARANÁ - CONSOLIDADO DEZEMBRO 2024

Conta do Razão	Conta do Razão	Saldo inicial em moeda da em	Saldo devedor em moeda da empresa	Saldo credor em moeda da empresa	Saldo final na moeda da empresa
3110107	De Petróleo, de seus Derivados ou outros Combustív	-2.142.727,33 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-2.142.727,33 BRL
3110108	De Embarcações do Tipo Roll-on-Roll-off	-96.260,30 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-96.260,30 BRL
3110109	Receitas da Infra Aquaviária Longo Curso	-181.465.025,18 BRL	174.517,71 BRL	-11.789.112,82 BRL	-193.079.620,29 BRL
3110199	Outros	-2.190,00 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-2.190,00 BRL
109	3.01.01.02 CABOTAGEM	-15.980.408,06 BRL	0,00 BRL	-704.236,97 BRL	-16.684.645,03 BRL
3110203	Granel Sólido	-164.346,19 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-164.346,19 BRL
3110205	Embarcação sem Carga	-5.019,96 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-5.019,96 BRL
3110207	De Petróleo, de seus Derivados ou outros Combustív	-1.555.410,37 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-1.555.410,37 BRL
3110208	Receitas da Infra Aquaviária Cabotagem	-14.253.441,54 BRL	0,00 BRL	-704.236,97 BRL	-14.957.678,51 BRL
3110299	Outros	-2.190,00 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-2.190,00 BRL
110	3.01.02 RECEITAS DA INFRAESTRUTURA DE ACOSTAG	-17.667.261,61 BRL	13.548,00 BRL	-1.515.659,29 BRL	-19.169.372,90 BRL
111	3.01.02.01 LONGO CURSO	-16.940.292,42 BRL	13.548,00 BRL	-1.482.480,19 BRL	-18.409.224,61 BRL
3120107	Receita de Infra Acostagem Longo Curso	-16.940.292,42 BRL	13.548,00 BRL	-1.482.480,19 BRL	-18.409.224,61 BRL
112	3.01.02.02 CABOTAGEM	-726.969,19 BRL	0,00 BRL	-33.179,10 BRL	-760.148,29 BRL
3120207	Receita de Infra Acostagem Cabotagem	-726.969,19 BRL	0,00 BRL	-33.179,10 BRL	-760.148,29 BRL
113	3.01.03 RECEITAS DA INFRAESTRUTURA OPERACIONA	-98.754.952,27 BRL	84.321,45 BRL	-5.635.185,02 BRL	-104.305.815,84 BRL
114	3.01.03.01 LONGO CURSO, CABOTAGEM E NAVEGAÇÃO	-98.754.952,27 BRL	84.321,45 BRL	-5.635.185,02 BRL	-104.305.815,84 BRL
3130101	Carga Geral Solta	-517.989,41 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-517.989,41 BRL
3130103	Granel Sólido	-7.365.280,34 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-7.365.280,34 BRL
3130104	Granel Líquido	-984.389,02 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-984.389,02 BRL
3130106	Passageiros	-145.536,33 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-145.536,33 BRL
3130108	Veículo Movimentado pelo Sistema Roll-on-Roll-off	-61.874,38 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-61.874,38 BRL
3130109	Receitas da Infra Terrestre	-89.676.357,19 BRL	84.321,45 BRL	-5.635.185,02 BRL	-95.227.220,76 BRL
3130199	Outros	-3.525,60 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-3.525,60 BRL
115	3.01.05 RECEITAS DE ARMAZENAGEM	-1.883.244,21 BRL	32.891,26 BRL	-231.435,16 BRL	-2.081.788,11 BRL
116	3.01.05.06 TIPOS DE CARGA	-1.883.244,21 BRL	32.891,26 BRL	-231.435,16 BRL	-2.081.788,11 BRL
3150601	Mercadorias Diversas de Importação do Estrangeiro	-68.913,39 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-68.913,39 BRL
3150602	Mercadorias Diversas, Nacionais ou Nacionalizadas	-3.955,44 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-3.955,44 BRL
3150605	Mercadorias a Granel, Sólido	-9.924,68 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-9.924,68 BRL
3150608	Receitas de Armazenagem	-1.797.750,70 BRL	32.891,26 BRL	-231.435,16 BRL	-1.996.294,60 BRL
3150699	Outros	-2.700,00 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-2.700,00 BRL
117	3.01.06 RECEITAS POR UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENT	-34.688.079,04 BRL	7.832,30 BRL	-1.068.976,93 BRL	-35.749.223,67 BRL
31607	Outros	-4.526.600,33 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-4.526.600,33 BRL
3160601	Receita por Utilização de Equipamento	-30.161.478,71 BRL	7.832,30 BRL	-1.068.976,93 BRL	-31.222.623,34 BRL
118	3.01.07 RECEITAS POR DIVERSOS PADRONIZADOS	-6.303.933,00 BRL	20.907,14 BRL	-277.268,69 BRL	-6.560.294,55 BRL
31704	Pesagem	-370.489,86 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-370.489,86 BRL
31709	Certidões, Certificados, Aut. e Cadastramento	-10.778,86 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-10.778,86 BRL
31712	Outros	-106.766,80 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-106.766,80 BRL
31713	Utilização de Áreas	-449.564,02 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-449.564,02 BRL
31714	Guarda como Fiel Depositário	-29.400,96 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-29.400,96 BRL
31715	Cont., Conf., Termo de Vistoria ou Verif. Peso	-12.164,24 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-12.164,24 BRL
31716	Receitas por Diversos Padronizados	-5.324.768,26 BRL	20.907,14 BRL	-277.268,69 BRL	-5.581.129,81 BRL
119	3.01.08 RECEITAS COM CONTRATOS DE ARRENDAMENT	-190.513.695,77 BRL	41.069.212,40 BRL	-62.695.669,50 BRL	-212.140.152,87 BRL
120	3.01.08.01 CARGA GERAL SOLTA	-28.898.246,45 BRL	9.760.098,89 BRL	-16.709.031,92 BRL	-35.847.179,48 BRL
3180101	Parcela Fixa	-23.119.894,35 BRL	9.760.098,89 BRL	-16.101.644,94 BRL	-29.461.440,40 BRL
3180102	Parcela Variável	-4.240.275,38 BRL	0,00 BRL	-607.386,98 BRL	-4.847.662,36 BRL
3180104	Movimentação Mínima Contratual	-1.538.076,72 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-1.538.076,72 BRL
121	3.01.08.02 CARGA GERAL CONTEINERIZADA	-90.379.512,88 BRL	0,00 BRL	-8.609.647,37 BRL	-98.989.160,25 BRL
3180201	Parcela Fixa	-17.890.234,22 BRL	0,00 BRL	-1.696.219,22 BRL	-19.586.453,44 BRL
3180202	Parcela Variável	-72.489.278,66 BRL	0,00 BRL	-6.913.428,15 BRL	-79.402.706,81 BRL
122	3.01.08.03 GRANEL SÓLIDO	-46.723.687,57 BRL	0,00 BRL	-3.814.807,75 BRL	-50.538.495,32 BRL
3180301	Parcela Fixa	-25.844.960,20 BRL	0,00 BRL	-2.137.728,03 BRL	-27.982.688,23 BRL
3180302	Parcela Variável	-20.645.054,37 BRL	0,00 BRL	-1.677.079,72 BRL	-22.322.134,09 BRL
3180304	Movimentação Mínima Contratual	-233.673,00 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-233.673,00 BRL
123	3.01.08.04 GRANEL LÍQUIDO	-10.524.782,34 BRL	0,00 BRL	-1.110.874,92 BRL	-11.635.657,26 BRL
3180401	Parcela Fixa	-10.524.782,34 BRL	0,00 BRL	-1.110.874,92 BRL	-11.635.657,26 BRL
126	3.01.08.05 Outros	-13.987.466,53 BRL	31.309.113,51 BRL	-32.451.307,54 BRL	-15.129.660,56 BRL
31805	Outros	-13.987.466,53 BRL	31.309.113,51 BRL	-32.451.307,54 BRL	-15.129.660,56 BRL
124	3.01.09 RECEITAS COM CONTRATOS DE USO TEMPORÁ	-469.038,50 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-469.038,50 BRL
31906	Cargas não Consolidadas	-469.038,50 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-469.038,50 BRL
125	3.01.10 RECEITAS ALTERNATIVAS	-11.096.122,75 BRL	0,00 BRL	-778.930,44 BRL	-11.875.053,19 BRL
180	3.01.10.02 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	-9.872.216,23 BRL	0,00 BRL	-778.930,44 BRL	-10.651.146,67 BRL
311002	Outras Receitas Operacionais	-9.872.216,23 BRL	0,00 BRL	-778.930,44 BRL	-10.651.146,67 BRL
127	3.01.10.03 RECEITAS COMPLEMENTARES	-78.431,45 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-78.431,45 BRL
31100301	Fornecimentos Tarifados	-78.431,45 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-78.431,45 BRL
128	3.01.10.04 RECEITAS ACESSÓRIAS	-1.145.475,07 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-1.145.475,07 BRL
31100402	Patrimoniais Fora da Área do Porto Organizado	-1.145.475,07 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	-1.145.475,07 BRL
129	3.01.11 DEDUÇÕES DA RECEITA	33.343.411,75 BRL	2.689.676,52 BRL	-368.435,24 BRL	35.664.653,03 BRL
311101	Abatimentos	12.535.335,00 BRL	769.110,38 BRL	0,00 BRL	13.304.445,38 BRL
311102	Impostos, Taxas e Contribuições sobre Vendas e Ser	20.753.021,12 BRL	1.920.566,14 BRL	-368.435,24 BRL	22.305.152,02 BRL
311103	Cancelamento e Devoluções	55.055,63 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	55.055,63 BRL
130	4 CUSTOS DA ATIVIDADE	318.874.074,17 BRL	88.303.013,67 BRL	-50.655.671,90 BRL	356.521.415,94 BRL
131	4.01 CUSTOS ALOCADOS À INFRAESTRUTURA MARÍTIM	104.844.061,68 BRL	23.492.047,09 BRL	-436.299,33 BRL	127.899.809,44 BRL
132	4.01.01 CUSTO COM PESSOAL	0,00 BRL	436.299,33 BRL	-436.299,33 BRL	0,00 BRL
41118	Treinamento	0,00 BRL	10.000,00 BRL	-10.000,00 BRL	0,00 BRL
41129	Bolsa Estagiarios	0,00 BRL	30.493,25 BRL	-30.493,25 BRL	0,00 BRL
41131	Outras Despesas	0,00 BRL	395.806,08 BRL	-395.806,08 BRL	0,00 BRL
133	4.01.02 SERVIÇOS	100.965.378,02 BRL	22.940.064,05 BRL	0,00 BRL	123.905.442,07 BRL
134	4.01.02.01 SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JUR	100.965.378,02 BRL	22.940.064,05 BRL	0,00 BRL	123.905.442,07 BRL
4120102	Dragagem de Manutenção	70.382.784,99 BRL	22.241.859,60 BRL	0,00 BRL	92.624.644,59 BRL
4120103	Levantamento Hidrográfico	1.537.306,21 BRL	157.543,03 BRL	0,00 BRL	1.694.849,24 BRL
4120104	Manutenção dos Sinais Naúticos	2.576.738,43 BRL	208.768,59 BRL	0,00 BRL	2.785.507,02 BRL
4120105	Reparação Ambiental	26.468.548,39 BRL	331.892,83 BRL	0,00 BRL	26.800.441,22 BRL
135	4.01.03 MATERIAIS	3.878.683,66 BRL	115.683,71 BRL	0,00 BRL	3.994.367,37 BRL
41308	Materiais Diversos	3.878.683,66 BRL	115.683,71 BRL	0,00 BRL	3.994.367,37 BRL
137	4.02 CUSTOS ALOCADOS À INFRAESTRUTURA DE ACOS	23.322.200,63 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	23.322.200,63 BRL
138	4.02.02 SERVIÇOS	23.322.200,63 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	23.322.200,63 BRL
139	4.02.02.01 SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JUR	23.322.200,63 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	23.322.200,63 BRL
4220101	Serviço de Manutenção do Cais	23.322.200,63 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	23.322.200,63 BRL
140	4.03 CUSTOS ALOCADOS À INFRAESTRUTURA OPERACI	19.960.307,60 BRL	37.182.321,27 BRL	-35.807.165,50 BRL	21.335.463,37 BRL
142	4.03.02 SERVIÇOS	17.996.144,36 BRL	37.056.464,59 BRL	-35.807.165,50 BRL	19.245.443,45 BRL
143	4.03.02.01 SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JUR	17.996.144,36 BRL	37.056.464,59 BRL	-35.807.165,50 BRL	19.245.443,45 BRL
43299	Outras Prest. Serv.	7.683.221,40 BRL	36.620.696,46 BRL	-35.807.165,50 BRL	8.496.752,36 BRL
4320101	Serviços de Reparos e Manut. Faixa Primária	2.309.872,80 BRL	68.816,00 BRL	0,00 BRL	2.378.688,80 BRL
4320102	Manutenção de Equipamentos Portuários	8.003.050,16 BRL	366.952,13 BRL	0,00 BRL	8.370.002,29 BRL
144	4.03.03 MATERIAIS	1.964.163,24 BRL	125.856,68 BRL	0,00 BRL	2.090.019,92 BRL
43303	Material de Segurança	1.286.447,57 BRL	124.002,68 BRL	0,00 BRL	1.410.450,25 BRL
43308	Equipamentos Diversos	677.715,67 BRL	1.854,00 BRL	0,00 BRL	679.569,67 BRL
145	4.06 CUSTOS ALOCADOS À DIVERSOS PADRONIZADOS	1.397.420,21 BRL	96.363,09 BRL	0,00 BRL	1.493.783,30 BRL
147	4.06.02 SERVIÇOS	1.397.420,21 BRL	96.363,09 BRL	0,00 BRL	1.493.783,30 BRL
148	4.06.02.01 SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JUR	1.397.420,21 BRL	96.363,09 BRL	0,00 BRL	1.493.783,30 BRL
4620102	Locação de Scanners de Carga	1.265.381,34 BRL	96.363,09 BRL	0,00 BRL	1.361.744,43 BRL
4620103	Serviço de Inspeção de Cargas	132.038,87 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	132.038,87 BRL
149	4.10 CUSTOS INDIRETOS	169.350.084,05 BRL	27.532.282,22 BRL	-14.412.207,07 BRL	182.470.159,20 BRL
150	4.10.01 CUSTO COM PESSOAL	66.976.650,31 BRL	12.311.548,15 BRL	-13.855.139,55 BRL	65.433.058,91 BRL
410101	Salários	22.631.970,26 BRL	4.344.361,02 BRL	-2.172.180,51 BRL	24.804.150,77 BRL
410103	Horas Extras	21.104,85 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	21.104,85 BRL
410104	Anuênios	3.072.028,93 BRL	186.995,62 BRL	-93.497,81 BRL	3.165.526,74 BRL
410105	Férias	3.847.918,51 BRL	525.544,15 BRL	-278.856,56 BRL	4.094.606,10 BRL
410107	Décimo Terceiro Sal.	2.501.162,92 BRL	2.615.293,29 BRL	-1.996.824,94 BRL	3.119.631,27 BRL
410108	Remuneração Variável	2.369.668,48 BRL	12.367,42 BRL	-6.183,71 BRL	2.375.852,19 BRL
410112	Outras Despesas de Pessoal	575,01 BRL	2.877,41 BRL	-3.452,42 BRL	0,00 BRL
410113	INSS	7.190.180,19 BRL	1.264.565,28 BRL	-646.167,39 BRL	7.808.578,08 BRL

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO PORTOS DO PARANÁ - CONSOLIDADO DEZEMBRO 2024

Conta do Razão	Conta do Razão	Saldo inicial em moeda da em	Saldo devedor em moeda da empresa	Saldo credor em moeda da empresa	Saldo final na moeda da empresa
410114	FGTS	2.723.925,59 BRL	507.756,98 BRL	-358.944,19 BRL	2.872.738,38 BRL
410118	Treinamento	1.079.075,72 BRL	24.360,00 BRL	-7.180,00 BRL	1.096.255,72 BRL
410119	Vale Refeição	8.075.559,92 BRL	1.479.391,73 BRL	-3.475.228,75 BRL	6.079.722,90 BRL
410121	Vale Transporte	1.076.564,50 BRL	100.054,94 BRL	-50.027,47 BRL	1.126.591,97 BRL
410122	Despesas Médicas	593.330,59 BRL	57.748,30 BRL	0,00 BRL	651.078,89 BRL
410123	Plano Saúde	10.999.781,94 BRL	1.098.991,88 BRL	-4.486.269,59 BRL	7.612.504,23 BRL
410124	Plano Odontológico	53.770,87 BRL	8.077,49 BRL	-31.434,72 BRL	30.413,64 BRL
410126	Seguro de Vida	594.203,06 BRL	53.972,64 BRL	-234.296,49 BRL	413.879,21 BRL
410127	Assistência Materno-Infantil	141.084,17 BRL	29.190,00 BRL	-14.595,00 BRL	155.679,17 BRL
410128	Equip. Prot. Indiv.	4.744,80 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	4.744,80 BRL
151	4.10.02 SERVIÇOS	66.864.862,69 BRL	8.997.916,68 BRL	-536.722,38 BRL	75.326.056,99 BRL
152	4.10.02.01 SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JUR	51.779.629,06 BRL	6.172.534,11 BRL	0,00 BRL	57.952.163,17 BRL
6120901	Serviços de Manutenção de Equipamentos de TI	486.421,77 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	486.421,77 BRL
6120902	Serviços de Manutenção de Sistemas de TI	25.586.065,42 BRL	2.185.999,03 BRL	0,00 BRL	27.772.064,45 BRL
6120903	Estrutura e Suporte de TI - CELEPAR	11.048.657,36 BRL	1.840.166,09 BRL	0,00 BRL	12.888.823,45 BRL
41020101	Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Nacional	25.130,68 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	25.130,68 BRL
41020102	Seguros Comprensivo Portuário	780.298,13 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	780.298,13 BRL
41020105	Gestão Ambiental	13.853.055,70 BRL	2.146.368,99 BRL	0,00 BRL	15.999.424,69 BRL
153	4.10.02.05 OUTRAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS	15.085.233,63 BRL	2.825.382,57 BRL	-536.722,38 BRL	17.373.893,82 BRL
41020501	Serv. de Manutenção de Máquinas e Equipamentos	3.237.912,10 BRL	215.199,50 BRL	-24.121,11 BRL	3.428.990,49 BRL
41020502	Serv. Manutenção de Bens Imóveis	11.847.321,53 BRL	2.610.183,07 BRL	-512.601,27 BRL	13.944.903,33 BRL
154	4.10.03 MATERIAIS	1.236.273,14 BRL	2.904.098,39 BRL	0,00 BRL	4.140.371,53 BRL
410305	Material para Manutenção e Conservação	1.236.273,14 BRL	2.904.098,39 BRL	0,00 BRL	4.140.371,53 BRL
155	4.10.04 OUTROS	34.272.297,91 BRL	3.318.719,00 BRL	-20.345,14 BRL	37.570.671,77 BRL
156	4.10.04.01 OUTROS	275.742,03 BRL	40.690,28 BRL	-20.345,14 BRL	296.087,17 BRL
410401	Combustíveis	275.742,03 BRL	40.690,28 BRL	-20.345,14 BRL	296.087,17 BRL
181	4.10.04.02 OUTROS CUSTOS	33.996.555,88 BRL	3.278.028,72 BRL	0,00 BRL	37.274.584,60 BRL
61203	Segurança e Vigilância	7.579.903,81 BRL	654.956,61 BRL	0,00 BRL	8.234.860,42 BRL
61207	Limpeza e Conservação	12.155.798,98 BRL	1.464.398,49 BRL	0,00 BRL	13.620.197,47 BRL
61404	Água e Esgoto	4.448.669,86 BRL	405.124,44 BRL	0,00 BRL	4.853.794,30 BRL
61405	Telefonia	298.992,43 BRL	25.749,98 BRL	0,00 BRL	324.742,41 BRL
61406	Internet	375.629,79 BRL	37.562,98 BRL	0,00 BRL	413.192,77 BRL
41040301	Energia Elétrica	9.137.561,01 BRL	690.236,22 BRL	0,00 BRL	9.827.797,23 BRL
159	6 DESPESAS	136.880.256,55 BRL	98.022.687,18 BRL	-50.874.688,05 BRL	184.028.255,68 BRL
160	6.01 DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS	94.007.369,79 BRL	94.006.844,59 BRL	-50.874.688,05 BRL	137.139.526,33 BRL
161	6.01.01 DESPESAS COM PESSOAL	63.607.451,44 BRL	22.973.989,09 BRL	-7.397.506,34 BRL	79.183.934,19 BRL
61101	Salários	22.942.590,87 BRL	3.728.337,14 BRL	-1.887.206,99 BRL	24.783.721,02 BRL
61105	Anuênios	1.266.001,20 BRL	593.533,00 BRL	-302.002,50 BRL	1.557.531,70 BRL
61106	Férias	3.858.814,29 BRL	600.758,60 BRL	-513.996,69 BRL	3.945.576,20 BRL
61108	Décimo Terceiro Sal.	1.952.886,77 BRL	2.879.145,58 BRL	-2.396.022,46 BRL	2.436.009,89 BRL
61109	Remuneração Variável	275.472,88 BRL	458.816,66 BRL	-229.408,33 BRL	504.881,21 BRL
61112	Rescisões Trabalhistas	17.787.841,68 BRL	1.637.530,62 BRL	-620.862,27 BRL	18.804.510,03 BRL
61113	Outras Despesas de Pessoal	89.647,02 BRL	0,00 BRL	-1.151,20 BRL	88.495,82 BRL
61114	INSS	6.742.914,66 BRL	1.098.166,98 BRL	-558.440,48 BRL	7.282.641,16 BRL
61115	FGTS	2.534.786,27 BRL	448.101,84 BRL	-329.200,12 BRL	2.653.687,99 BRL
61120	Vale Refeição	289.439,53 BRL	3.688.804,90 BRL	0,00 BRL	3.978.244,43 BRL
61122	Vale Transporte	544.479,53 BRL	185.635,28 BRL	-92.276,90 BRL	637.837,91 BRL
61124	Plano de Saúde	289.436,58 BRL	6.584.922,16 BRL	-76.160,58 BRL	6.798.198,16 BRL
61125	Plano Odontológico	-8.704,95 BRL	31.347,85 BRL	-3.810,26 BRL	18.832,64 BRL
61127	Seguro de Vida	21.984,58 BRL	234.296,49 BRL	0,00 BRL	256.281,07 BRL
61128	Assistência Materno-Infantil	156.591,35 BRL	27.136,68 BRL	-13.568,34 BRL	170.159,69 BRL
61129	Equipamentos de Proteção Individual	608.105,40 BRL	163,62 BRL	0,00 BRL	608.269,02 BRL
61130	Estagiários	291.047,66 BRL	30.493,25 BRL	0,00 BRL	321.540,91 BRL
61133	Remuneração Conselhos e Direx	3.807.985,28 BRL	746.798,44 BRL	-373.399,22 BRL	4.181.384,50 BRL
61135	Seguro Responsabilidade Civil Governança	156.130,84 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	156.130,84 BRL
162	6.01.02 SERVIÇOS DE TERCEIROS	4.081.815,41 BRL	163.111,86 BRL	0,00 BRL	4.244.927,27 BRL
163	6.01.02.01 SERVIÇOS DE TERCEIROS	4.081.815,41 BRL	163.111,86 BRL	0,00 BRL	4.244.927,27 BRL
61204	Advocatícios	950,00 BRL	95,00 BRL	0,00 BRL	1.045,00 BRL
61205	Consultoria	3.860.563,76 BRL	163.016,86 BRL	0,00 BRL	4.023.580,62 BRL
61206	Auditoria	220.301,65 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	220.301,65 BRL
164	6.01.03 MATERIAIS DA ADMINISTRAÇÃO	3.040.355,42 BRL	93.582,47 BRL	-2.603.249,32 BRL	530.688,57 BRL
61301	Material de Escritório	27.879,49 BRL	1.659,90 BRL	0,00 BRL	29.539,39 BRL
61303	Material de Informática	68,00 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	68,00 BRL
61304	Suprimentos para Copa e Cozinha	157.486,73 BRL	11.241,80 BRL	0,00 BRL	168.728,53 BRL
61305	Outros Materiais	2.854.921,20 BRL	80.680,77 BRL	-2.603.249,32 BRL	332.352,65 BRL
165	6.01.04 DESPESAS GERAIS	15.516.728,35 BRL	1.340.799,24 BRL	-268.730,83 BRL	16.588.796,76 BRL
166	6.01.04.01 DESPESAS GERAIS	11.152.779,05 BRL	430.426,19 BRL	-130.479,21 BRL	11.452.726,03 BRL
61401	Obra Civil	164.919,82 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	164.919,82 BRL
61408	Propaganda	6.798.739,24 BRL	5.491,74 BRL	0,00 BRL	6.804.230,98 BRL
61409	Assinaturas	373.071,80 BRL	22.000,81 BRL	0,00 BRL	395.072,61 BRL
61410	Despesas de Viagens e Estadias	2.344.785,24 BRL	133.258,75 BRL	-7.339,21 BRL	2.470.704,78 BRL
61413	Responsabilidade Social	139.798,92 BRL	40.000,00 BRL	0,00 BRL	179.798,92 BRL
61414	Locação de Bens Móveis	894.738,23 BRL	221.160,41 BRL	-123.140,00 BRL	992.758,64 BRL
61416	Publicidade Legal	436.725,80 BRL	8.514,48 BRL	0,00 BRL	445.240,28 BRL
183	6.01.04.02 OUTRAS	4.363.949,30 BRL	910.373,05 BRL	-138.251,62 BRL	5.136.070,73 BRL
6149901	Manutenção de Veículos	40.410,75 BRL	3.734,08 BRL	0,00 BRL	44.144,83 BRL
6149902	Locação de Veículos	2.259.435,01 BRL	218.557,86 BRL	0,00 BRL	2.477.992,87 BRL
6149903	Eventos (promoção e participação)	1.433.948,24 BRL	376.977,00 BRL	0,00 BRL	1.810.925,24 BRL
6149905	Projetos Básicos	612.066,78 BRL	311.104,11 BRL	-138.251,62 BRL	784.919,27 BRL
6149906	Despesas Postais e Encomendas	18.088,52 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	18.088,52 BRL
168	6.01.07 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	7.761.019,17 BRL	69.435.361,93 BRL	-40.605.201,56 BRL	36.591.179,54 BRL
169	6.01.07.01 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	6.032.877,79 BRL	312.721,63 BRL	-2.739.933,02 BRL	3.605.666,40 BRL
61701	Provisões	20.178,45 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	20.178,45 BRL
61702	Ajustes de Estoques	165.659,97 BRL	250.466,23 BRL	-233.599,38 BRL	182.526,82 BRL
61705	Alimentação (Direx, Conselhos e Eventos)	234.598,00 BRL	62.255,40 BRL	0,00 BRL	296.853,40 BRL
61707	Despesas Tributárias	5.612.441,37 BRL	0,00 BRL	-2.506.333,64 BRL	3.106.107,73 BRL
189	6.01.07.03 AÇÕES JUDICIAIS	1.728.141,38 BRL	69.122.640,30 BRL	-37.865.268,54 BRL	32.985.513,14 BRL
6171101	Custas Judiciais	25.054,71 BRL	1.283,58 BRL	0,00 BRL	26.338,29 BRL
6171102	Ações Trabalhistas	442.670,86 BRL	46.429.191,06 BRL	-36.889.923,87 BRL	9.981.938,05 BRL
6171103	Ações Cíveis	1.225.774,21 BRL	22.692.165,66 BRL	-975.344,67 BRL	22.942.595,20 BRL
6171104	Ações Administrativa	20.636,00 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	20.636,00 BRL
6171105	Seguro Garantia	14.005,60 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	14.005,60 BRL
171	6.03 DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	42.872.886,76 BRL	4.015.842,59 BRL	0,00 BRL	46.888.729,35 BRL
172	6.03.01 DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	42.872.886,76 BRL	4.015.842,59 BRL	0,00 BRL	46.888.729,35 BRL
63101	Despesas com Depreciação	42.718.799,07 BRL	3.971.337,51 BRL	0,00 BRL	46.690.136,58 BRL
63102	Despesas com Amortização	154.087,69 BRL	44.505,08 BRL	0,00 BRL	198.592,77 BRL
173	8 RESULTADOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	-47.360.743,88 BRL	763.198,22 BRL	-8.273.845,82 BRL	-54.871.391,48 BRL
174	8.01 RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	-47.360.743,88 BRL	763.198,22 BRL	-8.273.845,82 BRL	-54.871.391,48 BRL
175	8.01.01 RECEITAS FINANCEIRAS	-57.282.554,18 BRL	112.278,96 BRL	-8.186.589,10 BRL	-65.356.864,32 BRL
81101	Juros Ativos	-5.103.345,72 BRL	53.252,63 BRL	-110.176,10 BRL	-5.160.269,19 BRL
81103	Variações Monetárias Ativas	-59.026,33 BRL	59.026,33 BRL	-2.821.139,84 BRL	-2.821.139,84 BRL
81108	Rendimento de Aplicação Financeira	-52.120.182,13 BRL	0,00 BRL	-5.255.273,16 BRL	-57.375.455,29 BRL
176	8.01.02 DESPESAS FINANCEIRAS	9.921.810,30 BRL	650.919,26 BRL	-87.256,72 BRL	10.485.472,84 BRL
81201	Juros Passivos	92.747,93 BRL	649.403,39 BRL	-84.996,11 BRL	657.155,21 BRL
81202	Descontos Financeiros	-5.625,83 BRL	0,00 BRL	-2.260,57 BRL	-7.886,40 BRL
81299	Outras Despesas Financeiras	9.834.688,20 BRL	1.515,87 BRL	-0,04 BRL	9.836.204,03 BRL
190	10 RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-2.367.967,24 BRL	0,00 BRL	-28.547.000,00 BRL	-30.914.967,24 BRL
191	101 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONA	-2.367.967,24 BRL	0,00 BRL	-28.547.000,00 BRL	-30.914.967,24 BRL
192	1011 RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	-2.779.107,02 BRL	0,00 BRL	-28.547.000,00 BRL	-31.326.107,02 BRL
101101	Receitas Não Operacionais	-2.779.107,02 BRL	0,00 BRL	-28.547.000,00 BRL	-31.326.107,02 BRL
193	1012 DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	411.139,78 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	411.139,78 BRL
101201	Despesas Não Operacionais	411.139,78 BRL	0,00 BRL	0,00 BRL	411.139,78 BRL
194	11 RESULTADO LÍQUIDO ANTES DO IMPOSTO DE REND	12.772.661,32 BRL	6.209.382,41 BRL	-7.077.464,89 BRL	11.904.578,84 BRL

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO PORTOS DO PARANÁ - CONSOLIDADO DEZEMBRO 2024

Conta do Razão	Conta do Razão	Saldo inicial em moeda da em	Saldo devedor em moeda da empresa	Saldo credor em moeda da empresa	Saldo final na moeda da empresa
195	111 CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	12.772.661,32 BRL	6.209.382,41 BRL	-7.077.464,89 BRL	11.904.578,84 BRL
1111	CSLL - Exercício Corrente	8.632.499,27 BRL	4.302.541,12 BRL	-2.820.103,13 BRL	10.114.937,26 BRL
1112	CSLL - Diferido	440.519,51 BRL	62.895,08 BRL	-3.048.746,12 BRL	-2.545.331,53 BRL
1113	CSLL - Despesa/Receita Prejuízo Corrente	3.699.642,54 BRL	1.843.946,21 BRL	-1.208.615,64 BRL	4.334.973,11 BRL

17. 017 - Declaração de Bens (XVI - Declaracao Expressa da Unidade de)

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 13 DA LEI FEDERAL Nº 8.429/92

Declaro, para os devidos fins, que o Gestor das Contas da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina no **exercício de 2024**, o Sr. **Luiz Fernando Garcia da Silva**, está em dia com a obrigação de apresentação da declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado de que trata o artigo 13 da Lei Federal nº 8.429, de 02 de junho de 1992, e Lei Estadual nº 13.047, de 16 de janeiro de 2001, estando devidamente arquivadas nesta Unidade de Pessoal.

Paranaguá, 09 de abril de 2025.

Marlon Ferreira Lopes

Gerente de Gestão de Pessoas

18. 018 - Termo de Distribuição

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2746/2025

Processo Nº: 261347/25

Data e hora da distribuição: 28/04/2025 14:11:57

Assunto: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Entidade: ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA

Interessado: LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA

Exercício: 2024

Modalidade de distribuição: sorteio.

Relator: Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI

Impedimentos:

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR ZLYU.YI1A.EBFE.EOKP